

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 9 de Março de 1995 • Preço: 150\$00 (IVA incluído) • N.º 1109 • Director: Carlos Brito

Nova política de Saúde

• Artigo de Edgar Correia

Pág. 20

Carlos Carvalho no 74.º aniversário do PCP

VENCER OS DESAFIOS



Comício em Lisboa Págs. 15 a 18

Álvaro Cunhal em convívio no Seixal

ALTERNATIVA É POSSÍVEL



COMÍCIO 74º aniversário do PCP

12.MARÇO'95 (DOMINGO) - 15,30 H
PARQUE DE EXPOSIÇÕES DE GAIA (Beira Rio/V.N.Gaia)

COM A PARTICIPAÇÃO DE
ÁLVARO CUNHAL

PCP 

**A ESQUERDA
NECESSÁRIA**
para uma nova política



O 74º aniversário do PCP comemorado em todo o país

RESUMO

1
Quarta-feira

O PCP apresenta, na Assembleia da República, várias leis sobre a transparência na política ■ Os órgãos autárquicos de Sines exigem a realização de um novo estudo de impacto ambiental de uma incineradora ■ Representantes de um grupo de empresas espanholas deslocam-se a Lisboa para negociar a compra da Torralta ■ A ONU anuncia que o alto-comissário para os direitos humanos irá a Timor este ano ■ Joaquim Chissano recebe do Parlamento sul-africano um formal pedido de desculpas pelos horrores do passado ■ O irmão do ex-presidente do México Carlos Salinas é preso, sob a acusação de planejar a morte do secretário-geral do PIR ■ O parlamento polaco aprova por maioria uma moção de censura ao governo de Pawlak e designa um novo gabinete, chefiado pelo ex-comunista Josef Oleksy.

2
Quinta-feira

O PCP apresenta uma proposta no Parlamento para que se criem comissões de inquérito ao SIS ■ A assembleia de credores da Torralta aprova o plano de viabilização da empresa, com a condição de os candidatos à aquisição dos créditos do Estado apresentarem as garantias financeiras em 20 dias ■ O Governo português manifesta a sua disposição para viabilizar um encontro entre José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi ■ Os fuzileiros norte-americanos e italianos abandonam Mogadíscio ■ O escândalo em torno do secretário-geral da NATO leva o ministro da Defesa holandês a pedir a sua demissão ■ O tribunal de Palermo decide que Giulio Andreotti será julgado sob a acusação de associação com a Mafia ■ Nick Leeson, o responsável pela ruína do banco Barings, é detido na Alemanha.

3
Sexta-feira

O PCP organiza um comício no Coliseu dos Recreios, em Lisboa, comemorando o seu 74º aniversário ■ Cavaco Silva formaliza a proposta de remodelação governamental, com a elevação de Fernando Nogueira a vice-primeiro-ministro ■ Os alunos da Faculdade de Direito de Lisboa boicotam as provas orais de Filosofia do Direito, devido aos exames terem sido marcados na noite anterior ■ O subsecretário de Estado da Cultura defende que a construção da barragem do Cão não é contraditória com a preservação das gravuras rupestres ■ Material informático com origem indonésia é rejeitado na Assembleia da República ■ Carlos Salinas anuncia que vai entrar em greve de fome, até que Ernesto Zedillo diga que ele não encobriu assassinos.

4
Sábado

Carlos Carvalhas desloca-se a Beja e a Aljustrel ■ O ministro das Pescas

do Canadá anuncia que os arrastões portugueses e espanhóis estão proibidos de pescar pregado na Terra Nova ■ Luís Champalimaund revela que o Totta & Açores será comprado pelo Banco Pinto & Sotto Mayor, caso as autoridades aprovem ■ Bill Clinton considera a controvérsia sobre a espionagem da CIA em França «um caso arrumado» ■ Depois do Ministério da Justiça mexicano garantir que não possui nenhum indício que ligue Salinas a qualquer assassinio, este põe fim à greve da fome.

5
Domingo

Álvaro Cunhal participa num almoço de aniversário do PCP, no Seixal ■ Os Verdes condenam a «ecopolítica» do Governo ■ O Comité monetário da UE reúne-se de emergência para decidir uma eventual desvalorização da peseta e do escudo ■ A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais protesta por não ter sido convidada pelo ministro da Administração Interna para o encontro de bombeiros ■ Li Peng, o chefe do Governo chinês, apela à intensificação do combate contra a corrupção.

6
Segunda-feira

Os trabalhadores da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto entram em greve ■ O Presidente da República recebe a CGTP, a UGT e os jovens empresários ■ Mário Soares recusa alterar o estatuto de Fernando Nogueira e mantém o calendário eleitoral ■ A Câmara de Alcobaça bloqueia o gasoduto, seguindo o exemplo dos municípios ■ O presidente da CM de Albufeira, o socialista Xavier Xufre, decide suspender as suas funções na autarquia ■ Várias moedas atingem mínimos-recorde face ao marco, devido ao realinhamento do SME ■ É anunciado que cerca de 30 timorenses foram detidos pela polícia indonésia, numa operação montada contra a resistência no território ■ Inicia-se, na Dinamarca, a Conferência Mundial para o Desenvolvimento Social, promovida pela ONU.

7
Terça-feira

O PCP manifesta em comunicado a sua «firme e frontal discordância com a opinião expressa pelo Presidente da República» no sentido de não dissolver a Assembleia da República ■ Mário Soares promete na Tunísia empenhar-se numa maior cooperação entre este país e a União Europeia ■ O preço da gasolina desce dois escudos ■ O Banco de Portugal é obrigado a gastar 31 milhões de contos para segurar o valor do escudo, alvo de constantes ataques especulativos ■ Duzentos manifestantes exigem a abertura imediata do Hospital Amadora-Sintra e recusam a privatização desta unidade.

Aniversário de mobilização

As comemorações do 74º aniversário do PCP arrancaram da melhor maneira com o imponente comício de Lisboa, no dia 3, onde interveio o Secretário-Geral, Carlos Carvalhas.

A grande sala do Coliseu foi, feliz e infelizmente, pequena de mais para acolher todos os que ali se dirigiram. Felizmente, porque pôs em evidência a forte capacidade mobilizadora deste acontecimento especialmente caro aos comunistas e seus amigos. Infelizmente, porque numerosos camaradas já não conseguiram lugar dentro da sala.

Todos contribuíram, porém, para dar força a este primeiro acto comemorativo, simultaneamente de festa e de luta, dos 74 anos do PCP.

A capacidade de mobilização voltou a confirmar-se, logo no dia 5, no grandioso almoço concelhio do Seixal, com mil participantes e onde interveio Álvaro Cunhal.

A capacidade de mobilização é um dos traços comuns que se está a revelar, não só nestas, mas também nas muitas dezenas de outras iniciativas de aniversário, maiores e mais modestas, que se estão a realizar por todo o país.

Esta capacidade de mobilização reveste uma especial importância e deve ser justamente valorizada e aproveitada para sensibilizar todo o Partido para a necessidade de continuar mobilizado e desenvolver a mobilização com vista às grandes batalhas políticas que aí vêm e onde se destacam as próximas eleições para a Assembleia da República.

É natural que a ampla participação que está a caracterizar as iniciativas do PCP leve alguns, especialmente os que prognosticaram o «fim do comunismo» e o «fim do PCP» e os que acreditaram nisso, a interrogarem-se sobre o que faz correr os comunistas.

As comemorações do aniversário dão uma resposta muito esclarecedora sobre algumas das grandes questões que mobilizam os comunistas.

Os comunistas mobilizam-se em torno da grande causa do socialismo e do comunismo que se reafirma, passados os anos convulsos do fim da década anterior e os primeiros da presente década, como o ideal da esperança da humanidade e a alternativa indispensável à intrínseca injustiça, desumanidade e crueldade do capitalismo, que acabará por substituir num prazo mais ou menos prolongado.

Os comunistas mobilizam-se em torno da história gloriosa do seu Partido, os 74 anos de vida sempre na pri-

meira linha de combate contra a opressão, a exploração, a injustiça e o obscurantismo e sempre na vanguarda da luta pela liberdade e a democracia, antes e depois do 25 de Abril, da luta pelo desenvolvimento do país e o bem-estar dos portugueses.

Como salientou Carlos Carvalhas, no discurso do dia 3, o PCP «deu uma contribuição decisiva para o progresso, afirmação e enraizamento de ideais, valores e direitos que hoje, em boa medida, para muitos portugueses são tão naturais como o ar que se respira, mas que custaram trabalho, sangue, luta e sacrifícios sem conta».

Mas por isto também, como salientou Álvaro Cunhal, no discurso de dia 5: «A verdade histórica é particularmente necessária porque está em curso uma gigantesca operação de falsificação da história, tendo como componente principal o branqueamento das forças reacionárias e falsidades e calúnias contra o PCP.»

Esta capacidade de mobilização reveste uma especial importância e deve ser justamente valorizada e aproveitada para sensibilizar todo o Partido para a necessidade de continuar mobilizado e desenvolver a mobilização com vista às grandes batalhas políticas que aí vêm e onde se destacam as próximas eleições para a Assembleia da República.

Os comunistas não se reúnem, no entanto, com espírito passadista, tomam o passado como fonte de inspiração, de experiência, de ensinamentos, mas fazem-nos com os olhos postos no presente e nos desafios do futuro.

Os comunistas mobilizam-se para afastar a direita do poder, para derrotar a política de direita e substituí-la por uma nova política baseada em valores e opções de esquerda.

As comemorações dos 74 anos do PCP coincidem mesmo com um momento particularmente agudo desta batalha.

O poder laranja está indistintamente enfraquecido pelo falhanço da sua

política e os escândalos de corrupção que tem marcado a sua acção governativa. A base de apoio social e política do Governo reduziu-se visivelmente. Cavaco Silva afasta-se da liderança do PSD e foge a enfrentar o juízo do povo nas próximas eleições legislativas não é por que esteja «numa boa», é porque a sua política fracassou em muitos dos seus objectivos essenciais.

Toda esta situação de fragilização do cavaquismo é favorável à luta pelo afastamento da direita do poder.

Mas o PSD não está parado, recuou como o tigre para preparar um novo salto. Substituiu caras (Cavaco fica naturalmente reservado para outra missão), passou a falar em renovação, mas persistindo claro na continuidade, utilizou todo o seu peso na comunicação social, especialmente a pretexto do congresso do Coliseu, para repintar a imagem. Está a utilizar e vai utilizar ainda mais o controlo que detém sobre o Estado e o Orçamento para os por completamente ao serviço das suas conveniências e objectivos eleitorais, incluindo com arranjos no próprio Governo. O objectivo é agarrar-se ao poder com unhas e dentes e se possível aumentar o poder.

Tornou-se um imperativo da própria democracia contrariar, de forma eficaz, esta utilização perversa das instituições, do aparelho e dos recursos do Estado ao serviço de um perigoso projecto de poder partidário e interromper, com a maior rapidez, uma acção governativa que está a provocar incalculáveis prejuízos económicos, com efeitos quase irreparáveis no aparelho produtivo, e que degrada diariamente as condições sociais do nosso povo.

Por tudo isto, o PCP tornou pública, em Nota da Comissão Política que publicamos na íntegra, «a sua firme e frontal discordância com a opinião manifestada pelo Presidente da República no sentido da prevalência, neste momento, das razões para a não dissolução da Assembleia da República.»

Na consideração desta questão não pode também deixar de se apreciar a atitude do PS, que nunca se bateu seriamente pela interrupção da acção governativa do PSD, pouco se importando com as suas consequências sociais e económicas, nem pela dissolução da Assembleia da República, cabendo-lhe por isso graves responsabilidades na situação criada.

No que respeita aos comunistas, prosseguirão mobilizando o Partido, incentivando e dinamizando o movimento dos trabalhadores e todo o movimento popular, com confiança de que é possível derrotar a direita e abrir caminho para uma nova política, seja qual for a data das eleições.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socio Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex. 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7º A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00, CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7º A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL

DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Roxa — Linho — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B L.L. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7º A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7º A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)

50 números: 6 750\$00;

25 números: 3 487\$50

ESPANHA

50 números: 13 300\$00

EUROPA

50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU

50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome: _____ Telef. _____

Morada: _____

Código Postal: _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

A prova dos nove

Ào afastar «neste momento» a dissolução da Assembleia da República, Mário Soares não deu força à sua justa decisão de recusar «alterações na orgânica do Governo por razões de natureza partidária». Pelo contrário, enfraqueceu-a.

A réplica violenta do PSD é como que a prova dos nove das boas contas feitas pelo PCP quando repetidamente avisou que o Governo e o partido do Governo redobriam de arrogância quanto mais sentissem afastar-se a ideia da dissolução.

Dificilmente se poderia pensar numa ilustração tão cabal desta advertência como é o comunicado da comissão permanente laranja lida escassa meia hora depois de declaração de Belém.

É claro, o PSD começa por se armar em ganhador proclamando que «a não dissolução» é «uma vitória» sua, para depois a explorar lançando acusações da maior gravidade, roçando mesmo o enxovalho, ao Presidente da República.

O anúncio presidencial de que «neste momento» «prevalecem as razões para a não dissolução» reforçou, nitidamente, o conhecido sentimento de impunidade no partido do Governo e

no próprio Governo não só para prosseguirem na escalada de ataques ao Presidente da República, mas também para utilizarem o poder do Estado e os seus recursos em benefício das suas conveniências eleitorais.

Nada disto é novidade.

Como o PCP salientou logo que tomou conhecimento da mensagem de Belém, as «preocupações» e as «apreensões» referidas pela Presidência eram mais do que suficientes para justificar, neste momento, uma decisão no sentido da dissolução e da antecipação das eleições.

Trata-se preocupações referentes «à delicadeza da situação política e às dificuldades que enfrentam, neste momento, os agentes económicos e a actividade produtiva do país».

Trata-se de «apreensões quanto ao risco de paralisia da acção governativa», para mais «manifestadas repetidamente ao Presidente da República».

Os comunistas invocam outras razões, além destas, para apontarem a necessidade da dissolução, mas estas que constam do comunicado presidencial bastam para justificar uma decisão oposta à que foi anunciada.

É claro que o PSD e o Governo fariam muito barulho, se calhar até não muito maior do que

estão a fazer, mas seriam menos insolentes, não poderiam cantar nenhuma espécie de vitória e o país teria oportunidade de escolher mais cedo um novo rumo para melhorar a sua vida colectiva.

De qualquer maneira, a violenta reacção do PSD aí está, para que dela se tome nota, pelo que significa e pelo que prenuncia, e se possam ainda tomar medidas, enquanto é tempo.

Em relação ao conflito institucional, a «nova» liderança laranja segue assim a linha da continuidade sem desfalecimento.

Já tinha organizado o processo dos «actos hostis» do Presidente para lhe chamar «chefe da oposição» e o acusar de se pronunciar «sem consciente conhecimento das matérias», de «prejudicar o PSD» e de «tentar condicionar o voto livre dos portugueses.»

Um dia, Cavaco Silva afirmou com suprema hipocrisia que queria «ajudar o Presidente de República a terminar com dignidade o seu mandato».

Vê-se que, enquanto puder, seguirá implacavelmente esse propósito.

■ Carlos Brito

Estejamos atentos

O SIS é, como se sabe, uma polícia política privada do Governo e do partido do Governo. Sobre o seu funcionamento, composição e práticas muito se ouviu dizer, apesar do secretismo que o rodeia.

É bastar ser verdade apenas um terço do que se diz para se justificar a imediata demissão do excelentíssimo Primeiro-Ministro e do seu não menos excelentíssimo governo.

Que há gato escondido, há. Caso contrário, a maioria de que o PSD ainda dispõe na Assembleia da República, e que usa e abusa da forma a que temos assistido, não teria impedido o inquérito ao SIS proposto pelo Grupo Parlamentar do PCP (e muito menos teria entrado pelo caminho de contrapor à iniciativa do PCP a decisão de abrir um inquérito ao suposto envio de documentos da ex-Pide para a ex-União Soviética, a partir de uma operação de provocação anticomunista clássica, desencadeada por alguns arrependidos do comunismo ao que se diz em serviço combinado com o SIS). Mas este Governo é um corpo cheio de medos vários, medos que procura disfarçar através de uma prática de crescente arrogância e prepotência e que, por isso mesmo, o tornam cada vez mais perigoso e colocam com cada vez maior premência a sua substituição. Razões para a sua demissão imediata são mais do que muitas, embora o Presidente da República, infelizmente, pareça não as ver, ainda, com a nitidez com que elas se apresentam ao País. (Ao país real, obviamente, não ao país das sondagens manipuladoras, das golpaças, do tráfico de influências, da provocação, da barganha política, da política de direita e de todas as características que constituem os pilares que suportam o PSD e o seu governo.) Assim sendo, Cavaco Silva e os seus assessores vão prosseguindo a sua política de afundamento do país, continuando a ter como exclusivos opositores de facto, no plano político o PCP, no plano social o movimento sindical unitário. Os tra-

balhadores, vítimas preferenciais da política de direita, continuarão a lutar contra ela, utilizando com unidade, com coragem, com determinação, todas as armas que a Constituição lhes proporciona. E, voltando à matéria de primeiro, não é difícil de prever que à luta organizada, legal e justa, dos trabalhadores, o Governo de Cavaco e Nogueira responderá com a acentuação da repressão na qual o SIS desempenha imprescindível papel.

Por tudo isto, desafio o Primeiro-Ministro a responder às seguintes três questões:

1. É voz corrente que o SIS tem, entre os seus elementos, vários ex-agentes da ex-Pide. É verdade ou mentira?

2. É voz corrente que o SIS vigia sistematicamente dirigentes políticos, sindicais e associativos. É verdade ou mentira?

3. É voz corrente que o SIS procede a escutas telefónicas a sedes de partidos políticos, a sindicatos, a associações de estudantes, a Câmaras Municipais, a órgãos de comunicação social. É verdade ou mentira?

É óbvio que a resposta de Cavaco Silva a estas questões vai ser um profundo e pesado silêncio. Pela simples razão de que as duas outras opções que lhe restam — mentir ou dizer a verdade — seriam ambas tão graves que, estou em crer, haveriam de levar o Presidente da República a demiti-lo imediatamente, a dissolver a Assembleia da República e a antecipar as eleições.

Esperemos, pois, pelo seu silêncio.

E estejamos atentos.

■ José Casanova

A miséria dos media

Sob o título de «um jornalismo de reverência», o último número do «Le Monde diplomatique» insere um artigo de Serge Halimi digno de chamada de atenção e registo.

Dir-se-á que a realidade francesa - pelo grau de desenvolvimento económico e social do país e pela dimensão da vida cultural e dos fenómenos mediáticos - se situa num nível muito diferente do existente no nosso país. É exacto. Mas como não surpreender na arguta análise da situação dos media franceses, fenómenos que - à nossa mais modesta dimensão - igualmente observamos em Portugal, e que convocam uma redobrada atenção e intervenção cívica e crítica?

Quando no artigo é referida «a ocupação dos grandes media por

uma pequena casta de jornalistas e de intelectuais que partilham os mesmos esquemas de pensamento e que vivem unidos por redes de convivência e por uma submissão comum aos grandes grupos industriais e financeiros que investiram nos meios de comunicação de massa»; quando é sublinhada que «a omnipresença desses jornalistas em todos os media, a coincidência das opiniões e dos interesses que os unem, a sua vontade de condicionar os cidadãos limitando a reflexão a uma paródia de debate, falseiam o jogo democrático»; - como não reconhecer neste quadro, igualmente, traços caracterizadores da realidade portuguesa?

Mas as semelhanças não ficam por aqui. «O pensamento único domina efectivamente a tal ponto os media franceses que é muito fácil para o leitor, para o auditor

ou para o jornalista mudar de título, de estação ou de uma cadeia para outra».

«Ideias uniformes e analistas idênticos. Jornalistas ou «intelectuais», são cerca de uma dúzia, inevitáveis e volúveis. Entre eles a convivência é a regra. Encontram-se, frequentam-se, apreciam-se, comentam-se entre si, estão de acordo em quase tudo».

Porquê das coisas estarem como estão e da generalizada hemiplegia esquerda dos media portugueses, bem como o apelo à consciência crítica e à reflexão própria dos telespectadores, ouvintes e leitores, constitui uma matéria de decisiva importância política.

Qual a razão, por exemplo, do Canal 1 circunscrever o painel de «analistas» ao jornalista José Car-

los Vasconcelos, ao ilustre plumitivo do Diabo, Nuno Rogeiro, ao presidente da ANP, o partido único dos últimos anos do regime fascista, Manuel José Homem de Melo - um credenciado «democrata», como se vê?

Ou da SIC/TSF produzirem um Flashback que dá horas de reforçado e atractivo tempo de antena ao presidente do Grupo Parlamentar do PSD e cuja fronteira, à «esquerda», não vai além do palavroso e vazio personagem em que se transformou o José Magalhães?

Ou do conhecido Exame de um conhecido professor, com circulação na TVI-TSF e DN, não ser produzido - como devia - com menção de programa ao serviço do PSD?

Muitas perguntas - uma só miséria.

■ Edgar Correia

A SIDA da ESPECULAÇÃO

Fez «primeira página» nos jornais, TV's e rádios, na semana passada: o director da filial em Singapura do Banco Barings, mais que bicentenária instituição financeira e uma das «jóias da coroa» da City londrina, levou o prestigiado banco à falência ao aplicar e perder cerca de 1000 milhões de dólares em operações financeiras nas Bolsas japonesas. O caso foi de início apresentado como tropelia individual de um jovem aventureiro, de sua graça Nick Leeson. Todavia, versão mais realista veio depressa à tona. O vilão, de quem se quis fazer bode expiatório, era apenas uma mera **correia de transmissão** da teia especulativa tecida pelos patrões-mores do Barings. O *The Economist* recorda que esse «vilão» multiplicou por 10, em 1994, os lucros no mercado de «futuros» do banco - assim contribuindo para o record dos lucros (+54%) que o Barings se aprestava para apresentar. Como, sem contradita, declarou o dito cujo Leeson ao *The Sun*, «disseram-me claramente para ir até aos limites. Na realidade, deixavam-me jogar na roleta e eu apostei tudo no vermelho. Só que a bola saiu no preto». Justas palavras para retratar a «economia de casino» em que se empenhou até à raiz dos cabelos a grande finança internacional. Porque, o precalço do Barings não é caso único, é apenas o último de uma longa série. Ver o caderno de «Economia» do *Expresso* último, pág. 2: vem lá outro «buraco» que é só 14 vezes maior que do Barings!

Há pouco mais de um mês, não foi um banco, mas um Estado inteiro, o México, que ameaçou bancarrota, com a quebra do peso em mais de 40%. Mas neste caso, alto lá!, os EUA entraram logo em liça, forçaram parceiros, mandaram à malva os estatutos do FMI, e imediatamente, acorreram com um gigantesco empréstimo de 53 mil milhões de dólares, nunca antes visto a um só país. Porque na verdade o que estava em causa eram os próprios EUA. Como diz o *Monde* de 20/2, «acima de tudo é preciso salvar Wall Street!». E apesar disso, de repente, em 16 de Fevereiro o dólar afundou-se, alcançando mínimos históricos face ao marco alemão e o iene japonês, e contaminando na queda a libra, o franco, a lira, a peseta - e o mais que se verá. Coisas da «economia global»...

Na raiz de tudo isto, e muito mais, está sobretudo a brutal acumulação de capitais especulativos. Só no leque dessa nova coqueluche que é o mercado dos «derivados», os futuros, aparecidos só no começo dos anos 70, nos inícios de 90 já mobilizaram 1,2 biliões de dólares, e os swaps, quase desconhecidos antes de 80, em 91 já arrebanharam 2,5 biliões. O comércio mundial de bens e serviços monta a 2,5 a 3 biliões de dólares/ano, mas só no mercado de eurodólares de Londres movimentam-se 75 biliões/ano, 25 vezes mais que todo o comércio mundial. E além disso só as transacções cambiais externas nos principais centros mundiais do dinheiro cifraram-se em 35 biliões/ano, 12 vezes mais que todo o comércio mundial. A especulação é monstruosa e crescente. Há dias, o último relatório do Banco de Pagamentos Internacionais revela que, de 1993 para 1994, a circulação financeira líquida duplicou. Cresceram sobretudo os movimentos de curto prazo eminentemente especulativos. Só os «derivados» representam nominalmente 12 biliões de dólares! Coitado do Nick Leeson, que afinal apostou apenas 1/12.000 avos desse total...

Or. Alan Greenspan, governador da Reserva Federal americana, sentenciou há dias: «A natureza humana vai continuar a fazer o que sempre fez: coisas más quando a ocasião se proporciona. A nossa tarefa é evitar que isso se torne sistémico». Leia-se, como é devido, **capitalismo** onde o senhor diz «natureza humana». E afirme-se que a **especulação é já um traço sistémico essencial** da etapa actual do capitalismo. Traço que não é sem relação com outros igualmente sistémicos: 1/3 da população do mundo está no **desemprego** e 1300 milhões de seres humanos «vive» na extrema **probreza**, com menos de 1 dólar por dia... Será que a megaconferência de Copenhague vai taxar a especulação para salvar a civilização?! Duvidamos. Só a organização e a luta dos trabalhadores e dos povos pode trazer remédio radical contra a SIDA especulativa do sistema capitalista.

■ Carlos Aboim Inglês

Comemorados em todo o País 74 anos cheios de vida

74º aniversário do PCP
PCP A ESQUERDA NECESSÁRIA
para uma nova política

Dezenas de iniciativas assinalam por todo o país o 74º aniversário do PCP, no âmbito do qual decorreu na passada sexta-feira um grande comício no Coliseu dos Recreios de Lisboa com Carlos Carvalhas e, no domingo, no Seixal, um almoço com Álvaro Cunhal, que juntou mil pessoas (ver reportagens nesta edição). Com o calendário das comemorações ainda a decorrer, destaque-se, já no próximo domingo, o comício no Porto com Álvaro Cunhal. Aqui deixamos alguns apontamentos de almoços e convívios diversos que nos últimos dias foram promovidos pelas organizações do Partido.

No distrito de Viana do Castelo, além de quatro excursões que estão a ser organizadas para o Comício de domingo, no Parque de Exposições de Vila Nova de Gaia, decorreram no passado sábado em Viana e em Vilar de Mouros, freguesia do concelho de Caminha, jantares de confraternização que juntaram para cima de 120 pessoas. Em Vilar de Mouros, onde a CDU preside à freguesia, reuniram-se mais de quatro dezenas de camaradas de Caminha, Vila Nova de Cerveira e Valença que espontaneamente promoveram uma recolha de fundos para Campanha dos 150 mil contos, totalizando 28.360 escudos. Na ocasião, inscreveram-se no partido nove membros, seis deles com menos de 25 anos, além de um jovem de 14 anos que se inscreveu na JCP.

As intervenções políticas centraram-se na história, luta e valores do PCP, abordando também os desafios que se colocam actualmente aos comunistas, que contam para os vencer com a sua militância, determinação e confiança.

Organizado pela Comissão Concelhia de Vila Nova de Famalicão, teve lugar no passado sábado, no centro de trabalho local, um lanche-convívio que juntou mais 50 militantes e simpatizantes. No decurso do encontro, foi salientado o envolvimento da Organização Conce-



lhia na Campanha Nacional de Fundos, bem como na mobilização para o comício de domingo no Porto, para o qual sairá às 13.30 horas de de Riba d'Ave uma excursão que passará por Oliveira S. Mateus, Delães, Carreira e Avidos até ao Campo da Feira em VN Famalicão, de onde partirá a caravana distrital para VM de Gaia.

A Comissão Concelhia da

Maia promoveu o seu jantar de aniversário nas novas instalações do Centro de Trabalho Francisco Dantas, em Pedrouços. Estiveram presentes muitos militantes e amigos do Partido, tendo sido decidido preparar a participação em massa no comício de domingo, no Porto.

Em Valongo, cerca de uma centena de militantes e simpatizantes participaram num jantar que decorreu num ambiente de alegre convívio e acabou com

A Concelhia de Setúbal realizou, domingo último, no Pavilhão de Exposições do Largo José Afonso, um almoço-convívio em que estiveram 130 militantes e amigos do Partido. No período das intervenções foram analisados aspectos da situação social do concelho, em especial no que se refere à luta dos trabalhadores da Renault, Setenave/Solisnor, Torralta, Valfrio e Viegas e Lopes. Foram ainda manifestadas opiniões contrá-

clóricas «Os Lavradores de Cubos de Mangualde». Interveniram Manuel Rodrigues, do Secretariado da DORV, que salientou a vitalidade do Partido nas difíceis condições de trabalho no distrito, e Jorge Pires, do Secretariado do CC, que tendo apontado o exemplo abnegado e heróico de milhares de militantes ao longo de mais de sete décadas de luta pela democracia e o socialismo, aludiu ao papel insubsti-

referiu ao significado do aniversário, às lutas do passado, do presente e àquelas que os comunistas preparam no futuro próximo.

No concelho de Borba, o programa do aniversário começou na manhã de sábado com a matança de um porco, à moda alentejana, tendo sido confeccionados os tradicionais pratos de serrabulho, cachola, migas e cozido à portuguesa, bem regados com o bom vinho de Borba. A festa prosseguiu no domingo juntando cerca de 180 camaradas e amigos.

Esta iniciativa serviu ainda para inaugurar as instalações remodeladas do centro de trabalho de Borba, que graças ao esforço e empenho do militantes possui agora boas condições para o funcionamento da organização.

Na Região Autónoma da Madeira, a organização tem anunciado para a próxima sexta-feira, um jantar no restaurante «A Parreira» e, no sábado, pelas 16 horas, um debate público no Hotel Orquídea. Em ambas as iniciativas estarão presentes Blanqui Teixeira, do Secretariado e do Comité Central, e Leonel Nunes, do CC e coordenador regional do PCP.

Entretanto, o PCP Madeira divulgou um comunicado à imprensa, recordando a fundação do Partido em 6 de Março de 1921, a sua luta persistente contra a ditadura fascista e pela liberdade e a democracia. A nota reafirma que o PCP «está virado para o futuro, profundamente ligado aos trabalhadores e a todas as camadas sociais, continua a dirigir a sua luta por uma sociedade mais justa e mais fraterna, onde termine a exploração do homem pelo homem - a sociedade socialista».

Os comunistas madeirenses saúdam todos os trabalhadores, em especial os que no Hotel Atlantis lutam em defesa do emprego, apelando ainda à participação na jornada regional de luta marcada para ontem pela União dos Sindicatos.

DORS saúda mulheres

Na passada segunda-feira, 6 de Março, dia em que se comemora o aniversário do PCP, a DORS promoveu uma conferência de Imprensa, em que participaram Conceição Morais, do CC, Alice Carregosa e Regina Marques, ambas da DORS, para dirigir uma saudação às mulheres do distrito.

Recordando a proximidade do aniversário do PCP e do Dia Internacional da Mulher, a DORS considera importante «reconhecer publicamente o contributo dado pelas mulheres nas lutas em defesa dos interesses dos trabalhadores, das populações, do país. Há que reconhecer publicamente o contributo dado pelas mulheres na luta pelo emprego, contra o encerramento de empresas, pelo pagamento de salários em atraso, pela actualização da contratação colectiva, pela redução dos horários e ritmos de trabalho, contra o alargamento da idade da reforma para os 65 anos».

Indicando o clima de incerteza, a DORS afirma que «as mulhees sentem com particular agudeza os efeitos perniciosos da política de direita. Dos cerca de 50 mil desempregados do nosso distrito, 55,3% são mulheres», sublinha a nota.

«Em sectores tradicionais — cortiça, conservas de peixe, carnes,

um baile bem animado. Antes, foi dada a palavra a um dirigente da JCP, da Comissão Concelhia e a Manuel Almeida, que ali esteve como convidado em nome da DORP e do Comité Central.

Também a Comissão Concelhia de Ovar do PCP promoveu um jantar de aniversário no passado sábado, que registou boa participação.

agrícolas — a esmagadora maioria das mulheres passaram à situação de desempregadas ou reformadas, devido ao desaparecimento de um elevado número de empresas. Em sectores de mais recente implantação — confecções, material electrónico, hotelaria, comércio —, para além da instabilidade que se gerou nas empresas, as mulheres contam com a ausência de direitos como regra.

«Esta situação tem como causa uma política de direita, discriminatória e prepotente em relação aos trabalhadores e, em particular, em relação às mulheres», considera a DORS, concluindo mais adiante:

«Sendo o PCP a esquerda necessária para uma nova política, torna-se cada vez mais evidente a importância de um reforço, nas fileiras do Partido, de mulheres que, identificando-se com o nosso projecto de sociedade, com os nossos valores e a nossa luta, adiram ao PCP como forma de claramente se assumirem contra a política de direita, por uma alternativa democrática.

«Assim, lançamos hoje um apelo às mulheres para aderirem ao PCP, único partido capaz de, conseqüentemente, dar voz aos seus anseios.

«O reforço do PCP e o reforço eleitoral da CDU são fundamentais para a alternativa política que as mulheres necessitam e desejam.»

tuível do Partido na etapa actual do processo histórico português, em que se destaca a exigência da demissão do Governo, da dissolução da Assembleia da República e a marcação de eleições legislativas antecipadas.

Na passada segunda-feira, realizou-se o tradicional convívio no Centro de Trabalho da Rua Soeiro Pereira Gomes, em que participaram mais de uma centena de funcionários e quadros do Partido que se encontravam em reuniões no edifício. Na ocasião, usou da palavra o camarada José Vitoriano, membro da Comissão de Controlo e Quadros, que se

Mensagens de felicitação

Felicitando o PCP pelo seu 74º aniversário, foram recebidas mensagens assinadas pelo presidente da ANAFRE, pela Direcção da Casa das Beiras e pelos funcionários do Sindicato dos Químicos do Norte. Neste último telegrama, recordando as grandes lutas travadas pelo Partido contra a repressão fascista, os funcionários sindicais sublinham que «na viragem desde século temos que reforçar a luta para que nunca mais voltemos atrás», desejando mais à frente que «a luta continue pelos mais elementares direitos humanos dos trabalhadores e da sociedade em geral».



A inauguração de um novo centro de trabalho serviu também para comemorar em Aljustrel o aniversário do Partido

Um dia feliz

A inauguração de um novo e excelente Centro de Trabalho do PCP em Aljustrel, a realização em Beja de um debate intitulado «Alentejo - que agricultura?» integrado no «Debate com o país» (ver notícia nesta página) que o Partido promove e ainda um jantar comemorativo do 74º aniversário que encheu um pavilhão do parque de viaturas dos Bombeiros Voluntários de Beja foram iniciativas onde esteve presente, sábado passado, o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas. Iniciativas de carácter diverso mas que, pela altura em que se realizaram, foram a melhor forma de comemorar os 74 anos do Partido: trabalhando, discutindo, preparando o futuro e, claro, festejando um dia feliz.

O dia começou em Aljustrel, vila que defronta o problema do encerramento e possível inviabilização das pites alentejanas, com as dramáticas consequências económicas e sociais que sempre acompanham este tipo de factos.

Mas o dia era de festa e muitas pessoas de Aljustrel foram ao centro da vila para assistir e participar na inauguração do novo centro de trabalho.

Da varanda do primeiro andar para a rua, o presidente da Câmara, António Soares Godinho, acompanhado por Carvalhas e José Soeiro, membro da Comissão Política, fez as honras da casa e a primeira intervenção da manhã. Godinho falaria ao «Avante!» da sua satisfação e de compartilhar a alegria de todos quantos participaram na construção daquela obra.

«Não se trata de uma obra que tenha surgido de geração espontânea e tem atrás de si muita dedicação, muito trabalho e muito esforço», disse-nos o presidente da edilidade e militante comunista.

«Quando chega o dia da sua inauguração, não por termos o tique inauguracionista que se usa muito em alguns sítios, o que é certo é que se trata de um momento importante para todos e um incentivo para que o Partido continue a reforçar-se aqui em Aljustrel», disse.

São novas perspectivas de trabalho que se abrem na vila, pois o edifício agora inaugurado tem excelentes condições de recepção dos militantes, boas salas de reunião de diversa

dimensão e locais de convívio informal.

«Uma bela casa caiada, à boa maneira alentejana», como fez questão de referir Carlos Carvalhas na sua intervenção, muito aplaudida, que se debruçou igualmente sobre alguns dos aspectos mais importantes do actual momento político.

O próximo período eleitoral foi um dos temas abordados pelo secretário-geral do Partido que alertou para a necessidade de um reforço da CDU, para combater as ideias bipolarizadoras entre PS e PSD o que seria «o melhor seguro de vida para a política do capital e da direita».

«A vida mostra que toda esta luta não é uma luta fácil, mas naturalmente há probabilidades e há possibilidades de derrotar a direita», referiu.

Presentes estavam muitas mulheres de Aljustrel, e a elas Carlos Carvalhas dirigiu uma especial saudação, dias antes da comemoração do Dia Internacional da Mulher, «o seu grande dia na sua luta pela igualdade» e também «uma saudação para aquelas que em muitas lutas têm estado à frente da linha de combate».

Também a juventude foi referida na intervenção de Carvalhas, que deu destaque de hoje os jovens trabalhadores e os estudantes estarem também na frente da luta em muitas fábricas ou escolas contra a política de direita.

«Hoje é dia de júbilo para os trabalhadores de Aljustrel, para o povo de Aljustrel e também

para o Partido Comunista Português. Fazemos desta nossa casa uma grande casa de democracia, um grande espaço de debate, de abertura a todos os democratas, a todo o povo de Aljustrel e que ela seja uma grande alavanca para aumentar a nossa força para a transformação da sociedade», concluiu Carvalhas.

À noite a festa continuaria com o jantar que assinalou o aniversário do Partido. Comunistas alentejanos de todos os escalões etários comemoraram a data, num ambiente de confiança no bom sucesso do PCP nas batalhas que se aproximam.



Um jantar comemorativo dos 74 anos do PCP ocorreu num dos pavilhões do parque de viaturas dos Bombeiros Voluntários de Beja

Debate com o país É preciso fazer uma nova Reforma Agrária

Integrado nas iniciativas que constituem o «Debate com o país» realizou-se no sábado passado na Casa da Cultura em Beja um debate sobre o futuro da agricultura alentejana. Os trabalhos foram presididos por Raimundo Cabral, membro do Conselho Nacional do PCP, e ao longo das três horas de discussão foram apresentadas muitas ideias e perspectivas diferentes de encarar o problema proposto para análise mas, embora não fosse objectivo retirar desta reunião conclusões definitivas, uma poderá, sem abuso, ser extraída das intervenções feitas por membros do PCP e por independentes que quiseram dar a sua opinião: a necessidade de uma nova Reforma Agrária para o Alentejo.

De facto, o problema da posse da terra voltou a estar na ordem do dia, depois do processo de destruição da Reforma Agrária levado a cabo pelos Governos de direita levando a uma situação no mínimo caricata: com a actual política agrícola comum regada do Alentejo como um meio fundamental para serem criadas as condições para mudar a grave, dramática, crise social e económica vivida na região.

Uma espécie de piada de mau gosto institucional, possibilitada, como diria Agostinho Lopes, membro da Comissão Política, na sua intervenção, pelos processos de estabelecimentos de quotas de produção, processos de subsídios para arranque de culturas, a que se acrescentam processos de destruição da produção, de arruinação dos agricultores através do crédito, de abate de unidades de transformação como os matadouros, de falência de cooperativas, estrangulamento comercial provocado pelas grandes superfícies, roubo dos baldios aos povos, etc., etc.

Uma situação vivida por toda a agricultura portuguesa mas que é especialmente grave no Alentejo, como disse José Soeiro, que, como em outras intervenções feitas ao longo do dia, sublinhou a importância da concretização do Alqueva e do plano de

regia do Alentejo como um meio fundamental para serem criadas as condições para mudar a grave, dramática, crise social e económica vivida na região.

Uma opinião anteriormente detalhada pelo professor catedrático no Instituto Superior de Agronomia, Oliveira Baptista, que falaria num «Alentejo constantemente drenado» pelas políticas dos sucessivos governos, chegando mesmo a dizer que esta «é a única região europeia onde o Governo não tem tido vontade para mudar a situação», em contraste com outras zonas europeias com dificuldades semelhantes mas onde os respectivos governos aplicam políticas que abrem outras perspectivas.

Impressionante seriam os depoimentos de dois membros de cooperativas agrícolas que ainda existem depois do processo de destruição da Reforma Agrária. Uma de Montemor-o-Novo apresentaria este paradoxo: apesar de só ter terra arrendada, a cooperativa consegue dar trabalho a um total de 40 pessoas ao longo do ano enquanto o latifúndio, com terra própria e com muito maior dimensão, nem a metade desse número de trabalhadores chega.

Neves Borges, trabalhador agrícola e dirigente sindical, comparou a situação social vivida no Alentejo no tempo da Reforma Agrária e a que actualmente se vive, chegando à conclusão de novamente ser necessária uma Reforma Agrária que, efectivamente, dê a terra a quem a trabalha.

No final, interveio Carlos Carvalhas, que nas questões que se referiam especificamente ao Alentejo, sublinhou a questão da posse e uso da terra e a da água como as de mais urgente solução. No entanto, o tempo demonstrou que isso só será possível com uma mudança global de política, o que implica o reforço da CDU para derrotar não só o PSD mas para evitar que o PS chegue ao poder de uma forma em que possa aplicar uma política semelhante.



Debate na Lousada

Desenvolvimento rural

problemas e soluções

Sob o lema «Desenvolvimento rural. Que problemas? Que soluções?», o debate promovido pela Comissão para as Questões da Agricultura do DORP do PCP, na Cooperativa Agrícola de Lousada, contou com a participação de Agostinho Lopes, responsável nacional do PCP pelas questões da agricultura, Mário Costa e Serafim Brás, membros do Comité Central e da DORP do PCP.

O objectivo desta iniciativa integrada no âmbito dos Debates com o País para uma nova política foi dialogar com os agricultores e a população em geral sobre alguns dos problemas que afectam o mundo rural.

Os agricultores e a agricultura vivem uma profunda crise. São crescentes as dificuldades nos campos e acentua-se o abandono da lavoura pelos jovens, atraídos para o trabalho fabril e para os grandes centros urbanos.

Nos últimos anos, tem-se desvalorizado a produção agrícola nacional e crescido as importações. O nosso défice alimentar é cada vez maior.

Os agricultores portugueses, designadamente os pequenos e médios, têm sido um dos grupos sociais mais penalizados, quer pela política do Governo, quer pelas consequências da integração da economia portuguesa nas Comunidades Europeias.

As organizações da Lavoura e os produtores, após a adesão comunitária, com os incentivos oficiais ao investimento e a dinâmica de aplicação dos fundos, recorreram ao crédito e a taxas de juro incomportáveis.

O resultado é o avolumar de falências e a situação de endividamento de muitos agricultores e das organizações da Lavoura.

A dívida global da agricultura era, há um ano, de 350 milhões de contos, a que se somava a existência de 90 milhões de contos de crédito mal-parado.

A distribuição dos fundos comunitários foi feita de forma incorrecta e injusta, sendo os pequenos agricultores os mais prejudicados, devido à aplicação

de defeituosas leis da Comunidade e do Governo português.

Argumentando com directivas comunitárias, iniciaram-se processos de liquidação de infra-estruturas de serviço público (matadouros concelhios, salas colectivas de ordenha, encerramento ou redução de serviços do Ministério da Agricultura), que não contribuíram para facilitar a vida aos lavradores. O fecho, nos últimos anos, de 700 dos cerca de 1000 matadouros que existiam, a tentativa de os substituir por grandes matadouros regionais (como o inacabado Matadouro do Vale do Sousa), a destruição da Rede Nacional de Abate, ajudaram à penetração das importações massivas de carne, e transformaram alguns dos grandes matadouros em entrepostos de comercialização de carne estrangeira.

Hoje é evidente, para muito mais gente, que os interesses nacionais não foram devidamente acautelados quando da negociação da nossa adesão à Comunidade Europeia.

O período de transição foi curto, a aplicação de regras e disciplinas comunitárias deveria ter sido gradual, a harmonização dos preços devia ter sido lenta e ao ritmo da igualização dos preços dos factores de produção. Nada disto foi tido em conta. Hoje estamos a pagar pelos erros cometidos.

É previsível que, por influência dos acordos do GAT e devido à reforma da PAC a situação tenda a agravar-se.

Neste contexto, impõem-se medidas que alterem este quadro.

O Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República apresentou recentemente um projecto de Lei de Bases de Política Agrária, no qual se definem não apenas os objectivos fundamentais da política agrária nacional como as condições para a sua realização e as medidas de apoio técnico e financeiro que o Estado deverá assegurar aos agricultores portugueses.

Nos seus objectivos, o projecto de lei apresentado pelo PCP visa igualmente medidas de política para a melhoria da estrutura das explorações, bem como para a organização da comercialização e para o apoio à investigação, experimentação e formação profissional.

É necessária a urgente confluência de esforços e vontades dos cidadãos e das instituições da região (autarquias, associações, cooperativas), que conhecem e vivem estes problemas, na sensibilização da opinião pública, das populações, dos órgãos de poder, para as decisões que se impõem para alterar a grave situação que vivemos.

A competitividade da agricultura nacional só é possível se os produtores nacionais tiverem condições semelhantes às dos produtores de outros países europeus.

É necessário encarar medidas sérias de apoio à lavoura entre as quais destacamos:

- saneamento das dívidas dos agricultores e das organizações cooperativas;
- apoio ao sector leiteiro e limitação das importações em geral;
- aumento do subsídio do gasóleo;
- bonificação das taxas de juro;
- facilidades aos agricultores na emissão de uma «carta para condução de motocultivadores» (à semelhança das motorizadas);
- apoio à resolução dos problemas de sanidade animal;
- pagamento de dívidas do Estado à lavoura.

anos de idade, Joaquim Soares Paté, conhecido pelo «Madeira». Operário corticeiro, natural da Torre de Natal, Freguesia da Conceição do Concelho de Faro, destacou-se nas lutas de corticeiros durante os tempos da ditadura do «Estado Novo».

Miguel Marques

Faleceu, no passado dia 23 de Fevereiro, Miguel Alves Marques, com 45 anos de idade. Víctima de doença prolongada, era membro do PCP desde 1978, e a sua deficiência física não impediu, durante largos anos, de desenvolver a sua militância no concelho do Carregal do Sal e em Oliveirinha (Oliveira do Conde), terra onde residia com a família. Participou nas várias batalhas políticas que se desenrolaram desde o 25 de Abril, sempre com entusiasmo e determinação, sendo um homem prestigiado entre a população da sua região.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Convento de Jesus

pode ruir

Cerca de 90 pessoas fizeram transbordar a ampla sala de reuniões do Centro de Trabalho do Edifício Arrábida, em Setúbal, na iniciativa que a Comissão Concelhia do Partido levou a cabo, no passado sábado, sob o tema «Património de Setúbal — O Convento de Jesus, que situação?».

O arquitecto Pedro Vieira de Almeida, autor do projecto de recuperação do Convento e do Largo de Jesus, e Carlos Tavares da Silva, arqueólogo do Museu de Arqueologia Etnografia do Distrito de Setúbal, foram os principais intervenientes numa sessão que se prolongou por mais de três horas e meia e se caracterizou por uma participação de muitos convidados não filiados no PCP, profissionais e técnicos directa e indirectamente ligados à temática.

Para além daqueles, estavam na Mesa, José Manuel Dórdio Godinho, que dirigiu os trabalhos, Odete Santos, deputada, e Regina Marques, vereadora da Câmara Municipal.

Aliás, conforme foi explicado, tanto o Governo como o presidente da Câmara Municipal de Setúbal, Mata Cáceres, do PS, não responderam a pedidos de esclarecimento que respectivamente as camaradas Odete Santos



O arquitecto Pedro Vieira de Almeida pôs o dedo na ferida

e Regina Marques fizeram acerca do atraso de obras que se iniciaram há seis anos e que, no que toca ao interior do Convento, o mantém escandalosamente encerrado ao público. Razão pela qual a iniciativa da Comissão Concelhia de Setúbal avançou!

Pedro Vieira de Almeida foi peremptório em dividir responsabilidades entre o IPPAR (ex-IPPC) e a Câmara Municipal, entidades que entre si não se entenderam e assim propiciaram intervenções da Câmara que levaram a um resultado final dos arranjos exteriores afastado significativamente do projecto inicial.

O arquitecto convidado recusou a «paternidade» do que está feito e denunciou o facto de

Mata Cáceres por quatro vezes não responder a cartas suas, pedindo esclarecimentos e propondo soluções minimizando os efeitos negativos produzidos. «A médio prazo e se não se fizerem intervenções urgentes o conjunto pode ruir!» — afirmou, informando ainda que o projecto inicial previa gastos na ordem dos 28 mil contos e hoje estão contabilizados 138 mil.

Carlos Tavares da Silva fez uma exposição globalizante da evolução histórica do burgo de Setúbal e do seu património edificado, concluindo também que «o centro histórico da cidade está hoje ameaçado». «A Câmara de Setúbal ainda não meditou sobre estes problemas» — opinou.

4ª Assembleia de Vendas Novas

Realizou-se, a 4 de Março, no Centro Cultural de Vendas Novas, a IV Assembleia da Organização Concelhia do Partido Comunista Português. Participaram na Assembleia cerca de 200 camaradas e amigos, sendo alguns deles convidados. Foi lido e discutido o relatório da actividade e as propostas de trabalho para o futuro, além de outras intervenções que ali trouxeram os problemas concretos que hoje enfrentam a juventude, a 3ª idade, e os problemas da saúde no Concelho, mas também propostas para reforçar o trabalho nos locais de trabalho, designadamente nas empresas com mais trabalhadores.

Igualmente, os problemas da Informação e Propaganda foram colocados à Assembleia de forma a encontrarem-se formas de melhorar a divulgação das propostas do Partido e da nossa actividade, o reforço do trabalho no Poder Local foi outra das preocupações que estiveram na Assembleia, mas também os problemas da actualidade política ali foram colocados pelos delegados.

Após a aprovação, por unanimidade, da resolução, foi discutida a proposta da nova Comissão Concelhia da qual passam a fazer parte 22 camaradas, seis dos quais eleitos pela primeira vez, também foi por unanimidade a sua votação.

No final dos trabalhos, interveio o camarada Diamantino

Dias, que abordou os problemas da situação política com particular destaque para os grandes problemas sociais do Alentejo e a exigência de uma nova política e a convocação das eleições antecipadas, salientou depois a necessidade para travar estas batalhas políticas de termos um Partido forte e actuante, salientando a importância da organização do Partido nos locais de trabalho e a sua ligação aos trabalhadores e às populações, aplicando as conclusões da recente Conferência Nacional do Partido. Salientou ainda a Campanha dos 150 mil contos e o reforço do

pagamento e actualização da quotização do Partido.

À noite, no mesmo recinto, realizou-se a festa do 74º aniversário do Partido onde participaram mais de três centenas de pessoas, muitas das quais não eram do Partido que ali assistiram à festa com os Pioneiros de Vendas Novas e as Andorinhas de Pinhal de Frades (Seixal), que contagiaram de alegria os presentes, tendo finalizado a noite de festa com um animado baile. Durante a festa, o camarada Diamantino Dias fez uma pequena saudação aos participantes na festa.

Concelhia da Maia

No passado sábado, realizou-se, no Forum da Maia, a IV Assembleia da Organização Concelhia da Maia do Partido Comunista Português.

Presentes dezenas de delegados eleitos pelas suas organizações representativas dos 1060 comunistas maiatos, bem como vários convidados, entre eles o camarada Emídio Ribeiro, responsável da Organização Regional do Porto e membro da Comissão Política do Comité Central do PCP.

A Assembleia discutiu e aprovou o projecto de resolução política que tem como linhas fundamentais o reforço da organização do Partido para a intervenção junto dos trabalhadores nas empresas, nas freguesias e no poder local, para mobilizar todo o Partido a intervir na luta para melhorar as condições de vida dos maiatos, e preparar a próxima batalha política as eleições legislativas de 95.

Foi eleita a nova Comissão Concelhia da Maia, composta por 29 membros, que representam as diversas organizações do concelho, dirigirá a Organização Concelhia da Maia do Partido Comunista Português nos próximos 3 anos.

CAMARADAS FALECIDOS

Carlos Camarão

Faleceu, no passado dia 25 de Fevereiro, Carlos Alberto Rodrigues Camarão, com 54 anos de idade. Militante do Partido desde 1974, foi membro da Comissão Concelhia do Barreiro, responsável pela Comissão de Freguesia da Célula da Quimigal. Foi ainda dirigente sindical dos Químicos e dirigente associativo de várias colectividades no Lavradio.

José Abreu

Faleceu, com 85 anos, o camarada José Alberto Abreu, conhecido por «Zé Esticado». Aderiu ao Partido durante a guerra civil de Espanha, tendo pertencido ao Socorro Vermelho. Fez as campanhas do MUD, das presidenciais de Norton de Matos, de Ruy Luís Gomes e de Arlindo Vicente/Humberto Delgado. Sofreu duas prisões no Heroísmo, tendo estado ainda preso durante três anos em Peniche.

Joaquim Paté

Faleceu, no passado dia 5 de Fevereiro, com 85

7ª Assembleia de Alpiarça Reforçar a organização

Sob o lema «Com o PCP, em frente reforçar a organização» realizou-se, no passado domingo, a 7ª assembleia da Organização Concelhia de Alpiarça do PCP.

Os cerca de 150 delegados debateram com grande franqueza e aprovaram o relatório e o plano de actividades apresentadas pela Comissão Concelhia cessante (o primeiro foi votado com duas abstenções), e elegeram por unanimidade a nova comissão concelhia.

Os trabalhos, acompanhados com interesse por muitos convidados, foram dirigidos pelo camarada Armindo Pinhão, e deram muita atenção à situação económica e social, com desta-

da coordenação de esforços entre os eleitos comunistas dos diversos órgãos autárquicos, através, nomeadamente, de uma efectiva descentralização de competências e de meios com o objectivo de melhorar o trabalho junto das populações.

Foi salientado, no entanto, «a necessidade de não afunilar a nossa intervenção apenas no trabalho autárquico», tanto pelo próprio, como por outro camarada, no seguimento do relatório da Comissão Concelhia.

namento das células e outros organismos; mais recolha de fundos; e melhor difusão da imprensa partidária - «Avante!» e «O Militante».

Ao saudar os comunistas de Alpiarça no encerramento da Assembleia, o camarada Carlos Brito, da Comissão Política do PCP e director do «Avante!», sublinhou que a saudação era devida «não apenas pela realização da assembleia, que já era uma boa razão, mas antes dela pelas tradições do povo de Alpiarça e pelo papel na luta do nosso povo e na história do nosso Partido, especialmente durante a ditadura fascista, onde não foi só mártir, mas acima de tudo vanguarda».

Saudou também a nova Comissão Concelhia, desejando-lhe bom trabalho na concretização do plano de actividades aprovado «o que implica uma boa combinação do trabalho colectivo e da responsabilização individual, com o necessário controlo de execução de tarefas distribuídas.»

Mais à frente e referindo-se à feliz coincidência da realização da Assembleia com a comemoração do 74º aniversário do PCP, afirmou: «A presente situação social do nosso povo é bastante má e no país compreende-se que seria ainda muito pior se não existisse o PCP, com a sua acção e a sua luta. É preciso que se compreenda que ela seria muito melhor se o PCP e a CDU tivessem tido mais votos e mais deputados nas últimas eleições. Esta lição deve valer para as próximas.»

O director do «Avante!» lembrou, também, «os avisos e os alertas do PCP em relação às promessas e à demagogia cavaliestas. Os resultados aí estão a confirmar que o PCP tinha plena razão. O descalabro é tão grande que até o Cavaco Silva foge da liderança do PSD e não se atreve a enfrentar o julgamento do povo nas próximas eleições legislativas» - comentou.

O camarada Eugénio Pisco, membro do Comité Central e da DORSA, chamou a atenção para as responsabilidades do Partido afirmando: «As responsabilidades do Partido assim como as tradições de luta e a combatividade do povo de Alpiarça fazem com que em tudo o que de bom ou de mau se faz em Alpiarça esteja a presença do Partido.»

A melhoria e o reforço do trabalho do Partido constitui, por isso, a chave da resposta à situação, de acordo, aliás, com o lema da Assembleia. Essa melhoria exige, como foi salientado, mais participação de todos os membros do Partido; mais recrutamento, rejuvenescimento com a promoção de jovens e de camaradas mais novos; funcio-



Guarda

Interioridade e desenvolvimento

No passado sábado, realizou-se, na cidade da Guarda, no Auditório Municipal, um debate com o tema «Interioridade, Regionalização e Desenvolvimento», tendo participado uma centena de pessoas e que contou com um painel de oradores: José Manuel Maia, Abílio Fernandes, Luís Lourenço, Modesto Navarro e António José de Almeida.

Armando Morais, responsável pela DORG, presidiu ao debate realçando vários aspectos que ilustram as consequências da interioridade e da política centralista do Governo PSD, mas realçando também as potencialidades económicas do Distrito, assim como a luta desenvolvida pelos trabalhadores, os agricultores e as populações por um distrito mais desenvolvido.

José Manuel Maia abordou a regionalização, começando por afirmar que «desenvolver uma região envolve avaliar recursos e potencialidades, identificar carências, problemas, aspirações e assimetrias internas de crescimento e estabelecer uma junção do procedente, objectivos de desenvolvimento bem como os respectivos prazos e problemas de concretização e os meios humanos e financeiros de implementação».

Depois de ter referido muitos dados sobre a produção industrial e agrícola e também o desequilíbrio na distribuição da riqueza, afirmou que o Governo não tem uma estratégia de desenvolvimento do País destinada a recuperar o terreno perdido face à Europa, assim como não tem uma política de rendimentos e uma política social que redu-

za as injustiças sociais, assim como não tem uma política regional e municipal dirigida às gritantes disparidades regionais e a promover as regiões portuguesas mais desfavorecidas.

António José de Almeida, professor do Ensino Secundário, independente, afirmou que a reforma educativa é uma manta de retalhos que contém muitas orientações que não são para levar à prática. Falou ainda das forças de bloqueio e barões do PSD que tudo fazem para perpetuar a ignorância e o obscurantismo e de tudo fazerem para não cumprir os preceitos constitucionais. Deu um exemplo que ilustra a partidarização e a governamentalização dos cargos públicos: recentemente, o coordenador da área educativa atingiu o limite mas teve de assegurar o lugar por mais 6 meses, enquanto os laranjas se degladiavam pela ocupação do lugar, sendo finalmente nomeada uma pessoa da confiança do governo, num processo totalmente à margem das opiniões e aspirações dos professores.

Luís Lourenço, professor na Universidade da Beira Interior, referiu que as instituições do ensino superior em geral e as universidades em particular podem ter um

papel importante na dinamização e promoção do desenvolvimento regional. Contudo, essa promoção pode ser prejudicada, a manter-se a actual política desenvolvida pelo PSD, nomeadamente no que toca ao «numerus clausus» e particularmente ao financiamento.

Modesto Navarro falou da interioridade destas zonas, deu exemplos do Distrito de Bragança, de onde é natural, e interrogou a assistência se as pessoas têm consciência do que representa a política oportunista e de atropelo dos barões do PSD? A resposta viria mais tarde de um dos assistentes que depois de fazer várias considerações disse: «O barão Duarte Lima não é transmontano, não pertence ao povo sacrificado do nordeste.» E apelou a que as pessoas assumam os seus direitos de cidadania e lutem para que muitas pessoas não fiquem abúlicas frente à televisão a assistir à propaganda que promove muitas das ideias e práticas como a direita exerce o poder.

Terminou por falar das gravuras rupestres de Vila Nova de Foz Côa, tendo afirmado que elas são parte da nossa identidade e da nossa cultura, pelo que têm de ser preservadas a todo o custo.

Abílio Fernandes deu vários exemplos da gestão municipal da Câmara de Évora, defendendo que o Poder Local deve ser complementar das acções de desenvolvimento lançadas pelo poder central, que considerou insuficientes. Afirmou também que actualmente está reservado ao poder local um papel secundaríssimo no desenvolvimento, mas mesmo assim este ainda faz muita coisa. Dizendo que o Governo não assume a responsabilidade de desenvolver o País de igual forma, deu como exemplos as diferenças abismais na distribuição de verbas do PIDDAC, do FEF e do Quadro de Apoio. Assim como a diferença entre a construção do autoestrada A1 e o arrastar da construção do IP-2 a que chamou a «rota do subdesenvolvimento». Abílio Fernandes terminou com a afirmação das potencialidades do interior e da importância de o promover e desenvolver, já que isso é do interesse de todo o País.

Em todo o debate, que não foi uma sessão de esclarecimento, mas sim um diálogo e reflexão, onde as questões nacionais e os problemas concretos levantados pelos oradores e mesmo pelos participantes, foi várias vezes afirmada, a grande necessidade de uma nova política que dê resposta aos problemas económicos, sociais, regionais e culturais.



que para a agricultura (continua a ser o sector primário a liderar a economia alpiarcense), ao comércio, à indústria e ao turismo, tendo em vista o desenvolvimento do concelho e o bem-estar da sua população.

O papel que cabe ao poder local - Câmara e Assembleia Municipais e Junta e Assembleia de Freguesia - na resposta a estes problemas, constituiu uma das grandes preocupações da assembleia. A propósito desta matéria, o camarada Raul Figueiredo, presidente da Câmara de Alpiarça, prestou uma detalhada informação sobre os problemas e dificuldades que enfrenta o poder local, anunciou medidas para superar e salientou a necessidade de «uma adequa-

Açores

Centenário da autonomia sem PSD e PS

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores promoveu na passada quinta-feira a comemoração do centenário da publicação do primeiro decreto da autonomia administrativa do arquipélago açoriano.

Contando com a participação do Presidente da República e de outras figuras do Estado, estas comemorações vieram confirmar a natureza nacional da autonomia regional, bem como o facto do sistema autónómico actual constituir um traço caracterizador da democracia portuguesa.

O Secretariado da Organização da Região Autónoma dos Açores do PCP, numa nota à imprensa, chama a atenção para o facto de Cavaco Silva não ter estado presente nas comemorações e dos presidentes dos Grupos Parlamentares do PSD e do PS na Assembleia da República não terem correspondido pessoalmente ao convite que lhes foi dirigido para participa-

rem na sessão solene. «De facto, o primeiro-ministro e o seu Governo têm dado provas de centralismo e falta de atenção para os problemas açorianos, não podendo deixar de se interpretar esta ausência como mais um sinal claro de desrespeito pela autonomia».

Estas ausências fazem levantar uma dúvida sobre o «empenho sincero da dimensão nacional destes partidos a respeito dos problemas dos Açores e, especialmente, sobre a clarificação constitucional que se reclama para o poder legislativo regional e para o relacionamento financeiro entre a região e o Estado», afirma a regional.

Os comunistas reafirmam ainda o seu «empenhamento regional e nacional na defesa e clarificação da autonomia e na luta para que venha a ser criado um poder regional democrático e respeitador dos açorianos de todas as ilhas».



PCP recebe Associação de Sargentos

Na passada sexta-feira, uma delegação da Associação Nacional de Sargentos, integrada pelo sargento-ajudante Teixeira da Silva, e pelo sargento-ajudante Alvaro Martins, vice-presidente da Direcção da ANS, foi recebida na sede do PCP em Lisboa, na Rua Soeiro Pereira Gomes. Pelo PCP estavam Fernando Blanqui Teixeira, do Secretariado e do Comité Central, e João Amaral, deputado do PCP à Assembleia da República.

FLORES E IGUALDADE PARA AS MULHERES

Dirigentes da CGTP-IN participaram ontem em encontros, debates e outras iniciativas em todo o País, com o objectivo de assinalar o Dia Internacional da Mulher. Visitaram também várias empresas, oferecendo flores às trabalhadoras e distribuindo um desdobrável que apela à luta pela aplicação dos direitos ao trabalho, à igualdade de tratamento no trabalho, na família e na sociedade, à maternidade, a tempos livres e outros direitos já conquistados.

As mulheres continuam a receber, por trabalho igual, salários mais baixos entre 10 e 36 por cento que os homens; são ainda as primeiras a ser despedidas e os alvos preferenciais da precariedade laboral. O folheto da CGTP refere ainda que 56,3 por cento dos desempregados são mulheres.

Recordando que foi o Governo do PSD que aumentou para 65 anos a idade de reforma das mulheres (e já fala em passá-la para 67 anos), a Inter exige uma nova política, que respeite a igualdade de direitos, oportunidades e tratamento, e que promova a melhoria das condições de vida e de trabalho de todo o povo e, em particular, das trabalhadoras.

LICENÇA DE 14 SEMANAS

As trabalhadoras do município de Lisboa passaram a poder usufruir de uma licença de maternidade de 14 semanas, na sequência de um despacho da vereadora do pelouro da Gestão de Recursos Humanos e de Acção Social da Câmara Municipal de Lisboa. Este é um direito de todas as trabalhadoras que está consagrado na legislação comunitária desde Outubro de 1992; no entanto, ainda não foi publicada a legislação regulamentadora em Portugal, o que deveria ter sucedido até Outubro passado.

HIDROSOREFAME REINCIDE

Dois dirigentes sindicais dos metalúrgicos estão proibidos pela administração da Sorefame/Hidrosorefame de entrar nas instalações da empresa, na Venda Nova, desde a passada segunda-feira. Um deles, António Tremoço, já havia recebido tratamento semelhante, o que rendeu à administração a condenação em tribunal, no passado mês de Junho. Tremoço e Baleixo encontram-se actualmente entre os 24 trabalhadores que, abrangidos pela mais recente tentativa de despedimento colectivo, se recusam a ceder às pressões para a venda dos postos de trabalho. Todos foram proibidos de entrar na empresa, mas têm-se mantido à porta das instalações, em protesto contra esta arbitrariedade.

A par de diversas expressões de solidariedade da população, a tentativa de despedimento tem motivado várias lutas dos trabalhadores da Sorefame e Hidrosorefame, a mais recente das quais teve lugar ontem: uma greve de 4 horas intercaladas durante o dia de trabalho. Entre as acções previstas para breve está uma vigília à porta do administrador que é considerado o homem de mão da multinacional ABB na metalomecânica da Venda Nova, o engenheiro Carlos Dias.

POIS SE DESPEDIU...

A falta de meios humanos foi referida pelo Centro Regional de Segurança Social de Évora como um dos motivos por que ainda não pagou aos desempregados abrangidos pela PT 145 o complemento de 20 por cento sobre o subsídio de desemprego, devido a partir da sua entrada para os programas ocupacionais. A resposta do CRSS foi obtida recentemente pelo Secretariado Inter-Regional do Alentejo da CGTP, que desde Outubro vem chamando a atenção para o problema.

O secretariado recorda que a mesma estrutura que agora vem dizer que não cumpre as suas obrigações por falta de pessoal é a mesma «que fez um saneamento de pessoal através da aplicação da Lei dos Disponíveis, que criou a instabilidade e a insegurança no trabalho, que levou centenas de trabalhadores dos serviços a anteciparem a sua reforma». Denunciando a paralisia a que foi votado o CRSS, o secretariado afirma que a criação de centros regionais de âmbito pluridistrital «apenas serviu para alimentar clientelas políticas do PSD e dos seus seguidores».

O Secretariado Inter-Regional protesta também, numa nota de imprensa de dia 6, por ainda não estarem nomeados e empossados os órgãos consultivos do CRSS do Alentejo e dos respectivos distritos, o que devia ter sucedido há quase um ano.

CGTP REÚNE HOJE CONSELHO NACIONAL

Para reflectir colectivamente sobre a situação económica e social do País, à luz das recentes evoluções políticas, está hoje reunido em Lisboa o Conselho Nacional da CGTP-IN, anunciou o departamento de informação da central, adiantando que vão ser analisadas «as preocupantes consequências que o fracasso da política económica e social do Governo está a ter, nomeadamente no plano do emprego, do nível de vida dos portugueses, da protecção social e dos direitos dos cidadãos trabalhadores por conta de outrem». O CN «perspectivará também o desenvolvimento a acção reivindicativa dos trabalhadores portugueses», refere ainda o comunicado de imprensa divulgado anteontem.

Sindicatos denunciam mistificação na Saúde

Em conferência de imprensa, foram desmentidas afirmações de Paulo Mendo numa entrevista recente

A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública acusou o ministro da Saúde de mistificar as questões do sector na recente entrevista ao «Notícias Magazine».

Desmentindo a afirmação de Paulo Mendo de que num centro de saúde se consegue uma consulta no prazo máximo de *dois dias*, a FNSFP indicou 20 estabelecimentos de todos o País onde essa demora é muito superior, chegando a igualar ou exceder **um ano**. Na lista divulgada aos jornalistas dia 1, surgem à frente o hospital de Bragança, com atrasos de 12 e 16 meses em algumas especialidades, e o

de S. João, no Porto, onde já não se aceitam marcações para o ano corrente em Otorrinolaringologia.

Os sindicalistas também contestaram a afirmação do ministro de que a relação média é de *1500 utentes por médico* e que todos os Portugueses têm ou podem ter *médico de família*. Mencionaram, a propósito, 11 centros de saúde, todos com a referida relação acima de 1500 e em sete dos quais há um total de 74215 utentes sem médico de família. Neste total, as maiores parcelas cabem aos centros do Seixal e da Moita, com 30500 e 22100 utentes sem médico de

família, respectivamente. Em todo o distrito de Évora, citaram também, médicos de família só se conseguem «ao fim de um ano ou dois, na melhor das hipóteses».

Para a FNSFP, «só há uma maneira de diminuir o acréscimo das urgências, é **investir nos cuidados de saúde primária, na saúde pública e na educação para a saúde**». «O que tem sido feito - protestaram os dirigentes sindicais - é exactamente o contrário, isto é, investir em grandes hospitais e, depois de o investimento estar feito e ser público, querer entregá-los a empresas privadas».

Sobre a defesa por Paulo Mendo do *seguro de saúde*, «como se os portugueses pudessem pagar» tal garantia, a federação sublinhou que «os portugueses já pagam cerca de 50 por cento dos custos da saúde», quando «é ao Estado que compete investir mais e melhor».

Na reunião, defendeu-se também que o Governo, «em vez de investir em hospitais monstruosos que já não se fazem em lado algum do Mundo», devia fazê-lo «em unidades de retaguarda (que, ao invés, estão a fechar), em mais e melhores centros de saúde e no seu equipamento».

Rodoviária privatizada piorou e encareceu os transportes

As consequências nefastas da privatização da Rodoviária Nacional foram denunciadas no recente congresso da Festru. Além da liquidação de cerca de 3 mil postos de trabalho, nos últimos 3 anos, no conjunto das empresas resultantes da cisão e privatização da RN, a Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos verificou que os transportes são agora piores e mais caros, existindo já vastas regiões do País que não têm transportes colectivos, sendo as populações aí residentes a recorrer a outros meios, normalmente mais caros, e acentuando-se assim os isolamentos existentes.

Este é o resultado de a lógica do lucro se sobrepor ao dever do Estado de assegurar um dos serviços sociais mais importantes, que é o transporte - concluiu o 6º Congresso da Festru, que reuniu a 17 e 18 de Fevereiro em Tróia.

No último triénio, verificaram os congressistas, houve um agravamento das condições de trabalho no sector. Aumentaram os ritmos e horários de trabalho, chegando os tempos de condução a atingir as 16 ou mais horas diárias, o que coloca em risco a segurança rodoviária e a saúde do trabalhador. Cresceu a precariedade dos vínculos laborais, enquanto os aumentos salariais têm ficado sistematicamente aquém da inflação.

O congresso repudiou a constante violação do direito à negociação e contratação colectiva por parte do Governo e dos seus mandatários nas empresas. Condenou igualmente as limitações da actividade sindical e do exercício do direito à greve (com a imposição ilegal dos chamados serviços mínimos).

Os 160 delegados ao Congresso, vindos de todo o País, manifestaram amplo e unânime apoio aos documentos apresentados para votação, onde se analisa a actividade da federação nos últimos 3 anos e se traçam as linhas de acção para o próximo triénio, tal como à lista eleita para dirigir a Festru até 1998.

Conscientes das dificuldades existentes e sobejamente evidenciadas nas dezenas de intervenções, os congressistas afirmaram a necessidade de alterar a presente situação. Nesse sentido, exigiram um novo Governo e uma nova política, que devem resultar de eleições legislativas e contemplar o conteúdo das reivindicações dos trabalhadores, nomeadamente a defesa do emprego, a melhoria dos salários, o respeito pelos direitos laborais e sindicais, a garantia de protecção na velhice e na doença, o fim do trabalho infantil e dos salários em atraso.

Em defesa dos benefícios conquistados nas telecomunicações e nos CTT

Dezenas de dirigentes e activistas sindicais da Portugal Telecom e dos CTT exigiram, na semana passada, o direito a negociar o futuro regime de assistência na saúde e a manutenção das actuais regalias nesta área.

Depois de terem aprovado um documento reivindicativo junto à sede da Telecom, nas Picoas, onde estiveram concentrados quarta-feira à tarde durante mais de uma hora, os sindicalistas e membros das comissões de trabalhadores das duas empresas deslocaram-se às sedes dos CTT, da holding Comunicações Nacionais e do Instituto de Obras Sociais. O desfile, encabeçado por um burro que ostentava um letrado que o identificava com o presidente da PT, foi conduzido de forma a permitir a entrega do documento reivindicativo na ex-caixa de previdência dos TLP, no Instituto de Obras Sociais dos trabalhadores da Telecom e CTT e nas administrações das duas empresas.

A iniciativa foi promovida pelos sindicatos que não assinaram o acordo de empresa proposto por Todo Bom e que continuam a protestar contra o facto de o aumento salarial não ter sido aplicado a todos os trabalhadores. Os sindicatos - refere a agência Lusa - vão agora virar as suas atenções para a situação do regime de saúde, pois temem não ser consultados, antes de serem feitas alterações que põem em causa muitos dos benefícios conquistados pelos trabalhadores nos CTT e nas empresas que o Governo fundiu na Portugal Telecom.

Estava marcada uma reunião para anteontem na qual as organizações representativas dos trabalhadores da Telecom e dos CTT iam discutir outras acções a desenvolver.



Viabilizar empresas e evitar despedimentos

Da Madeira ao Porto, da Torralta aos Cabos Ávila, de Setúbal à Marinha Grande, inúmeras lutas em curso mostram quem realmente está empenhado na defesa do aparelho produtivo e no combate ao desemprego

Má-fé das Finanças contra «Cabos Ávila»

Os trabalhadores dos «Cabos Ávila» cortaram segunda-feira à tarde a via rápida que liga Lisboa à Amadora, junto às instalações da empresa, como forma de protesto contra a possibilidade de ser declarada a falência da mesma. Ontem deslocaram-se ao Ministério das Finanças, e estão dispostos a continuar a luta até à próxima reunião dos credores, dia 14.

Em processo de recuperação, os «Cabos Ávila» têm há cerca de um ano um gestor nomeado pelo tribunal na administração. Está previsto o pagamento faseado das dívidas e já foram liquidadas prestações a favor do fisco e da Segurança Social. A empresa tem uma boa carteira de encomendas, investiu na modernização e paga os salários a tempo e horas.

Neste quadro, foi recebido com surpresa o pedido de falência apresentado dia 3, sexta-feira, pelo representante do Estado na assembleia de credores. O secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Vasco Valdez, deu um prazo de 60 dias para pagar os dois milhões de contos de dívidas do IVA e IRS, o que os trabalhadores e seus representantes consideram como a liquidação, na prática, da empresa.

Num breve comentário para o «Avante!», Henrique Monte, do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas, condenou peremptoriamente esta posição do Governo, afirmando mesmo que ela representa um acto de má-fé.

Defendendo que os «Cabos Ávila» são uma empresa viável, o sindicalista - que também é trabalhador da mais antiga fábrica de cabos eléctricos do País, criada há 70 anos e que se mantém com capitais exclusivamente nacionais - chamou a atenção para dois factos:

- a pretendida falência iria mandar para o desemprego 260 trabalhadores, a maior parte dos quais tem mais de 40 anos de idade e 25 de casa;

- a Segurança Social iria gastar 3 milhões de contos em subsídios de desemprego, enquanto a dívida que está na base da posição do fisco é de 2 milhões.

O SIESI tem vindo a denunciar a existência de pressões políticas para provocar o fecho dos «Cabos Ávila». Solicitado a especificar esta acusação, Henrique Monte apenas lembrou que o actual ministro das Finanças foi, até Cavaco Silva o chamar para o Governo, administrador da Cel-Cat, uma das empresas concorrentes.

Já em Janeiro do ano passado foi a luta dos trabalhadores que fez gorar uma tentativa das Finanças para encerrar os «Cabos Ávila».

Casa de Saúde da Avenida exige polícia na reunião

Dois representantes dos trabalhadores da Casa de Saúde da Avenida, no Porto, foram segunda-feira recebidos pelo sócio-gerente da empresa, que impôs como condição para a concretização da reunião a presença de dois elementos da PSP.

As duas dezenas de trabalhadores que se deslocaram ao novo consultório de Eurico de Almeida aguardaram, durante várias horas, que o sócio-gerente os recebesse e garantiram que não arredariam pé enquanto tal não sucedesse, posição que mantiveram mesmo depois da intervenção da PSP. Pretendiam obter a garantia de que lhes seriam pagos os salários em atraso e exigiam uma explicação quanto ao seu futuro, na sequência da decisão do Tribunal Judicial do Porto de penhorar os bens do estabelecimento e de ter sido apresentada uma declaração de falência na semana passada.

No encontro, o gerente solicitou aos representantes dos trabalhadores que aguardassem até amanhã por uma resposta às reivindicações.

Francisco Figueiredo, do Sindicato dos Trabalhadores da Hotelaria, Turismo e Similares do Norte, disse à Lusa que Eurico de Almeida aceitou entregar um cheque de 400 contos, provenientes da dívida do Ministério da Justiça aquela unidade de saúde, e prometeu estudar a hipótese de entregar 50 contos aos funcionários que se encontram de baixa e aos que suspenderam o vínculo, e 100 contos aos que se mantêm ao serviço.

Os trabalhadores consideram que a viabilização da empresa, com a manutenção dos postos de trabalho, é possível desde que o gerente devolva «tudo o que retirou da Casa de Saúde». Eurico de Almeida é acusado pelos trabalhadores e o sindicato de ter comprado um consultório e transferido para lá doentes e médicos assistentes.

Do pedido de falência apresentado quarta-feira, o pessoal teve conhecimento apenas sexta-feira, quando os funcionários judiciais tentaram penhorar os bens da casa de saúde, em consequência da falta de pagamento das custas judiciais, no valor de 500 contos, do processo especial de recuperação da empresa. A penhora não se concretizou devido à oposição dos trabalhadores, que têm realizado nos últimos meses várias acções de protesto.

Transportes Colectivos do Porto Há que parar a destruição

Os trabalhadores da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto exigiram segunda-feira que o Conselho de Administração pare com a destruição da empresa. Os trabalhadores aprovaram em plenário uma moção onde sublinham ser necessária «uma profunda alteração das políticas traçadas para os transportes do Grande Porto, de forma a evitar a destruição da STCP e a degradação da qualidade dos transportes».

O plenário, convocado pela Comissão de Trabalhadores da empresa, foi acompanhado de um pré-aviso de greve que visou, segundo fonte sindical citada pela Lusa, possibilitar a reunião. As centenas de trabalhadores presentes aprovaram, por unanimidade, a moção apresentada pela CT, na qual se propõe ainda «exigir ao Governo que olhe mais para o Porto e assumas as suas responsabilidades sociais nesta matéria».

Segundo o texto aprovado, o número de cidadãos transportados pela STCP tem diminuído, passando de 297 milhões, em 1989, para 280 milhões, em 1992. Também os efectivos ao serviço da STCP têm vindo a diminuir, passando de cerca de 4 mil, na década de 80, para 3 mil, na de 90.

«É sem dúvida uma dor de alma assistir à morte lenta da que foi a primeira empresa de eléctricos da Península Ibérica e verificar que homens simples e dedicados, depois de mais de 30 anos ao serviço da empresa, são humilhados e pressionados por rapazes (quadros políticos do Conselho de Administração) a fim de aceitarem o despedimento», refere o texto aprovado.

Denunciando as «incoerências» da empresa, a CT dá como exemplos a instalação de carros a gás com a respectiva bomba de abastecimento «que nunca funcionou» e a aquisição de troleieiros articulados «que passaram anos na estação sem poderem funcionar por falta de potência e que hoje estão condenados ao abate».

Das 707 viaturas que circulavam em 1987, prevê-se que em 1995 circulem apenas, de acordo com os dados fornecidos pelo Conselho de Administração, cerca de 600.

Após a aprovação da moção, os trabalhadores da STCP deslocaram-se ao Governo Civil do Porto, onde a CT entregou o texto e apresentou o problema a Leite de Castro.

Segundo fonte da CT, os trabalhadores vão estudar «novas formas de protesto» de modo a «contrariar a política de destruição da empresa».

Atlantis tem que pagar hoje

Os trabalhadores do hotel Atlantis (Madeira) decidiram segunda-feira esperar até hoje pelo pagamento dos salários em atraso (Fevereiro e metade do 13º mês). Em plenário resolveram ainda enviar uma carta a Alberto João Jardim, a solicitar uma audiência. Caso esta não lhes seja concedida, os trabalhadores estão dispostos a realizar uma concentração junto da sede do Governo Regional.

Por sugestão do presidente do Sindicato da Hotelaria e Turismo, Leonel Nunes, os trabalhadores passaram a manter-se, por turnos, no hall do hotel, defronte do gabinete da administração, e não nas respectivas secções de trabalho, dado que o Atlantis não tem clientes - refere a agência Lusa.

Os trabalhadores do hotel Atlantis expressaram a sua disposição de participar na manifestação convocada para ontem por vários sindicatos da Madeira, contra os salários em atraso.

Na sexta-feira, um dia depois de terem recusado as cartas de despedimento que lhes quiseram entregar, os trabalhadores do Atlantis

retiveram a direcção do hotel nos gabinetes por algumas horas. Além do pagamento dos ordenados em dívida, exigem que o hotel seja viabilizado e os postos de trabalho garantidos.

Para proceder ao despedimento colectivo dos 240 trabalhadores do hotel Atlantis, a Interhotel/Grão Pará invocou o argumento de que as obras de ampliação do aeroporto do Funchal penalizam a exploração daquela unidade, razão pela qual exige do Governo Regional uma indemnização de 12 milhões de contos. O sindicato da Hotelaria e Turismo, revelou Leonel Nunes, encomendou já um estudo a vários especialistas em aeronáutica no sentido de ser apurado até que ponto as obras de ampliação do aeroporto prejudicam ou não o Atlantis.

Luta continua na Torralta

O representante dos trabalhadores da Torralta na assembleia de credores considera que a situação do pessoal ficou adiada, apesar de ter sido aprovado na semana passada o plano de viabilização da empresa. Joaquim Pires comentou à agência Lusa que pode encarar-se a situação construindo dois cenários: um positivo, em que a luta dos trabalhadores contribuiu para a viabilização, porque havia informações de que o Estado ia deixar cair a empresa à última hora; e outro mais cinzento, porque as preocupações não terminaram.

«A condição imposta pelos credores públicos, que determinaram um prazo para vender os seus créditos, permite ao Governo recuar», frisou o representante dos trabalhadores. «A imposição da condição resolutive pode adiar por mais um mês o pagamento dos salários. Vamos encontrar-nos com o administrador judicial e a administração da empresa para debater este problema e para que possa haver uma injeção de capital que permita à empresa manter a actividade», disse Joaquim Pires.

O representante dos trabalhadores salientou que estes estão também preocupados com a possibilidade de a falência poder ser decretada «no secretismo dos gabinetes», pelo que vão organizar-se para «pressionar permanentemente o poder político no sentido de garantir a viabilização da empresa».

A Torralta será declarada falida no dia 3 de Abril, se até lá o Estado não garantir a venda dos 24,5 milhões de contos de créditos que detém na empresa turística, segundo a decisão tomada dia 2 no Tribunal de Grândola. A sétima e última assembleia de credores da Torralta aprovou o plano de viabilização apresentado pelo administrador judicial, João Carvalho das Neves. O plano sofreu, no entanto, duas adendas, uma das quais, apresentada pelos credores públicos, impõe a condição de o Estado vender os seus créditos num prazo de 20 dias depois da sentença de homologação do plano transitar em julgado. Segundo fonte judicial citada pela Lusa, a sentença transita em julgado oito dias judiciais depois de a ser proferida e os 20 dias do prazo são contados de seguida, pelo que o futuro da Torralta terá de ser decidido até 3 de Abril.

Plenário amanhã na Renault

Reunidos anteontem no Sindicato dos Metalúrgicos, em Setúbal, os representantes dos trabalhadores da Renault Portuguesa (de Setúbal, Lisboa e Cacia) decidiram intensificar a mobilização e esclarecimento para desenvolver acções de luta a nível de toda a empresa, reclamando a manutenção e desenvolvimento do aparelho produtivo e dos postos de trabalho. As acções serão desencadeadas a nível de cada unidade, devendo culminar com acções convergentes - refere uma nota distribuída no final da reunião.

Para amanhã, foi convocado um plenário geral de trabalhadores, na unidade de Setúbal, para dar andamento a estas conclusões.

Os membros das estruturas representativas do pessoal da Renault analisaram as intenções da administração e do Governo, a quem acusam de tentar diminuir o número de concessionários (com consequente degradação da qualidade de serviços de venda e pós-venda, e redução de mais um milhar de postos de trabalho nesta área), transformar a unidade de Cacia em oficina de maquinação (transferindo para aqui, com recurso a fundos públicos, equipamento obsoleto existente em instalações da Renault no estrangeiro) e encerrar a unidade de montagem em Setúbal (cujos trabalhadores seriam despedidos).

Crise alastra em Vieira de Leiria

Reuniu anteontem no Tribunal da Marinha Grande a assembleia de credores constituída no processo especial de recuperação da «Duarte Feteira».

Esta é a quarta empresa do sector metalúrgico da Vieira de Leiria que passa por este processo, realça o sindicato dos Metalúrgicos dos distritos de Leiria e Coimbra. Num comunicado em que exige medidas para a crise que alastra na Vieira, o sindicato recorda que a «Tomé Feteira» está a seis meses do final do período de gestão controlada, a Fábrica de Aços foi declarada falida em Dezembro e a «Faprilima» foi abandonada pelo patrão.

Há apenas cinco anos, estas cinco empresas

davam trabalho a 728 pessoas (as fábricas da Vieira chegaram a ter 1500 trabalhadores) e facturavam mais de 2 milhões de contos por ano. Hoje o sector metalúrgico emprega aqui apenas 150 trabalhadores. Neste quadro, o sindicato considera «de primordial importância» a viabilização da «Duarte Feteira», que tem um passivo de 96 mil contos, mais de 90 por cento dos quais são devidos à Segurança Social.

Na véspera da assembleia de credores, os representantes dos trabalhadores deslocaram-se ao Centro Regional de Segurança Social, mas ainda não era conhecido o teor do despacho do secretário de Estado sobre a matéria.

Mafra estagnada CDU acusa gestão PSD por marasmo e falta de estratégia

A CDU em Mafra fez um balanço do primeiro ano de mandato da gestão autárquica do concelho, cujo executivo é dirigido há 15 anos pelo PSD, os últimos cinco com maioria absoluta. Acusando essa gestão de ter sido ultrapassada «pela dinâmica dos concelhos limítrofes», os representantes da CDU apontam casos de empresas como o da falência da FOC e a crise na Marcolauto como exemplos que ilustram estas afirmações. As dificuldades de sobrevivência do pequeno comércio, a crise na agricultura, o definhamento de mercados tradicionais como a Feira da Malveira e a Feira de Gado são outras constatações que fazem de Mafra um concelho onde, segundo a CDU, a autarquia não responde às exigências que a realidade impõe.

A personalização da gestão municipal em torno da figura do presidente da Câmara tem levado, segundo a CDU, à escolha de «equipas de fraca preparação técnica e política» com consequências nefastas em decisões determinantes para o concelho.

Ao fim de 15 anos de gestão do PSD, o concelho continua sem Plano Director Municipal, sem planos de urbanização nos principais núcleos populacionais, na maioria das freguesias não há saneamento básico em muitos locais, «sendo de maior gravidade os casos de Mafra, Malveira e Venda do Pinheiro», lê-se no documento distribuído pela CDU à comunicação social.

«Improvisado», «soluções imediatistas» e ausência de estratégia de desenvolvimento são outras acusações proferidas pela CDU.

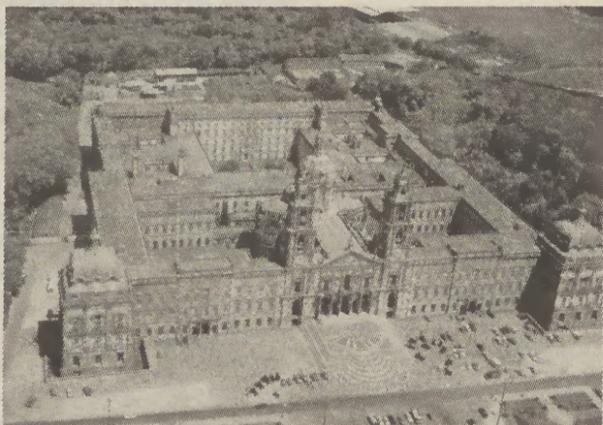
«Os orçamentos municipais são de ano para ano mais robustos (este ano de três milhões e 600 mil contos) mas os Planos de Actividades não têm passado de longas listagens de intenções que o presidente da Câmara vai fazendo executar de harmonia com a sua visão política autárquica e atendendo sempre a interesses de ordem eleitoralista», acusa a Coligação.

PS sem alma

As críticas estendem-se ao PS que, com três vereadores eleitos, «tem-se mostrado uma oposição sem alma, sem imaginação e sem programa alternativo».

Uma Assembleia Municipal que vota «docilmente» as intenções do executivo, juntas de freguesia «sem capacidade financeira», assembleias de freguesia «desmotivadas» fazem com que a vida política no concelho se encontre «estagnada, diremos mesmo, moribunda».

A CDU diz que crescimento «apenas em termos de cimento e alcatrão» não corresponde a desenvolvimento, pelo que per-



gunta pela rede de saneamento básico que existe apenas em três (e inacabada) das 17 freguesias, pela electrificação da linha do Oeste, pelo planeamento e diálogo com os diversos agentes económicos que permita uma verdadeira política de promoção turística do concelho, por medidas de segurança que impeçam o agravamento de situações de delinquência e toxicodependência, pelos centros de saúde que faltam, pela constituição de um Conselho Local de Educação e por um debate público que defina linhas de uma política cultural.

Plano de Actividades sem respostas e Orçamento pouco explicado

A CDU apreciou também o Plano de Actividades e Orçamento para 1995 da Câmara Municipal de Mafra, acusando de não conter qualquer perspectiva de resolução de problemas de primordial importância.

E o caso da melhoria de transportes de ligação dos lugares e freguesias do concelho; a ligação da estação ferroviária, pelo menos, à vila sede do concelho; transportes nocturnos, apoio à terceira idade e juventude;

melhoria de qualidade dos serviços do hospital ou de perspectivas de expansão habitacional.

Outras falhas no Plano de Actividades dizem respeito à falta de medidas para que Mafra não se torne mais um dormitório de Lisboa; outras para melhorar a oferta de emprego e condições de fixação de habitantes e, finalmente, as condições de segurança da população.

A CDU manifestou dúvidas quanto a avultadas verbas do Orçamento inscritas, sem qualquer explicação, na rubrica «Outros». Por outro lado, não existe qualquer referência ao milhão de contos recebido pela autarquia da empresa concessionária da exploração e gestão dos serviços municipalizados e faltam muitas informações sobre obras a realizar que

estão orçamentadas em vários milhares de contos.

Outras críticas da CDU dizem respeito ao plano de urbanização da área territorial da Ericeira e em relação à própria concessão dos serviços municipalizados.

Fim do porte pago mata «Associação»

A Direcção Nacional da Associação Portuguesa de Deficientes (APD) decidiu suspender a publicação do jornal «Associação» em consequência do aumento de despesas provocado pela portaria governamental que elimina do benefício do Porte Pago as publicações cuja periodicidade ultrapasse a mensal.

«A Associação Portuguesa de Deficientes, como muitas outras instituições sem fins lucrativos, miseravelmente subsidiadas pelo Governo, não consegue suportar os custos inerentes à elaboração mensal do seu jornal, que é pago, na íntegra, com as verbas da Associação», lê-se numa nota da APD sobre o assunto.

«Suspender o «Associação» significa privar milhares de deficientes e muitas instituições públicas e particulares de informação especializada, significa privar um grande número de deficientes, condenados ao isolamento, da leitura do único jornal a que têm acesso, significa privar milhares de deficientes do contacto regular com a sua Associação», lê-se na nota onde se expressa o pesar da APD e se denunciam os motivos.

A APD exigiu ao ministro da tutela uma solução para este caso e afirma «que esta medida se insere numa das muitas tentativas deliberadas de silenciar a voz das organizações não-governamentais, representativas dos mais variados sectores e camadas da população», concluindo dizendo ser esta «uma restrição gravíssima à liberdade de informar e ser informado».

Hospital Amadora-Sintra «Indigência de princípios» usada por Ministério contra utentes

A Comissão de Utentes do Hospital Amadora-Sintra distribuiu uma nota onde considera ter sido usada pelo Ministério da Saúde «uma linguagem despropositada e de confessada indigência de princípios, imprópria de governantes de um Estado Democrático, quando dirigida a cidadãos que representam um movimento de opinião que até ao momento já recebeu mais de 12 mil assinaturas de apoio».

Esta a resposta da Comissão de Utentes a uma nota do Ministério da Saúde divulgada a 27 de Fevereiro passado, acusada de cometer «a insensatez de atribuir à Comissão de Utentes intenções desestabilizadoras, como se a razão e a legitimidade de exprimir opiniões sobre o Hospital da Ama-

dora, constituísse privilégio do Ministério da Saúde».

A Comissão diz que «ao tentar renascer o velho e perverso lema de que «quem não é pela Nação é contra a Nação», a nota distribuída pelo Ministério da Saúde configura uma total e surpreendente incapacidade de entender o direito à participação e contestação, sobretudo quando este direito é exercido com elevação e civismo».

Este movimento, que recebeu já o apoio das Câmaras e Assembleias Municipais, Juntas e Assembleias de Freguesia dos Conselhos de Amadora e Sintra, reafirma a sua disposição de prosseguir a sua luta, mau grado a nota ministerial.

Ao «tentar renascer o velho e perverso lema de que «quem não é pela Nação é contra a Nação», a nota do Ministério da Saúde mostra «a incapacidade de entender o direito à participação» das populações

«A Eira» relata «escândalo do matadouro»

Saiu mais um número de «A Eira», boletim da Associação dos Agricultores do Porto (APA) onde se dá particular destaque ao que é apelidado de «o escândalo do Matadouro do Vale do Sousa e Baixo Tâmega».

Tal como o «Avante!» noticiou, a APA colocou uma faixa de pano no local para denunciar «o escândalo deste investimento que nada tem a ver com os interesses dos agricultores da região».

O pano diz: «aquí jaz um milhão e quinhentos mil contos, para o «novo matadouro» que morreu ao nascer».



Cinco dias depois da sua colocação, relata «A Eira», o pano foi retirado mas a APA diz estar decidida «a não deixar cair no esquecimento este escândalo, uma vez que se trata de um empreendimento, na base de dinheiros públicos, que alegadamente foram investidos para a defesa e o desenvolvimento da agricultura da região».

Nesse sentido, a APA vai recorrer à Procuradoria-Geral da República solicitando um inquérito no sentido de apurar as responsabilidades «quer em relação ao próprio projecto, inteiramente desadequado às realidades» da região, «quer no que diz respeito ao destino dos milhares de contos do erário público» já gastos sem que daí resultasse obra feita.

A Voz dos Reformados

O jornal «A Voz dos Reformados» pôs a circular o número respeitante a Janeiro/Fevereiro onde se inclui um artigo sobre a «Marcha para uma vida melhor» promovida conjuntamente pelo MURPI e a Inter-Reformados no passado dia 17 de Dezembro e que fez desfilar nas ruas de Lisboa

muitos reformados, pensionistas e idosos.

Artigos sobre o orçamento para 1995 da Segurança Social e a recordação do 18 de Janeiro de 1934 são outros destaques deste número do órgão da Confederação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos/MURPI.



AGRAVA-SE A CRISE EM SANTARÉM

No distrito de Santarém, o número de empresas industriais destruídas nos últimos dois anos elevou-se a mais de quarenta, tendo no mesmo período crescido o número de desempregados e proliferado os salários em atraso, bem como os actos de promoção do trabalho clandestino e de desrespeito pelo exercício dos direitos e liberdades sindicais. Quem o afirma é o deputado comunista Luís Peixoto, que considera ainda serem cada vez mais crescentes as dificuldades no acesso aos cuidados de saúde e quase completa a liquidação do sector agrícola.

Na análise que efectuou à situação socioeconómica no distrito, em intervenção produzida no período antes da ordem do dia de uma das sessões plenárias da semana transacta, Luís Peixoto não teve dúvidas em considerar que a situação hoje existente é inegavelmente pior daquela que existia há um ano, fundamentando para o efeito o seu ponto de vista com numerosos testemunhos e exemplos concretos. Defendido por Luís Peixoto, neste contexto, foi a realização de um Congresso do Distrito de Santarém, "não um Congresso de faz de conta", como pretende o PSD, mas sim um "Congresso em que estejam envolvidos desde o início na sua definição e organização os municípios e demais entidades representativas e identificadas com a região".

PROJECTO FUNCHO/ODELOUCA

A ministra do Ambiente garantiu na Assembleia da República que o projecto Funcho/Odelouca será reformulado no decorrer do ano em curso e aberto o respectivo concurso público. Foi na última sessão de perguntas ao Governo, realizada faz amanhã oito dias, tendo a questão sido suscitada pelo deputado comunista José Manuel Maia que, na ocasião, lembrou as Jornadas Parlamentares do PCP realizadas em Silves, no decorrer das quais foi sublinhada a importância daquele projecto e do arranque da construção da barragem de Odelouca. Assegurado pela ministra foi ainda o início da construção desta barragem no decorrer de 1996, tendo ainda sublinhado que em 1998 todo o sistema entrará em funcionamento.

TRABALHADORES ADUANEIROS

Sem uma resposta clara do Governo ficaram, por outro

lado, na mesma sessão de perguntas, as questões levantadas pelo deputado comunista Lino de Carvalho relativamente aos problemas com que se confrontam os trabalhadores aduaneiros em consequência da abolição das fronteiras internas da Comunidade.

Totalizando cerca de cinco mil (número que previsivelmente irá aumentar), estes trabalhadores aduaneiros encontram-se no desemprego, sem que se vislumbrem, como assinalou Lino de Carvalho, "medidas de fundo que dêem resposta à situação específica e especial em que foram colocados".

Em causa está, recorde-se, todo um grupo profissional que se vê na contingência de reconverter completamente a sua profissão, sem que o Governo continue a dar uma resposta cabal em termos legislativos às exigências e propostas dos trabalhadores e das suas estruturas sindicais.

Entre estas, lembradas pelo deputado do PCP, encontram-se a fórmula de cálculo da antiguidade para efeitos de compensação, o valor das indemnizações, as acções de formação profissional e a idade de reforma.

LEI ORGÂNICA DA PSP

Por iniciativa do PCP, o plenário da Assembleia da República apreciou recentemente, para ratificação, o Decreto-Lei que aprovou a Lei Orgânica da PSP. Expondo as razões que presidiram à decisão da sua bancada, o deputado António Filipe recenseou quatro razões, a primeira das quais, observou, tem a ver com o facto de a referida Lei Orgânica conter disposições "de cariz militarizante" que em sua opinião são destituídas de sentido face à natureza civil da instituição. Para António Filipe - e esta foi a segunda razão por si invocada - a lei orgânica em causa contém também "autênticas armas de arremesso contra os direitos dos cidadãos", padecendo, noutro plano, de um outro problema, o qual tem a ver com o facto de a sua aprovação não ter levado minimamente em linha de conta a opinião dos profissionais da PSP. Por último, no entender de António Filipe, a iniciativa de ter chamado o diploma para ratificação encontrou ainda uma quarta ordem de razões no facto de as justas aspirações dos profissionais da PSP, quanto à dignificação das suas funções e da sua carreira, terem sido, disse, "literalmente espezinhadas na lei orgânica".

As ilegalidades das "secretas" e os ataques aos direitos dos cidadãos

Novos elementos e questões vieram a lume com o debate sobre o pedido de inquérito parlamentar às operações do SIS. Ainda não totalmente clarificado, continua o obscuro papel de um general, bem como as conexões das "secretas" com gabinetes ministeriais. Mais claras, essas sim, ficaram as ligações destes factos com a manobra provocatória que deu pelo nome de "desvio dos arquivos da PIDE para o KGB".

O Grupo Parlamentar do PCP reclamou a suspensão das actividades dos Serviços de Informações de Segurança (SIS) e reiterou o pedido de demissão do general Pedro Cardoso, responsável máximo das "secretas". Em causa estão as ilegalidades e abusos que são imputados aos SIS, indissociáveis da ausência de uma fiscalização eficaz e da indefinição dos seus limites de actuação. A questão voltou a lume, faz hoje oito dias, a propósito do inquérito parlamentar pedido pelo Grupo comunista às operações ilegais daqueles Serviços.

Na ordem do dia, para os deputados do PCP, continua a estar a questão da excessiva concentração de serviços de informações nas mãos do Ministro da Defesa, bem como o âmbito da intervenção dos mesmos, que consideram excessivo, a que acresce a referida ausência de fiscalização.

No debate, João Amaral classificou mesmo de "farsa" aquilo que actualmente dá pelo nome de fiscalização, a qual se destina apenas, em sua opinião, nos moldes actuais, a "dar uma mera aparência de democraticidade ao sistema".

Atentados aos direitos

Neste sentido, para a bancada comunista, esta situação configura um caso exemplar de "irregular funcionamento das instituições" que constitui uma "gravíssima ameaça sobre os direitos, liberdades e garantias e sobre toda a vida democrática".

Daí que, coerentemente com a posição por si assumida, os deputados comunistas tenham ainda anunciado ser sua intenção defender como uma prioridade da Assembleia que for eleita nas próximas eleições a aprovação de legislação "que modifique de raiz a actual situação antidemocrática e de serviço partidário do PSD em que vivem os Serviços de Informações, particularmente o SIS".

Perversão das funções

A prova da insustentável situação existente e de como o funcionamento dos Serviços de Informações conflituam abertamente com a Constituição e a Lei fê-la ainda João Amaral, trazendo à colação o que tem sido o comportamento, as concepções e o curriculum do homem que superintende as "secretas", e que foi precisamente o progenitor de um superserviço de informações, General Pedro Cardoso, actual Secretário geral da Comissão Técnica.

Em termos conceptuais, assinalou João Amaral, foi ele que em vários artigos de opinião "defendeu como funções do Serviço de Informações claras ingerências na vida política, partidária e sindical", isto é, entende-os "como vocacionados para a ingerência e provocação políticas em vez do combate à alta criminalidade, banditismo e sabotagem, que são as missões que a lei lhes define".

Ligações perigosas

Num contexto de "bloqueamento da fiscalização, de perversão das funções do Serviços e de enfeudamento político-partidário aos interesses do PSD", importa saber, por conseguinte - e esta foi uma das questões suscitadas por João Amaral para a qual não foi dada resposta por parte da bancada da maioria - até onde vai o envolvimento do SIS, do Governo e do seu aparelho político em determinadas acções de provocação.

Referia-se concretamente João Amaral - com isso levantando uma ponta do véu - ao caso do alegado desvio de arquivos da ex-Pide para o KGB e ao envolvimento e relação que possa ter existido entre o SIS e Pedro Cardoso com membros do Governo e certos gabinetes, como o gabinete de Fernando Nogueira, no lançamento dessa provocação.

Operação provocatória

Inteiramente pertinente, a questão levantada por João Amaral acabou curiosamente por conhecer mais alguns desenvolvimentos, ainda na mesma sessão plenária,

quando se tratou de debater o inquérito proposto pelo PSD ao referido eventual desvio de informações e documentos da Pide.

Sobre o assunto, Lino de Carvalho não hesitou em apelar a operação como "uma pura manobra de chicana política dirigida contra o PCP", com o intuito de "caluniar e desacreditar o partido que mais firme e coerentemente se opõe ao PSD e à sua política", rejeitando por isso, de forma categórica e formal, "todas as insinuações e acusações" formuladas provocatoriamente sobre esta matéria.

Coube ainda a Lino de Carvalho desarticular os argumentos aduzidos pela maioria PSD, pondo nomeadamente em relevo o facto de uma das questões importantes susceptíveis de averiguação - o desvio da lista de milhares de agentes e informadores da Pide, de acordo com o que diz o ex-espião Oleg Kalugin -, ser afinal uma lista que depois do 25 de Abril, no que se refere aos agentes, passou a ser do domínio público, tendo inclusive sido transcrita em Diário do Governo e impressa em livro na Casa da Moeda em mais de quatro mil exemplares, enquanto que as listas de informadores, segundo declarações igualmente públicas de responsáveis da então Pide/DGS, terão sido por estes queimadas antes da sua rendição aos militares de Abril.

O General que sabe muito

Não se ficou por aqui, porém, a desmontagem feita por Lino de Carvalho em relação a esta encenação provocatória ensaiada pelo PSD. No que diz respeito ao hipotético desvio de "dados sobre rela-

ções e contactos com a CIA" - e aqui reside precisamente um dos aspectos mais interessantes de toda esta história -, o deputado comunista trouxe para o centro do debate aquela que poderá ser uma peça-chave para a compreensão e esclarecimento cabal do assunto. Trata-se do papel desempenhado pelo General Pedro Cardoso, cujo largo curriculum nestas matérias o coloca como um profundo conhecedor, senão mesmo o mais habilitado, para falar sobre elas.

E que disse o General? Em artigo intitulado "Informações em Portugal", na revista Nação e Defesa, publicado em Maio de 1977 (ano II, nº3, págs 131 e seg.), citado por Lino de Carvalho, Pedro Cardoso afirma a dado passo que os arquivos e ficheiros da DGS e Legião Portuguesa "não tinham qualquer valor para um serviço de informações", a não ser, observa, o "bom arquivo" da primeira, de grande utilidade para "investigar e instruir processo de crimes contra a segurança interna do Estado, dentro do âmbito restrito da luta anticomunista e tendo como principal adversário o Partido Comunista".

Pedro Cardoso assegura ainda, por outro lado, que a documentação respeitante aos "contactos estabelecidos pela DGS com as polícias e serviços similares estrangeiros", essa, "passou a partir dessa altura a beneficiar de um tratamento adequado".

Significa isto - e esta foi a conclusão tirada por Lino de Carvalho, dirigindo-se directamente à bancada governamental e do partido que a apoia - que "são os senhores, Governo e PSD, que melhor que ninguém sabem onde páram os documentos que alegadamente foram desviados".

Sistema de Autoridade Marítima PCP propõe audição parlamentar

O Grupo Parlamentar do PCP propôs a realização de uma audição parlamentar sobre o Sistema de Autoridade Marítima, a concretizar através da Comissão de Defesa Nacional. Na base desta iniciativa, a consideração de que a saída do Sistema de Autoridade Marítima para a estrutura orgânica do Ministério da Defesa Nacional, perspectivada na Lei Orgânica da Marinha, comporta reais consequências que, no entender dos deputados comunistas, importa aferir.

Na sua análise do problema, os parlamentares do PCP levam igualmente em linha de conta o facto de o referido Sistema de Autoridade Marítima ter por objecto a garantia do cumprimento da Lei nos espaços marítimos sob jurisdição nacional, cabendo-lhe simultaneamente a Segurança Marítima no que se refere ao tráfego de navios e embarcações, à salvaguarda da vida humana no mar, bem como à preservação do meio marinho.

Para a formação comunista, não pode igualmente ser escamoteada a circunstância de o pessoal do Quadro de Pessoal Militarizado da Marinha que opera nesta área não possuir estatuto profissional, aspecto este que reputa de grande importância, porquanto - pode ler-se no texto que solicita a audição parlamentar -, esse estatuto profissional deve "ter em conta a concepção global do Sistema e decorre dele".

Invocada pelo Grupo comunista é ainda a importância do Sistema para o nosso país, na medida em que, no contexto da União Europeia, Portugal detém não apenas a maior área marítima como tem nela a sua principal fronteira, circunstância que naturalmente obriga a uma análise detalhada por forma a serem "adoptadas medidas de política que potenciem o Sistema e melhor defendam o interesse nacional".

Sudão

African Rights, organização britânica de defesa dos direitos humanos, calcula em cerca de três milhões os sudaneses que - para além de terem sofrido o êxodo, a fome e a guerra - são hoje alvo de "abusos, discriminações e maus tratos", nomeadamente devido ao facto de serem cristãos. Em relatório recentemente divulgado, a **African Rights** denuncia o regime militar-fundamentalista do general el-Bechir, que tenta fazer conversões religiosas à força, incluindo de crianças.

Kigali

Milhares de cadáveres de vítimas dos massacres cometidos entre Abril e Junho de 1994 pelas milícias do ex-ditador, foram descobertos enterrados ao lado do hospital central de Kigali. Entre eles os corpos de democratas hutus e seus próximos e de famílias inteiras de tutsis. As identificações foram possíveis graças aos documentos de identidade encontrados na roupa dos cadáveres. Documentos que, de acordo com uma lógica racista, indicavam a respectiva pertença "étnica".

Encontro

Intelectuais equatorianos e peruanos realizaram um encontro na fronteira entre os dois países para assinar um documento de condenação das acções de guerra, que nomeadamente afectam os índios da Amazónia.

Arafat

O líder da OLP, Yasser Arafat, participa como observador na Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Social, a decorrer em Copenhaga, entre 6 e 12 de Março. O líder da OLP foi convidado a participar na Cimeira pelo secretário-geral da ONU, Butros Ghali.

Itália

O antigo primeiro-ministro italiano Giulio Andreotti, 76 anos, será julgado por associação com a Mafia, por decisão de um tribunal de Palermo. Senador democrata-cristão vitalício, Andreotti foi sete vezes primeiro-ministro e ministro 21 vezes. Andreotti é assim o mais alto responsável italiano a ser julgado por este tipo de acusação. Negou sempre que alguma vez tivesse mantido contactos com a Mafia e afirma estar a ser vítima de uma "vendetta" (vingança) destinada a desacreditar a sua longa carreira na política de Itália. Contribuíram, decisivamente, para pôr em xeque o antigo chefe de governo, as confissões de "arrepentidos" da Mafia. Admite-se que o julgamento possa trazer a público dados inesperados sobre as ligações entre a Mafia e a Democracia-Cristã, o partido que dominou a política italiana ao longo de 45 anos.

EUA

Maioria republicana liquida sistemas de apoio social

A batalha eleitoral, com vista às presidenciais de Novembro de 1996, está de facto a começar nos Estados Unidos, e desde já surgem nomes dos "candidatos a candidatos". Um processo que assim se inicia escassos meses após as eleições para o Congresso, que marcaram a primeira metade do mandato de Clinton, dando uma significativa vitória aos republicanos.

Os reflexos negativos desta vitória dos sectores mais à direita no quadro político tradicional norte-americano, não poderão deixar de se fazer sentir, agravando em particular os problemas sociais, embora a sua implementação não corresponda inteiramente aos planos dos seus promotores.

Em pouco mais de cem dias, e sob a direcção do presidente republicano da Câmara dos representantes, Newt Gingrich, figura conhecida da direita americana, iniciou-se a aplicação do programa do partido republicano: cortes radicais nas despesas sociais, uma emenda demagógica prevendo o

equilíbrio orçamental para o ano 2002 (as dívidas americanas triplicaram desde 1980 e, no total, incluindo o endividamento das famílias e das empresas, correspondem a um ano de PIB dos EUA), um decréscimo na contribuição dos EUA para o orçamento da ONU, de par de outras batalhas políticas, nomeadamente em torno das formas de repressão à criminalidade, ou da problemática do aborto.

Na verdade, as leis aprovadas pela nova maioria republicana tendem a pôr em causa quase todos os programas sociais promovidos desde os anos 30.

Mais de 7,2 mil milhões de dólares destinados à manutenção e construção de habitações para famílias pobres vão pura e simplesmente ser riscados do orçamento.

O programa de luta contra a pobreza do departamento do desenvolvimento urbano (HUD) sofrerá também um corte da ordem dos 25%.

Este corte orçamental de um programa destinado a ajudar os

americanos mais atingidos pela própria lógica do sistema, terá dramáticas consequências imediatas: mais de 62.000 famílias deixarão de poder pagar as rendas das suas casas, prevendo-se que este ano 14.000 famílias ficarão sem alojamento.

Henry Cisneros, secretário-geral do HUD, denuncia as razões desta política, em que os atingidos são os "que já vivem em condições lamentáveis". E os beneficiários serão os americanos que melhor vivem e que beneficiarão de "reduções de impostos sobre a mais-valia do capital".

As consequências da liquidação destes programas sociais são de tal ordem que mesmo alguns eleitos republicanos se lhe têm vindo a opor. É o caso do repre-

sentante do Kansas, Pat Roberts, que se opôs à eliminação do programa "Food Stamps" (senhas distribuídas às famílias pobres para compra de alimentos básicos). Este programa, com cerca de três décadas, permite actualmente alimentar mais de 27 milhões de norte-americanos, dos quais metade são crianças. Testemunho das graves consequências sociais da lógica exclusiva do lucro.

A Câmara de representantes acaba entretanto de aprovar uma medida de desmantelamento de um outro importante programa social, criado em 1946: a refeição do meio-dia fornecida nas escolas e de que beneficiam mais de 25 milhões de crianças, constituindo para muitas delas a

única refeição com os elementos nutritivos essenciais para o seu crescimento.

Simultaneamente está-se a tentar pôr em causa as leis adoptadas pelo presidente Kennedy nos anos 60, respeitantes aos direitos civis.

Vários eleitos republicanos no Congresso defendem que tais leis já não seriam necessárias, pois favoreceriam os negros e as minorias em detrimento dos brancos. Um tipo de discurso que explora a situação de desemprego de muitos brancos, ignorando naturalmente factos gritantes como o de duas em cada três crianças negras viver abaixo do limiar da pobreza contra uma criança branca em cada quatro.

Comunistas americanos denunciam o "Contrato com a América"

O "Contrato com a América" - o programa defendido pelos republicanos quando das eleições legislativas parciais do Outono passado - é analisado pelo Partido Comunista dos Estados Unidos, em recente artigo no seu órgão oficial, que aqui sintetizamos.

"O projecto orçamental apresentado pelo presidente Bill Clinton para 1996, enviado ao Congresso dos Estados Unidos, inclui cortes da ordem dos 101.000 milhões de dólares para os próximos 5 anos; mas isso é considerado insuficiente pelos legisladores republicanos, que criticaram o presidente por não proceder a mais cortes no que respeita aos direitos sociais", denuncia o artigo divulgado pelos comunistas americanos.

Na opinião de Ron Daniels, director do Centro de Direitos Constitucionais, os defensores dos direitos humanos e civis não podem ficar na dependência de Clinton para fazer frente

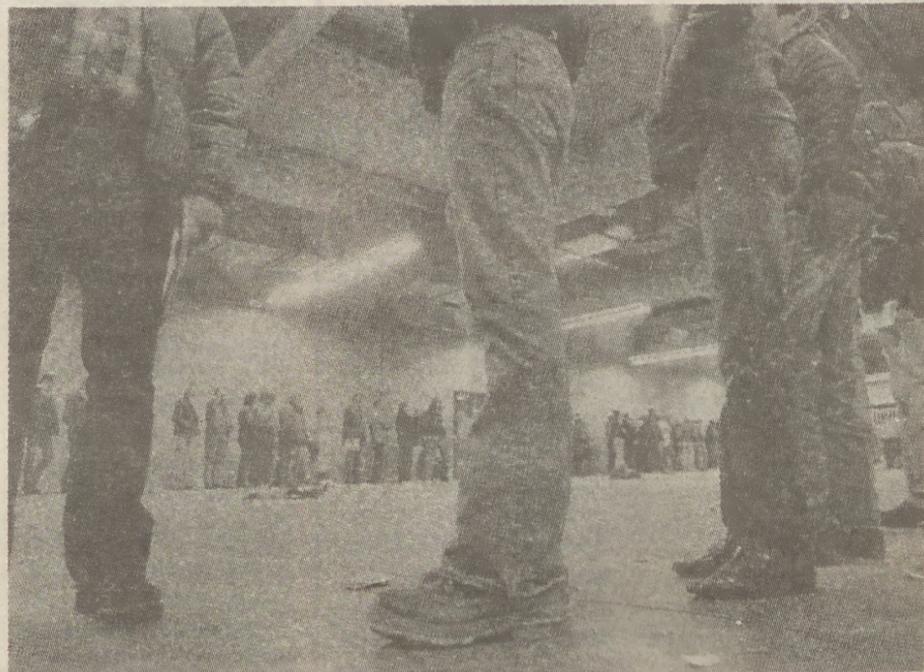
a esta ofensiva republicana. A solução, diz, está na acção de "centenas de organizações populares por todo o país".

Nesta perspectiva, o Centro de Direitos Constitucionais decidiu organizar uma série de acções para 4 de Abril próximo, aniversário do assassinato de Martin Luther King. Data escolhida em homenagem ao "legado de King, de desobediência civil não violenta".

O objectivo é lutar contra o "contrato republicano" que, na opinião de Ron Daniels, iria "destruir o velho contrato social de há 60 anos atrás que ajudou os Estados Unidos a sair da grande depressão".

Na síntese das propostas apresentadas (e agora parcialmente implementadas) pelos republicanos, os comunistas norte-americanos destacam diversas medidas.

A título de responsabilização pessoal e protecção da família, o "Contrato com a América", da direita



Fila de espera para a "sopa dos pobres". Mais de 30 milhões de americanos vivem abaixo do limiar da pobreza

republicana; defende: o corte de quaisquer ajudas a mães solteiras entre os 18 e os 20 anos; a obrigatoriedade de autorização dos pais para a denúncia de abusos sexuais por parte de menores que sejam vítimas de tais abusos; a atribuição de um crédito em caso de adopção de crianças, a "alternativa da direita ao direito da mulher de decidir sobre a interrupção da gravidez".

No que respeita a emprego e

salário, o projecto republicano não visa a criação de um único posto de trabalho, mas introduz novos benefícios para o capital, prevendo reduções dos impostos sobre os lucros empresariais.

No plano da segurança, o projecto suprime os 5.400 milhões de dólares destinados à prevenção da delinquência, aprovados em 1994, e em contrapartida atribui 10.500 milhões de dólares para a constru-

ção de mais prisões e outros 10.000 para a polícia. Simultaneamente endurece as penas de prisão e reforça ainda a pena de morte.

Em termos de segurança nacional, defende-se a elaboração de um estudo sobre as "necessidades de defesa" dos Estados Unidos, com objectivo de aumentar os gastos militares e proíbe-se a transferência de fundos da defesa para programas sociais.

Itália

Manifestação anti-racista

Uma grande manifestação anti-racista percorreu as ruas de Roma em 24 de Fevereiro, reunindo dezenas de milhares de imigrantes de África, Ásia e países muçulmanos. Uma manifestação nacional, que reuniu imigrantes, trabalhadores e jovens de todo o país.

Os organizadores da manifestação - sindicatos e organizações anti-racistas - anuncia-

ram que participaram cerca de 100 mil pessoas. Estiveram presentes no cortejo diversos dirigentes das organizações e partidos de esquerda, nomeadamente do PDS e da Refundação Comunista.

No comício que encerrou a manifestação, exigiu-se a regularização da situação dos trabalhadores imigrantes e o direito de voto para os imigrantes.

Copenhaga

Cimeira debate Desenvolvimento Social

A primeira Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Social começou em Copenhaga dia 6 e deverá encerrar os seus trabalhos no próximo domingo. Inscreve-se na linha de conferências de Nova Iorque sobre a Infância (1990), do Rio sobre o Ambiente (1992), de Viena sobre os Direitos Humanos (1993) e do Cairo sobre a população (1994).

Três são os temas fundamentais que a Assembleia Geral da ONU escolheu para esta Cimeira - a pobreza, o emprego e a integração social. O que só por si testemunha da gravidade dos problemas que hoje se vivem a nível planetário, fruto da fórmula de desenvolvimento capitalista. Teoricamente contestada, mas que dificilmente estará, na prática, em causa.

A Cimeira iniciou os seus trabalhos com uma renovada exigência do Grupo dos 77 - que actualmente engloba os 131 países mais pobres do mundo - de anulação da dívida e uma ajuda de 0,7 por cento do PIB por parte dos países ricos. Uma forma de começar que vai directa ao cerne dos problemas. Mas simultaneamente reflecte as próprias

limitações da Cimeira. Poucos dias antes, os Estados ricos da União Europeia e da OCDE decidiram baixar mais ainda esse apoio.

Uma outra questão candente será a da redução das despesas com armamentos em benefício das despesas sociais.

Actualmente, e segundo números da ONU, apesar de se ter registado uma quebra das despesas militares a nível mundial, os programas militares ascendem ainda a 800 milhares de milhões de dólares, o que corresponde ao rendimento da maioria da população.

O projecto de declaração redigido pelas Nações Unidas inclui dez princípios gerais que apontam para a criação de uma situação económica, política, social, cultural e legislativa favorável ao desenvolvimento social; a erradicação da extrema pobreza; a prioridade ao pleno emprego; promoção da integração social e participação de todos na sociedade; respeito pela dignidade humana e melhoria do estatuto da mulher; reconhecimento do papel fundamental da educação e da formação; acelerar o

desenvolvimento dos países menos avançados; incluir sistematicamente objectivos sociais nos programas económicos; aumentar recursos para o desenvolvimento social;

reforçar a cooperação a nível internacional.

Princípios gerais que poderiam indicar uma linha de mudança. E cuja afirmação só por si é importante. Mas que

na prática apenas poderão ser invocados enquanto princípios, pois o documento final que irá ser aprovado em Copenhaga não terá carácter vinculativo.

Ameaças de lock-out na metalurgia alemã

A luta dos metalúrgicos alemães entrou numa fase mais dura com a reacção brutal do patronato às greves que entretanto abarcaram trinta e três empresas do ramo metalúrgico da Baviera.

A Federação patronal da metalurgia e electromecânica da Baviera, em assembleia geral realizada em Freising, próximo de Munique, ameaçou com o lock-out, o encerramento temporário das empresas sem qualquer indemnização para os trabalhadores.

Ameaças que surgem de par de apelos ao diálogo que primam entretanto, da parte do patronato, pela ausência de respostas concretas às reivindicações operárias.

As sucessivas vagas de greves dos metalúrgicos da Baviera, que actualmente abarcam 35.000 trabalhadores, surgiram como resposta ao arrastar, ao longo de várias semanas, de um diálogo infrutífero.

A exigência do sindicato IG Metal, de aumentos salariais de 6%, em 1995, para os 3,6 milhões de trabalhadores da metalurgia oeste-alemã, não se seguiu qualquer resposta concreta por parte do patronato.

A Federação patronal pretende mesmo fazer tábua rasa dos acordos de 1990, que prevêem a introdução da semana de 35 horas a partir de 1 de Outubro. O que os patrões da metalurgia pretendem impor neste momento é mais "flexibilidade" para organizar no seu interesse o tempo de trabalho dos operários e empregados do sector.

A grande vaga de greves dos trabalhadores metalúrgicos, em defesa das exigências avançadas pelo seu sindicato, tem também a ver com a erosão das condições de vida que se vem registando ao longo destes últimos anos.

Segundo estimativas dos sindicatos, o poder de compra diminuiu de 4% nos últimos quatro anos, por simples efeito da estagnação (e alguns casos regressão) das remunerações. Perdas a que há que acrescentar os efeitos negativos da inflação e do acréscimo do peso dos impostos.

Como afirmam os dirigentes da IG Metal, se tanto se fala de recuperação económica, os trabalhadores também devem beneficiar dela, e não apenas o patronato.

Polónia

O Presidente da Polónia, Lech Walesa, recusa apresentar-se às eleições presidenciais previstas para o próximo Outono, se o escrutínio legislativo não se realizar antes.

No Congresso de Deputados, foi já proposto que as eleições presidenciais se realizem no prazo previsto pela Constituição e marcadas para 22 de Outubro. Esta posição de Walesa tem por objectivo conseguir a dissolução do Parlamento, a convocação de eleições antecipadas e a prorrogação do seu mandato por um ano. Walesa tenta assim por todos os meios manter as suas posições no poder, num momento em que perdeu, no fundamental toda a sua popularidade, pois a sua política económica traduziu-se em acrescidas dificuldades socio-económicas para grande parte dos polacos. O seu mandato de cinco anos termina no Outono.

Dívida

O Clube de Paris, que reúne os credores públicos, procedeu à anulação ou reescalamento da dívida de seis países - Guiné, Camboja, Uganda, Togo, Guiné-Bissau e Tchade.

Argélia

Multiplicam-se os atentados terroristas na Argélia. Neste momento os ataques de grupos fundamentalistas passam mesmo por ocupação de aldeias, como foi o caso recente de Naciria. Calcula-se que, neste último ano, 59 crianças foram assassinadas. Segundo o jornal "Liberté", é já de 140.000 o número de órfãos cujos pais foram assassinados nos últimos três anos.

Colonatos

O grupo de países árabes da ONU pediu um debate de urgência sobre a ampliação dos colonatos israelitas na Cisjordânia ocupada, considerando que tal alargamento ameaça o processo de paz.

No debate, entretanto realizado, o representante da OLP pediu à ONU que seja exigida "a total suspensão de todas as construções, qualquer que seja a sua forma ou número". Não foi aprovada qualquer resolução.

México

O ano de 1994 foi o mais agitado e instável que o México viveu desde a revolução em 1910. Começou com o levantamento de Chiapas, em 1 de Janeiro, desencadeado em simultâneo com a entrada em vigor do Acordo de livre Comércio, ALENA (mercado comum entre o Canadá, os Estados Unidos e o México). E terminou com uma desvalorização da moeda nacional, o peso, que lançou o país numa crise económica, social e política sem precedentes.

França Cada vez menos se resignam ao alastrar da exclusão

O alastrar da pobreza e da exclusão em diferentes sectores da população francesa, foi objecto de um estudo do Instituto francês de estatística (INSEE) recentemente divulgado em Paris. Nestes mesmos dias, um encontro de movimentos de solidariedade e de sindicatos no espaço "Avante com os direitos" - o local onde a Associação pelo direito à habitação realojou em Dezembro passado algumas dezenas de famílias - convocou para 8 de Abril uma jornada nacional de luta "pelos direitos e a igualdade, contra a exclusão e a precariedade".

Os não-diplomados, os desempregados, os jovens, as famílias numerosas em que a mãe não trabalha fora de casa, de par dos operários e camponeses e das famílias monoparentais - são os sectores mais atingidos, em França, pela pobreza.

Segundo o estudo do INSEE - que cobre um período de tempo entre 1987 e 1994 - o risco de pauperização aumentou sobretudo para as categorias sociais mais expostas - os operários e os camponeses, e

tem reflexos globais sobre a situação das crianças. O inquérito indica que, em 1994 "15,3% dos menores de 17 anos vivem numa família pobre, contra 13,7% sete anos antes".

Os autores do inquérito afirmam ainda que "a pobreza acompanha o trabalho instável no início da vida activa, mas também o desemprego de longa duração no fim de carreira".

E sublinham: "A falta de formação profissional é um handicap crescente, tanto para as jovens famílias como para as mais experientes. O risco é particularmente elevado para os que não possuem nenhum diploma".

Significativamente, os investigadores do INSEE falam de "risco agravado para as categorias socioprofissionais que trabalham nos sectores expostos à concorrência internacional e onde os postos de trabalho são reduzidos, nomeadamente a indústria".

Números e factos que testemunham da degradação das condições sociais, mesmo num período em que se fala já de recuperação económica.

Um quadro em que, de par das lutas de trabalhadores, se desenvolvem outras formas de resistência, solidariedade e luta em que se têm vindo a empenhar sindicatos e associações, em defesa dos sectores crescentes de população que o capitalismo vem a marginalizar.

A convocação da jornada nacional de luta para 8 de Abril testemunha do crescimento deste movimento solidário. O texto de convocatória das manifestações, subscrito por algumas dezenas de associações e sindicatos, reivindica o "direito ao trabalho, à habitação, à protecção social, à saúde, a um rendimento digno, à cidadania, à educação, à formação, à justiça, à cultura, aos tempos livres".

Sublinhando que cada vez é maior o número de pessoas de facto já privadas destes direitos ou em vias de o ser, os signatários registam que são também cada vez mais os que "não se resignam a esta regressão social, às crescentes desigualdades, ao aumento da exclusão, do desemprego, das discriminações e do racismo".



A pobreza atinge um número crescente de famílias em França, em particular famílias operárias

■ Sérgio
Ribeiro

Cimeira de Copenhaga Realidade (i)mediática

Breves notas de reflexão sobre i) uma grande cimeira, ii) um documento, iii) uma reunião de grandes. Três factos (i)mediáticos e interligados. Quando a opinião pública justifica e merece o maior (des)respeito. Porque fez saber a força que tem, porque é temida e porque a resposta "deles" é a de procurar encontrar formas de enganar, se possível escondendo o rabo dos gatos.

1. Esta é a semana da grande cimeira, da Conferência para o Desenvolvimento Social, em Copenhaga, promovida pela Nações Unidas, depois da do ambiente, no Rio em 1992, da dos direitos humanos, em Viena em 1993, da da população e desenvolvimento, no Cairo em 1994.

2. As melhores intenções: levar os chefes de Estado (mais de 100) a acordarem nas "mediadas a adoptar" para "combater a pobreza, promover a solidariedade e criar emprego", a partir da definição prévia das "prioridades de desenvolvimento e segurança humana".

3. Desde logo, sublinha-se, nestas "boas palavras", o conceito de segurança humana, contribuição aproveitada do documento do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) sobre desenvolvimento humano, publicado em 1994 com a finalidade de preparar esta Conferência, e que se pode classificar como antimilitarista, propondo a transferência dos gastos militares para fins de ataque às crescentes desigualdades e assimetrias regionais, de equidade, a verdadeira - e humana! - segurança.

4. É a realidade que impõe a realização desta cimeira, a realidade do desemprego, da pobreza, da exclusão como factos sociais relevantes e inescamoteáveis do chamado mundo desenvolvido.

5. No entanto, é preciso evitar que a cimeira seja "recuperada", transformada numa grande operação mediática - como o fizeram com as anteriores -, evitar que se "faça de conta" que se está muito preocupado com as consequências, com a "febre alta", enquanto se foge a qualquer referência às causas, à doença, e estas continuam e se agravam porque prossegue a mesma estratégia ao serviço dos mesmos objectivos privados, egoístas, anti-sociais.

6. O que se espera tenha podido ser contrariado, ao menos parcialmente, com a realização de iniciativas paralelas, de ONG, também em Copenhaga, mas evidentemente com muito menor impacto mediático.

7. De Copenhaga, dada a gravidade das situações, seria urgente que saíssem mais que boas palavras, muito tempo de antena e decisões perversas ou prevertidas relativamente aos afirmados objectivos.

8. Sublinha-se a relevância da proposta saída do Parlamento Europeu no sentido de que, retomando proposta do Prémio Nobel James Tobin, se tributem os movimentos especulativos cambiais com a taxa de 0,05% (!), como meio de mobilizar recursos financeiros novos para se cumprir o compromisso prévio de se "atingirem os objectivos da cimeira graças a uma acção nacional e à cooperação regional e internacional" (compromisso 8).

9. Do mesmo modo se salienta a importância da proposta de que se introduzam cláusulas sociais e ambientais mínimas nos acordos comerciais, recusando a hipócrita argumentação de que esta adopção seria prejudicial ao desenvolvimento dos países mais atrasados quando o que se pretende salvaguardar é a possibilidade de sobreexploração por parte dos capitais migrantes, sem quaisquer constrangimentos sociais, ou melhor, humanos.

O documento (da OIT)

10. Por isso, foi muito oportuno o documento da OIT, relatório para 1995 da agência especializada das Nações Unidas para o traba-

lho e emprego, divulgado uma dezena de dias antes da cimeira, e em que se fazia um "ponto da situação" mundial quanto ao emprego/desemprego.

11. O documento teve também impacto mediático, até porque a situação do emprego/desemprego no mundo não pode deixar de ser o cerne de qualquer reflexão sobre o "estado do mundo" estando na origem da pobreza, da exclusão social, de toda a espécie de males da sociedade que se confrontam.

12. Por um lado, seria interessante relevar o tratamento contraditório que, por exemplo, na comunicação social portuguesa, se deu a tal documento, mas será

ainda mais significativamente revelador o aspecto "centrista" (e particularmente eurocentrista) das análises, pecha a que, apesar de tudo, nem o próprio documento consegue fugir inteiramente.

13. Como mera reflexão inicial, pois mereceria um tratamento bem mais largo, deixa-se a observação de que o problema central é o do desemprego na Europa, a atingir níveis socialmente insuportáveis, mas contraposto ao crescimento do emprego noutras partes do mundo, por via da assalarição de enormes massas de seres humanos que, por essa porta envenenada, entram no "mercado do trabalho" capitalista (e transnacional) em condições verdadeiramente infra-humanas.

14. A "solução" da desregulamentação do "mercado do trabalho" ilustra esta abordagem pois, ao utilizar-se circunscrita ao confronto das situações da Europa e dos Estados Unidos, não pretende mais do que fazer diminuir o custo do trabalho no centro, atacar as conquistas sociais.

15. Ao mesmo tempo, as deslocalizações do investimento - a beneficiar das novas condições de circulação do capital - para o mundo não desenvolvido, onde se finge ignorar a existência de qualquer regulamentação, são aproveitadas como um efeito "boomerang" para, também por essa via, atacar as conquistas sociais e recuperar condições mais favoráveis para criar e apropriar mais-valias.

16. O documento da OIT é muito interessante na denúncia - não explícita, claro - destas evoluções e intenções, ao contestar a desregulamentação como panaceia para o desemprego no centro e ao sublinhar, a esse propósito, que se trata da "escolha entre duas formas de pobreza" (*).

17. No mesmo sentido, é de relevar que o documento da OIT rejeita a tese de que o nível elevado de salários e de condições sociais seria responsável pelo desemprego crescente na Europa, reiterando a defesa do direito ao salário (ou rendimento) mínimo.

18. Simultaneamente, o documento da OIT defende a necessidade urgente de "garantir um maior respeito (universal) das normas fundamentais de trabalho", aliás, produto da sua actividade de 75 anos, com as suas convenções internacionais que definem horários de trabalho diário máximos, durações de trabalho e períodos de descanso semanais, direito a férias anuais, condições de segurança e muito mais relativo ao trabalho e aos trabalhadores.

19. Com o apoio de tal documento - a merecer estudo e reflexão mais aprofundados -, pode afirmar-se que o problema é mundial e

não será só(!) o do desemprego na Europa ou noutra qualquer região do centro desenvolvido, mas sim o do emprego como exploração da força de trabalho nas actuais condições de transnacionalização privada do capital.

Uma reunião de (sete) grandes

20. Mas, como é óbvio, não foram só o Parlamento Europeu, o PNUD e a OIT que tomaram posições e elaboraram propostas para influenciar a cimeira de Copenhaga.

21. Além de muitas outras influências que não se conhecem mas se adivinham, a realização da reunião do G7, em Bruxelas e nas vésperas da cimeira, não pode deixar de ter nela efeitos.

22. A reunião do G7 é a dos "poderosos" do mundo e, nesta, realizada, por convite da Comissão da União Europeia, no hemiciclo (e outras instalações dos novos edifícios) do Parlamento Europeu, foi reforçada a insinuação como "sócio do clube" da dita União Europeia que, para não dar lugar a duplicações, "naturalmente" virá a justificar substituir os Estados que a compõem, o que não é questão de somenos, e não só para o G7, mas que se deixa apontada...

23. O que terá a ver com a cimeira de Copenhaga é o facto da reunião do G7 ter sido sobre a "sociedade da informação", sobre as "auto-estradas da informação", sobre a informação e os seus veículos e fascinantes novas técnicas.

24. Tudo aparentemente inócuo, consensual, mas a grande oportunidade para se reclamar liberalização dos mercados, se consagrar o negociado transnacional e polarizador, se atacar tudo o que sejam peias para que as IBM, APT, Siemens, NEC, NTT e mais uma (poucas) quejandas partilhem o mundo.

25. E é curioso que Santer, o presidente da Comissão, tenha, nessa oportunidade, usado argumentação que se conhece de outros carnavais, ao dizer que a UE não pode limitar-se a apanhar a "boleia" das tecnologias importadas, "está condenada ao sucesso", tem de ir no "pelotão da frente", quando o que está em causa é o domínio desta área tão sensível por um reduzido número de transnacionais gigantes só preocupadas em acumular desenfreada e irracionalmente o seu capital financeiro.

26. Outro argumento, o da criação de empregos, aliás na esteira do livro branco sobre crescimento-competitividade-emprego, cai pela base, e em nada contribui para os objectivos da cimeira de Copenhaga se se tiver em conta que, por via das auto-estradas da informação, irão circular os capitais financeiros em alucinantes velocidades, destruindo empregos no centro e criando empregos onde a exploração seja mais fácil e reprodutora.

27. Por último, terminando estas reflexões mal alinhavadas, será de referir que a grande questão das auto-estradas da informação, como a das outras, não está nelas, conquistas do homem sobre a natureza, mas sim na sua utilização, ao serviço de quê, ou dos capitais enquanto relação social "canibal" (expressão de um outro Prémio Nobel, Perez Esquivel) que se alimenta da exploração da força de trabalho, ou do bem-estar de toda a humanidade.

(* Não resisto a citar, mais uma vez, uma "opinião" de José Saramago, publicada num Diário de Lisboa do começo dos anos 70, em que, a propósito do acordo comercial de Portugal com a CEE, perguntava se não iriam "ser pobres de outra maneira".

A economia portuguesa e as orientações da UE

O Parlamento Europeu e a Comissão devem estudar a situação económica portuguesa e os problemas sociais dela decorrente, defenderam a semana passada no PE os eurodeputados comunistas, em duas propostas de resolução apresentadas à Assembleia. As iniciativas, complementares, foram tomadas na sequência da divulgação dos níveis de desenvolvimento nas regiões do interior de Portugal, nomeadamente no Alentejo, e de um estudo sobre a situação económica e social portuguesa.

Dados recentes do Eurostat confirmaram o que os comunistas não se têm cansado de denunciar: as desigualdades de desenvolvimento entre regiões continuam a agravar-se na União Europeia, e o Alentejo - que abrange cerca de um terço do território continental português - é a segunda região menos desenvolvida da União (com um Produto Interno Bruto por habitante, medido pela paridade do poder de compra, cerca de um quinto do de Hamburgo).

Os comunistas estão conscientes de que esta situação - tal como em todo o interior do País, para o qual o Eurostat não explicitou dados - vem sofrendo "um rápido e acentuado empobrecimento (53 por cento da média comunitária em 1980; 41 por cento em 1992)", e que a mesma é "indissociável de orientações macro-económicas fundamentais e de políticas sectoriais da União, da forma como as mesmas são aplicadas em Portugal, da insuficiência de instrumentos de natureza estrutural ao nível comunitário", bem como de "orientações erradas e da ausência de medidas nacionais tendentes a combater tal fenómeno, nomeadamente a regionalização. Por isso mesmo, apelam para o PE para que seja feita uma detalhada análise da situação "particular das regiões de 'objectivo 1' em processo de pauperização e desertificação e, em especial, as causas dessa situação".

Um tal estudo será indispensável para a adopção de "medidas específicas, urgentes e de fundo, nomeadamente no contexto dos fundos estruturais e das políticas sectoriais, com vista a estancar esse empobrecimento e a inverter uma tal situação".

O empenhamento e os resultados

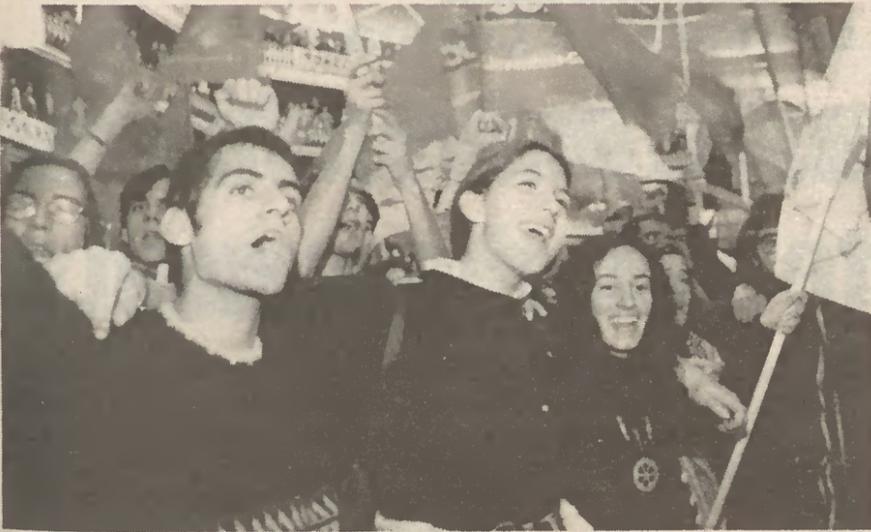
Os eurodeputados do PCP apresentaram, por outro lado, uma proposta em que se convida a Comissão a promover um estudo de casos, sobre a evolução da economia e da situação social portuguesas, estabelecendo relações causas/efeitos no quadro da integração, aprofundando a 'supervisão multilateral' que decorre do Tratado da União Europeia.

Os fundamentos da proposta não podiam ser mais esclarecedores. Por um lado, e estando Portugal incluído no Fundo de Coesão, os governos portugueses têm-se afirmado, desde a adesão, dos mais empenhados na 'construção europeia': quando "a linha dominante era controlar o desemprego, o governo português, cumprindo a estratégia de flexibilização desregulamentadora, baixou drasticamente a taxa de desemprego; quando a linha dominante passou a ser desinflationar, o governo português, no período de quatro anos, desceu os preços implícitos do PIB de mais de 14 por cento para menos de 5 por cento".

Acresce, lembram os eurodeputados na sua proposta, que o "governo português apresenta o seu défice orçamental de 1994 como brilhante 'performance', no quadro da convergência nominal, não obstante ter ficado por 5,8 por cento, subsistindo reservas sobre duvidosas contabilizações".

Esta política, entretanto, reflectiu-se na "destruição do aparelho produtivo, subida acelerada do desemprego, pobreza e exclusão social, ostentação e enriquecimento marginais", bem como na "existência de focos de tensão social, resultado de situações objectivas de rotura do tecido económico (têxteis, pesca, agricultura, minas do Pejão, Marinha Grande, Renault-Setúbal, telecomunicações)", pelo que se torna evidente a necessidade do estudo proposto sobre a evolução da economia e da situação social portuguesas.

Se um tão grande empenhamento produz tão nefastas consequências, é mais do que tempo de estabelecer as relações de causa e efeitos no quadro da integração comunitária.



No 74º aniversário do PCP, Comício enche Coliseu "Muitas, fortes e sólidas razões para comemorar"

Milhares de pessoas encheram, na noite da última sexta-feira, o Coliseu dos Recreios, em Lisboa. Na base da adesão, um motivo maior que, para a totalidade dos presentes, era, afinal, sinónimo de um especial orgulho: a passagem do 74º Aniversário do PCP. Excedendo as previsões, porém, o amplo espaço acabou por se revelar exíguo. Com a sua lotação esgotada, totalmente à pinha, muitos foram os que já não puderam entrar. E foi pena. Largas centenas de comunistas e outros amigos do Partido, por essa razão, não puderam partilhar, como era seu desejo, do caloroso ambiente de fraternidade e alegria que envolveu e deu colorido à velha sala das Portas de Santo Antão.

Tudo começou, pontualmente, dando início ao contagiante clima de festa, com a actuação do grupo "Navegante". Ao som da boa música popular, foi um tempo de canto, a muitas vozes, a que não faltou o ritmo das palmas e o balancear dos corpos, especialmente na área adjacente ao palco, onde em peso se fez sentir a presença juvenil.

Bandeiras vermelhas, muitas, em permanente ondular, imprimindo cor e movimento, empunhadas um pouco por toda a sala, readquiriram depois um novo vigor quando o som dos "Navegante" deu lugar às palavras e imagens do "video wall" que trouxeram à memória dos presentes os anos de luta do Partido que sempre soube em todas as situações e momentos ser fiel aos seus "deveres para com a classe operária, os trabalhadores e o povo".

"Tomar Partido"

Obedecendo a um alinhamento bem cadenciado e sem quebras, seguiu-se aquele que foi um dos momentos mais emotivos da noite, com o actor Mário Pereira a recordar Ary dos Santos - "o homem que gostaria de estar aqui", assinalou -, recitando da sua obra esse verdadeiro hino ao Partido que o poeta nos deixou com o nome de "Tomar Partido".

Mas estaria ainda para chegar o momento que levaria a sala ao rubro. Referimo-nos ao período de intervenções políticas, o comício

propriamente dito, presidido por José Casanova, da Comissão Política, que, sob os intensos aplausos da sala, procedeu à chamada para a Mesa dos camaradas que integram os Executivos das Direcções Regionais de Lisboa e Setúbal, bem como os camaradas Francisco Lopes e Domingos Abrantes (Comissão Política e Secretariado), Octávio Pato (Secretariado),

Álvaro Cunhal (Presidente do Conselho Nacional) e, por fim, o Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas.

Por breves minutos, em tom ainda mais forte, irrompe a palavra de ordem mais vezes gritada ao longo da noite: "assim se vê a força do PC".

Depois de lembrar as "muitas, fortes e sólidas razões" que justificaram esta comemoração, José Casanova, primeiro orador, comenta a recente reunião magna do partido do Governo - "Congresso que foi imposto a toda a população através do mais escandaloso e despuddado massacre mediático de que há memória", segundo as suas palavras -, sublinhando que durante esses três dias aquela sala fora palco de "uma degradante manifestação de prática política, caracterizada por múltiplos negócios e negociatas, golpes e golpaças, compras e vendas de votos, de apoios e consciências e por muitas outras manobras altamente poluidoras do ambiente do Coliseu".

"Por isso - concluiu - a nossa presença aqui, para além da importância que lhe é conferida pelo facto de estarmos a comemorar os 74 anos de vida e de luta do PCP, tem ainda a grande vantagem de despoluir, de limpar, de desinfecar este bela sala do Coliseu dos Recreios".

Confiança no futuro

Diferentemente do que sucedeu no conclave laranja, o Comício de aniversário do PCP foi ainda um espaço privilegiado para falar do

País real, dos problemas dos homens e mulheres dos distritos de Lisboa e Setúbal. Foi isso que fez o segundo orador da noite, Rui Paixão, membro do CC e do Executivo da DORS, ao centrar a sua análise nos principais problemas que atingem a região, bem como nas lutas desenvolvidas, para concluir que "vale a pena lutar" e que se é certo que se vivem "momentos de algumas incertezas", não é menos verdade que existem também muitas razões para ter "muita confiança e esperança no futuro", confiança alicerçada na "realidade da crescente e poderosa luta de massas, factor determinante para derrotar esta política de direita".

José Casanova enumerou em seguida a longa lista de organizações do Partido que fizeram chegar saudações à Mesa do Comício, após o que interveio Rui Lino, do Executivo da JCP, discurso este que antecedeu o momento da entrega de mais de duas dezenas de prendas provenientes das mais variadas células e organismos (significativa, para dar um exemplo, foi a da Comissão Concelhia de Sintra que fez a entrega da chave do novo Centro de Trabalho).

Fazendo incidir o essencial da sua intervenção na realidade com que hoje se confrontam os jovens portugueses, designadamente na crescente precariedade do emprego e nos níveis de desemprego, bem como na natureza cada vez mais selectiva e elitista do ensino, Rui Lino não deixou de passar em revista as lutas juvenis contra a política, sublinhando por último a sua convicção de que os jovens comunistas saberão estar à altura dos combates que se avizinham, designadamente na dinamização de um "amplo movimento da Juventude CDU capaz de chegar aos jovens e de os envolver numa forte campanha para o apoio e o voto na CDU".

Respondendo ao apelo feito no decorrer do comício - e que fica sem dúvida como mais um testemunho impressionante do apoio ao Partido e da compreensão que esta questão suscita entre os militantes e simpatizantes - refira-se, por último, que a recolha de fundos efectuada na sala, sem estar ainda concluída a sua contabilização, na altura em que José Casanova fez o seu anúncio, ultrapassou a importância de mil e quinhentos contos.

Mensagem de José Saramago

Entre as mensagens recebidas no Comício, uma houve, transmitida da tribuna, que motivou uma especial reacção dos presentes, sublinhada por fortes aplausos. Lido por José Casanova, o texto tem a assinatura do militante comunista José Saramago, escritor, e nele se relata uma sua experiência recente, que entendeu por bem deixar como presente de aniversário:

"Comício

Permitam-me que vos leia algumas palavras escritas por ocasião duma viagem que fiz à Argentina para o lançamento de um livro:

«Começo a suspeitar que existe por aí uma central de informação especializada na difusão de notícias falsas contra as mais inocentes pessoas do mundo. Em quase todas as entrevistas tenho tido de esclarecer que, ao contrário da firme convicção dos entrevistadores, não deixei de ser comunista nem abandonei o Partido. Ainda olham para mim como se fosse sua obrigação duvidar sempre da boa-fé de gente da minha espécie política, mas, diante da cara séria que lhes ponho, parecem ficar convencidos. Alguns não foram capazes de disfarçar que prefeririam que a verdade fosse a outra, mas a outros iluminaram-se-lhes os olhos. Um destes, no fim, pediu-me licença para me abraçar...»

Não me engano dizendo que o verdadeiro destinatário do abraço era o nosso Partido. Aqui lho deixo, pois, como presente de aniversário."



Carlos Carvalhas, no comício de Lisboa

Celebramos este aniversário profundamente envolvidos na luta presente decididamente voltados, com confiança, para o futuro

Juntamo-nos aqui, hoje, no ambiente fraterno e caloroso deste comício, e juntar-nos-emos nos próximos dias, em centenas de outras iniciativas por todo o País, para assinalar com merecida alegria e justo orgulho os 74 anos de vida e de luta do nosso Partido, o Partido Comunista Português.

E também hoje celebramos este aniversário do PCP profundamente envolvidos na luta presente decididamente voltados com confiança para o futuro, activamente empenhados em honrar, para hoje e para amanhã, esse grande compromisso com os trabalhadores e com o povo português e esse grande compromisso com a causa da liberdade, democracia e do socialismo que são o mais forte e permanente fio condutor da nossa história ao longo das últimas sete décadas.

Uma história construída pela dedicação, pelo esforço, pela inteligência, pela coragem e pela generosidade de gerações e gerações de comunistas, ao serviço do povo e de Portugal.

A história e a vida de um grande partido democrático e nacional que, marcando e atravessando sete décadas da vida portuguesa, desde esse longínquo ano de 1921 até aos dias de hoje, sempre ocupou o seu lugar na primeira linha na luta contra a opressão, a tirania, a exploração e as injustiças e deu uma contribuição decisiva para a realização de aspirações, para a conquista de direitos e regalias, para a obtenção de avanços cívicos, sociais, culturais e políticos. Um Partido que deu uma contribuição decisiva para o progresso, afirmação e enraizamento de ideais, valores e direitos que hoje, em boa medida, para muitos portugueses são tão naturais como o ar que se respira, mas que custaram trabalho, sangue, luta e sacrifícios sem conta.

E estamos certos que o nosso Partido - grande partido de resistência antifascista, grande partido de conquista da liberdade e da fundação e construção do regime democrático nascido da Revolução do 25 de Abril, a força mais firme e consequente na oposição à política de direita e a mais empenhada numa política e numa alternativa democrática inspirada por valores de esquerda - encontrará, mais e mais, pelo apoio, interesse, adesão e participação das jovens gerações, as novas energias indispensáveis para que possa vencer os exigentes desafios do futuro, para bem do povo português e de Portugal.

Há três ou quatro anos, os defensores e propagandistas do capitalismo, embriagados na euforia dos seus festejos sobre as derrotas de experiências de construção do socialismo, pretendiam impor universalmente a ideia de que este exaltante e acidentado século XX iria terminar com a incontornável consagração do capitalismo como o fim da história, com o banimento, para todo o sempre, de todos os projectos e esperanças de transformação social, com a morte irreversivelmente decretada dos ideais comunistas e a falência dos partidos comunistas.

Contrariando frontalmente estas sinistras profecias e sentenças, inscrevemos, em 1992, no Programa do nosso Partido, a ideia central de que o que marca historicamente o século XX é justamente o facto de nele, pela primeira vez, ter sido empreendido um projecto revolucionário da construção de uma nova sociedade sem exploradores nem explorados.

Contrariando frontalmente estas pressões para fechar a sete chaves os horizontes da evolução das sociedades e aprisionar perpetuamente as aspirações de superação do capitalismo, inscrevemos, também em 1992, no nosso Programa, a afirmação de que, num prazo histórico mais ou menos prolongado, por vias diversificadas e num processo comportando necessariamente redefinições e enriquecimentos de projecto (...), é a substituição do capitalismo pelo socialismo que, no limiar do século XXI, continua inscrita como uma possibilidade real e como a mais sólida perspectiva de evolução da sociedade humana.

Hoje podemos dizer que os últimos anos trouxeram à evidência numerosos aspectos, situações e problemas que mais confirmam esta nossa convicção e esta nossa confiança.

Eles são a brutalidade, o carácter selvagem, impiedoso e desumano de muitos processos de restauração do capitalismo, passando pela evidência da incapacidade de os próprios países capitalistas mais desenvolvidos responderem com êxito a dramáticos problemas sociais e pelo carácter intolerável da mais violenta ofensiva contra os direitos e conquistas dos trabalhadores.

Eles são evidenciados pela contradição entre as inúmeras potencialidades de progresso social, libertados pelo trabalho e pela criação humanos - e a persistência e agravamento de grandes problemas globais como a fome, a ignorância e a doença, que atingem em proporções dramáticas continentes inteiros.

Mas, ao mesmo tempo, assistimos um pouco por todo o lado, a um significativo movimento de recuperação de energias, vontades das forças progressistas e revolucionárias e a importantes avanços e êxitos de luta libertadora dos povos.

Não faltam, pois, razões para ter confiança de que poderemos entrar no século XXI, não afundados no desespero ou humilhados pela abdicação e pela rendição perante uma pretensa eternidade do capitalismo, mas sim prosseguindo, com renovado empenho e esperança, na luta - difícil mas necessária e insubstituível - por um projecto humanista e solidário de transformação social, de democracia e socialismo.

É também por isso que, como temos afirmado, o mundo e a humanidade não precisam menos, antes precisam mais, dos partidos comunistas e de todas as forças progressistas e revolucionárias que, na diversidade das suas orientações e condições de intervenção, prossigam com firmeza, tenacidade e espírito inovador, o combate pelos interesses dos trabalhadores, pela libertação da opressão social e nacional, pelo desenvolvimento, progresso e bem-estar dos seus povos, por transformações progressistas nas suas sociedades.

É também por isso que, como temos afirmado, Portugal não precisa menos, antes precisa mais, de um Partido como o PCP, cuja razão de viver e de lutar é a defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo português, do desenvolvimento, do progresso e da independência da nossa Pátria, de um Partido como o PCP que mantém viva a sua confiança no generoso projecto de uma sociedade democrática e socialista, que mantém viva a confiança no seu ideal comunista de emancipação e felicidade humana.

II A questão do momento

Este nosso comício realiza-se num momento político negavelmente marcado pela expectativa de saber se o Presidente da República dissolverá ou não a Assembleia da República e se, consequentemente, as eleições legislativas serão em Junho ou em Outubro.

Sendo, em geral, conhecida a posição do PCP sobre esta matéria, é entretanto adequado salientar cinco observações fundamentais:

- a primeira é a de que, em nossa opinião, já há muito que havia razões bastantes não apenas para dissolver a Assembleia da República mas também para a demissão do Governo, bastando a permanente contestação do Governo ao normal exercício das competências do Presidente da República ou o escândalo intolerável das ilegais acções do SIS, hoje sem qualquer fiscalização, para se concluir que não está assegurado o regular funcionamento das instituições democráticas;

- a segunda é a de que, sem prejuízo da situação manifestamente artificial, falsa e apodrecida que hoje se vive no plano institucional, o que fundamentalmente inspira a nossa reclamação de eleições antecipadas é o legítimo desejo de encurtar o tempo de vida

de um governo e de uma política que agravam dramaticamente as condições de vida e de trabalho dos portugueses e estão prejudicando seriamente os interesses nacionais;

- a terceira é a de que o PSD não tem qualquer autoridade moral ou política para contestar a legitimidade da antecipação de eleições, dado que por duas vezes - em 1985 e 1987 - a pediu e a obteve, sendo de salientar que, em 1987, a reclamou e a obteve do actual Presidente da República apesar de haver então uma maioria parlamentar que se dispunha a viabilizar um novo governo, sem recurso a eleições antecipadas;

- a quarta é a de que seria inaceitável que a um governo e a um partido cercados pelo descontentamento popular e dominados pelo medo da derrota eleitoral, fosse dada a possibilidade de remodelações que ajustassem e moldassem a estrutura governamental às conveniências do PSD e da intervenção eleitoral do seu actual líder;

- a quinta é para avisar que, salvo se o PSD considerar que isso não lhe é vantajoso eleitoralmente, é mais que certo que, a partir do momento em que, na prática, o Presidente da República deixe de ter o poder de dissolução da Assembleia da República, o PSD passará a ter condições muito favoráveis para dar impunemente novos passos na sua escalada de arrogância, de provocações e hostilidade ao Presidente da República e de confrontação aberta com as regras e princípios democráticos, designadamente levando a novos extremos a instrumentalização do Estado e dos seus recursos ao serviço da campanha eleitoral do PSD.

O País - e também o Presidente da República - conhece as nossas razões e a clareza e coerência com que, ao contrário de outros, as temos exposto e defendido.

Mas é também essencial que os trabalhadores e o povo português, seja qual for o desenlace desta questão, não esqueçam, nem por um momento, que está nas suas mãos a grande oportunidade de, nas eleições legislativas deste ano, afastar a direita do Governo, pôr fim à política de direita e conquistar uma alternativa democrática.

III O fracasso da política do Governo

O fracasso da política do Governo está à vista e foi ela que determinou a mudança de líder no PSD e a fuga do Primeiro-Ministro ao veredicto das massas.

O fracasso da política do Governo está, nestes quatro anos, em que nos afastamos da média Comunitária Europeia, com a asfixia e a liquidação de muitas empresas produtivas, uma agricultura arruinada e boa parte das actividades pesqueiras em definhamento.

O fracasso da política do Governo está no agravamento da situação social, no aumento do desemprego e no trabalho precário, na ampliação das bolsas de pobreza, no trabalho infantil e nos salários em atraso. A situação do emprego é uma grande preocupação dos portugueses, uma grande preocupação que angustia muitas famílias que, com a perda do emprego pelos seus membros, ficam sem nada a que se agarrar.

O desemprego é, ao mesmo tempo, um terrível drama humano e um mal que gangrena a economia e a sociedade. Mas o desemprego não é uma fatalidade. É possível organizar a sociedade de outra maneira. As escolhas económicas, a aplicação do dinheiro público são as responsáveis por esta grave situação.

O fracasso da política do Governo está também no baixo nível do consumo interno, em consequência do baixo poder de compra popular, incapaz de dinamizar a actividade produtiva, o comércio e os serviços.

O fracasso da política do Governo está patente nos inúmeros escândalos que envolvem importantes figuras da Administração Pública e no caldo de cultura da corrupção, no clientelismo e no negociocismo e na teia de interesses tecida pelo PSD.

O fracasso da política do Governo está na insegurança nas ruas, na extensão da toxicod dependência, nos bairros convertidos em supermercados da droga e na angústia de tantas famílias confrontadas com este drama.

O fracasso da política do Governo está na degradação do ensino público e numa política de ensino cada vez mais elitista, desfasada da vida e numa política de saúde em que o Estado, tal como no ensino, se desresponsabiliza das suas obrigações impondo à grande maioria da população o pagamento da prestação de cuidados de saúde, a privatização dos serviços rentáveis com a apropriação de investimentos públicos reeditando a velha fórmula neoliberal de que «quem quer saúde, paga-a».

O fracasso da política do Governo é visível no grave quadro em que vivem reformados, pensionistas, deficientes e idosos, a exigir um especial empenho e intervenção na modificação da sua situação.

Estes traços da situação mostram com clareza que os trabalhadores do distrito de Lisboa e Setúbal, tal como acontece noutras regiões do País, têm fundadas razões para exigir e lutar por uma nova política e por um governo que resolva os problemas.

A ofensiva que o Governo do PSD e o grande capital desenvolvem hoje contra o aparelho produtivo, os postos de trabalho efectivos, os salários e os direitos dos trabalhadores, está a provocar não só a acentuação das injustiças como a criar situações dificilmente reparáveis no plano económico e social.

Os despedimentos recentemente verificados na Hidrosorefame, no Entrepósito, na C. Santos, as ameaças que decorrem para milhares de postos de trabalho na Torralta, na Renault, na Lisnave, Setenave e Siderurgia Nacional, o regresso dessa chaga social dos salários em atraso e subsídios em atraso, que só no distrito de Lisboa atingem já cerca de 10 mil trabalhadores, o aumento crescente do número de homens e mulheres forçados à rescisão do seu contrato e que vão aumentar o exército de desempregados e uma nova fileira de excluídos e desencorajados face à impossibilidade de encontrarem um novo emprego, a ofensiva, com traços novos, contra a contratação e os direitos conquistados e consagrados nas Convenções colectivas a exemplo do que se passa com a Telecom, e como se pretende fazer na Expo 98, constituem a prova mais que provada de que este Governo e a sua política não servem nem aos trabalhadores nem ao País, que é necessário desenvolver a luta para travar tal política e derrotar o Governo do PSD e a sua política de direita.

Daqui manifestamos a nossa solidariedade e a nossa saudação aos milhares de trabalhadores de Lisboa e Setúbal que, com grande determinação e combatividade, nas empresas, nas escolas, na Administração Central, Regional e Local durante a greve dos professores, dos ferroviários, nas acções de protesto dos trabalhadores da Telecom e da Torralta, da Sorefame, mas particularmente nas grandes acções de rua dos dias 26 de Janeiro e 16 de Fevereiro, demonstram que existem reais possibilidades para o desenvolvimento da luta, que deve ser alargada em torno da defesa dos direitos concretos dos trabalhadores mas simultaneamente constituir uma contribuição insubstituível para uma alternativa política.

Estando tão próximos do dia 8 de Março, queremos desde já saudar a luta das mulheres que se tem manifestado nos mais variados campos, e não raras vezes, na primeira linha de combate, exortando ao mesmo tempo à intervenção e à luta, que deve ser de todos nós, no sentido da concretização dos seus direitos, da sua plena intervenção e participação na sociedade e na vida.

Permitam-me ainda uma saudação à juventude, à juventude trabalhadora e estudantil que a direita quis exibir e apresentar como rendida aos seus valores, ao cavacismo, ao salve-se quem puder, ao egoísmo e individualismo desenfreados, aos "Yuppies" do sucesso e que os vê agora em contestação à sua política, em luta nas escolas, nas fábricas e nas empresas. E saudando a juventude, saudamos a JCP - a juventude do PCP, que tem dado um importante contributo à concretização das aspirações dos jovens e à generalidade das lutas juvenis.

O PCP, tomando e entendendo essas aspirações, as reivindicações e interesses dos trabalhadores e de importantes grupos sociais, como uma grande causa e tarefa da sua acção política na vida nacional, quer reafirmar aos que ansiam e lutam pelos direitos, pela dignificação e cidadania do direito do trabalho, pelo emprego, por salários e horários dignos, por uma vida melhor, que podem sempre contar com o PCP, nestes tempos que são de dificuldade e resistência, mas também no futuro que se avizinha, com a sua indispensável

vel contribuição para levar por diante uma nova política onde os direitos de quem trabalha sejam efectivamente respeitados e consolidados condição de justiça social, de progresso e de desenvolvimento.

IV A política do grande capital não é inelutável

Em nome da mundialização ou da globalização, da santa competitividade, do «tudo ao mercado» e dos dogmas do capitalismo neoliberal, estabelecem-se critérios e fundamentam-se opções que servem, no fundamental, o grande capital e as transnacionais.



E utilizando uma colossal retórica e tendo por base alguns fenómenos objectivos, pretende-se difundir a ideia de que há um «modelo de desenvolvimento único» sem o qual não há progresso nem futuro. Os contrangimentos e limitações que tal modelo impõe são sempre apresentados como inevitáveis e inelutáveis e como uma primeira etapa para se atingir o progresso, pelo que só restaria aos países de economias mais débeis o mimetismo, o seguimento escrupuloso das regras estabelecidas pelas grandes potências. Isto é, o ser um bom e obediente aluno, o ter como boa política o fatalismo, a resignação e a submissão.

Assim, a pretexto da mundialização, do livre cambismo e do monetarismo, o que visam é a eliminação de todos os entraves ao estabelecimento da lei da selva, abrir caminho ao domínio dos mais fortes sobre os mais fracos e os mais débeis, a criação de uma espécie de darwinismo económico e social.

E contrariamente ao que afirmam os ideólogos e os catecismos do neoliberalismo, a mundialização não se estabelece pelo livre jogo das forças do mercado, mas através de várias estruturas de pressão e de intervenção: o G7, directório dos países mais industrializados; o FMI e as suas famosas normas de ajustamento estrutural; a OCDE e os seus conhecidos relatórios; o Banco Mundial e a sua acção reguladora; o Conselho e a Comissão a nível da União Europeia. É à escala das nações a doutrina conhecida do menos Estado, menos Estado para as acções e funções sociais e mais Estado para tudo o que sirva o grande capital.

É a nível mundial aquilo a que já alguém chamou a doutrina do pensamento único, «a única autorizada por uma invisível e omnipotente polícia de opinião», uma espécie de evangelho que traduz em termos ideológicos os interesses do capital internacional e que é repetida pelos arautos do capitalismo, por universidades e pelos grandes meios de comunicação de massas. Esta é a doutrina que enquadra o tratado de Maastricht e as suas famosas políticas e que por todo o lado se apresenta com a mesma cartilha: desmantelamento de qualquer protecção alfandegária, desregulamentação,

ofensiva contra os salários, a segurança social, os direitos e as conquistas dos trabalhadores. As consequências de tais políticas são conhecidas: os ricos cada vez mais ricos, os pobres cada vez mais pobres. Os exemplos abundam. O México, citado em Setembro passado pela Assembleia Geral do FMI em Madrid como um êxito da aplicação do modelo neoliberal aos seus pares do terceiro mundo, chegou a Janeiro falido, tendo cessado os pagamentos. Na Inglaterra, um recente relatório oficial revela-nos que, em 13 anos de neoliberalismo, foram os mais ricos os que beneficiaram do crescimento e da desregulamentação do «mercado de trabalho». Assim, neste período, enquanto os 10% mais ricos beneficiam de uma aumento de 62%, os 10% mais pobres viram ainda mais o seu rendimento diminuir em 17%. Este país conta agora com 25% dos seus cidadãos vivendo abaixo do limite de pobreza, contra 9% em 1979.

Portugal, o «bom aluno da União Europeia», com os trabalhadores a deterem uma das mais baixas taxas europeias de participação no Rendimento Nacional, com uma das maiores taxas de trabalho precário e desemprego crescente, está agora a pagar a factura da integração, vindo cada vez mais a sua produção substituída pela produção estrangeira e as transnacionais a tomarem conta de importantes empresas e sectores, sendo muitas delas posteriormente desactivadas e transformadas em armazéns ou em simples angariadoras de encomendas.

Estamos hoje com uma base produtiva nacional mais debilitada mais dependente e subcontratada, tendo inclusive perdido sectores onde tínhamos adquirido tecnologia própria, como é o caso da metalomecânica pesada. Isto é a consequência da política do PSD, da política de direita e neoliberal, da política do «pensamento único» e da sua subserviência na União Europeia. Mas esta não é a política

que o País precisa. Portugal precisa, sim, de uma política de esquerda que rompa com a política de concentração da riqueza e com a subserviência ao grande capital. Uma política em que o Estado assumia as suas responsabilidades nomeadamente no campo da saúde, ensino e habitação social, que invista na educação, na formação e na investigação científica. Uma política de desenvolvimento harmonioso e solidário que defenda a produção nacional e penalize as actividades especulativas e parasitárias. Uma política que valorize e dignifique quem trabalha, que melhore a vida de pensionistas e reformados, que combata o desemprego e o trabalho precário, que realize uma melhor distribuição do Rendimento Nacional e que concretize o horário máximo semanal de trabalho de 40 horas. Uma política que faça do progresso social a base essencial do crescimento e da eficácia económica.

Nós não somos dos que dizem uma coisa aos pequenos e médios empresários, outra aos grandes senhores do dinheiro e outra ainda aos trabalhadores. Somos um partido que preza a coerência, que honra o que promete e que fala a verdade ao povo. Somos a esquerda necessária para uma nova política, uma política ao serviço dos trabalhadores do povo e do País.

Nós não aceitamos uma sociedade cada vez mais injusta e desumana, em que a chamada retoma económica não beneficia nem o emprego nem o nível de vida das populações, mas apenas os meios do grande capital.

Nós não aceitamos, como inevitável, como inelutável ou como um fatalismo, a política do grande capital.

Na nossa concepção e projecto de desenvolvimento, Portugal não está condenado a ser uma economia subalterna, fonte de mão-de-obra barata, mercado para o estrangeiro colocar os seus produtos. Portugal tem recursos, capacidades e potencialidades para aspirar ao progresso e justiça numa Europa de paz e cooperação.

Carlos Carvalhas no Comício de Lisboa

V As manobras contra a mudança necessária

É exactamente porque é nossa firme e inabalável convicção que uma resposta eficaz aos problemas do povo e do País e uma alternativa democrática digna desse nome exigem uma nova política e não a continuação da política de direita, que não podemos deixar de combater e denunciar vivamente não só a manobra que está a ser desenvolvida para tentar salvar o PSD da derrota que merece mas também a manobra que, paralelamente, está em curso para salvar a política de direita, mesmo para além da derrota do PSD.

É para procurar impedir a real mudança de que Portugal precisa, que, para além do "baile de máscaras" no PSD em que as promessas de pretensa "renovação" e de futuras rectificações coexistem com a evidência das maiores culpas e responsabilidades dos que as fazem, os portugueses estão constantemente a ser bombardeados com a propaganda de uma falsa "bipolarização" PSD-PS, tão generosamente acarinhada precisamente porque muitos vêem nela o melhor seguro de vida para a política de direita.

"Sondagens" e mais "sondagens", pesados silêncios e ostensivas discriminações sobre a actividade, as posições e as propostas do PCP, os debates apenas entre representantes do PSD e PS, a encenação das pretensas "candidaturas a Primeiro-Ministro" (feitas precisamente por partidos - o PS e o PSD - que andam sempre a clamar pela aproximação dos deputados aos eleitores e agora, de novo, se preparam para se esquecer que as eleições são para deputados à Assembleia da República), procuram fazer crer que tudo se decide entre o PS e o PSD, numa deliberada deturpação do real quadro partidário nacional e, sobretudo, numa deliberada ocultação das semelhanças, nas questões fundamentais, entre a política praticada pelo PSD e a política defendida pelo PS.

Ninguém pode esperar que o PCP, combatendo, como nenhum outro partido, há tantos anos o Governo do PSD e a sua política, tendo presente os sofrimentos causados aos trabalhadores e ao povo por essa política, conhecendo de perto os esforços e sacrifícios que ergueram e organizaram a resistência popular a essa política, possa fazer silêncio ou não se demarcar de todo um projecto político que aparece, cada vez mais claramente, como de continuação, sob novos rostos e nova etiqueta partidária, do essencial da política de que os portugueses se querem livrar.

Porque é isso que se tem de concluir quando vemos o PS, por exemplo, imitar o PSD e Cavaco Silva na sua falsa associação entre estabilidade e maioria absoluta; quando vemos o PS defender uma política económica e financeira totalmente subordinada às concepções e imposições de Maastricht que ele próprio aliás apoiou; quando vemos o PS saudar a reconstituição dos grandes grupos monopolistas, não dizer a mais pequena palavra que possa entrar em conflito com os interesses do grande capital, ficar em silêncio perante a entrega de 60 milhões de contos aos latifundiários ou perante intoleráveis agressões aos direitos dos trabalhadores; quando vemos responsáveis do PS declarar que a economia não se compadece com problemas sociais, queixarem-se por o Governo do PSD, na indústria, ter privatizado pouco e devagar, proclamar que também estão de acordo com experiências de privatização de hospitais públicos, como o governo do PSD está a fazer com o Hospital Amadora-Sintra, ou anunciar alegadas "reformas" de um suposto "Estado-Providência" (que nem sequer existe em Portugal) e que vão claramente no sentido da ofensiva neoliberal contra os direitos sociais.

Perante tudo isto e muito mais, que não haja dúvidas: a

possibilidade e a esperança de a política de direita não ressuscitar depois da derrota do PSD e a possibilidade e a esperança de uma mudança para melhor, que se veja, na vida dos portugueses e do País, estão na ampliação da influência eleitoral do PCP e da CDU, a esquerda necessária e indispensável para uma nova política.

VI Encaremos as próximas batalhas com audácia e com confiança

São muitas as tarefas que o nosso Partido tem pela frente e muitas as responsabilidades que recaem sobre os comunistas neste ano.

Mas estamos certos que todas as organizações e todos os militantes do Partido não pouparão esforços e mobilizarão o melhor das suas energias e capacidades para que tais tarefas possam ser realizadas com êxito.

Vamos continuar, enquanto Partido e enquanto cidadãos conscientes e activos, a dar todo o apoio à organização e ao desenvolvimento da luta dos trabalhadores e de outras cama-

lho, independentemente da data em que as eleições se venham a realizar.

É uma batalha que só podemos enfrentar, condignamente e com êxito, se for assumida como uma **batalha de todo o Partido**, como uma batalha onde todos os militantes, simpatizantes e amigos do PCP, podem e devem desempenhar um papel essencial e onde contamos com a preciosa contribuição dos nossos aliados na CDU - Partido "Os Verdes", a Intervenção Democrática e numerosos democratas independentes - a quem saudamos com grande amizade e apreço.

É uma batalha onde devemos saber que outros nos poderão ganhar nos meios financeiros que lhes são facilitados pelo grande capital mas que não nos poderão ganhar na acção militante, e sobretudo nas razões da nossa luta, na justeza das nossas propostas, na coerência entre os nossos actos e palavras.

Vamos pois para as eleições, não para nos deixarmos desanimar por preconceitos e discriminações, mas para travar a batalha pelo pluralismo, para desafiar os outros para um verdadeiro confronto democrático de ideias e propostas, para que a nossa palavra e a nossa mensagem possam ir ao encontro directo com as inquietações, o descontentamento e as aspirações que percorrem a sociedade portuguesa.

Vamos para as eleições, não para alinhar no coro da mal disfarçada resignação face a uma política retrógrada e a uma sociedade injusta, não para acatar os dogmas impostos pelas

forças do dinheiro, não para obedecermos ao catálogo das falsas inevitabilidades, mas para levantar uma voz corajosa de indignação e revolta, para dar corpo a um projecto de transformação e progresso e à exigência de uma política progressista.

Vamos para as eleições, não para enfileirar ao lado dos que querem fazer da política um espectáculo para que a sua acção e as suas ideias escapem ao julgamento dos eleitores, mas para deles destoar apelando à inteligência, à dignidade, à liberdade de escolha e à soberania de decisão dos portugueses.

Vamos para as eleições, não - como outros farão - para prometer agora o contrário do que fizeram ou do que pensam

fazer, mas para propor o que está em coerência com o que temos feito e com o que queremos fazer no futuro.

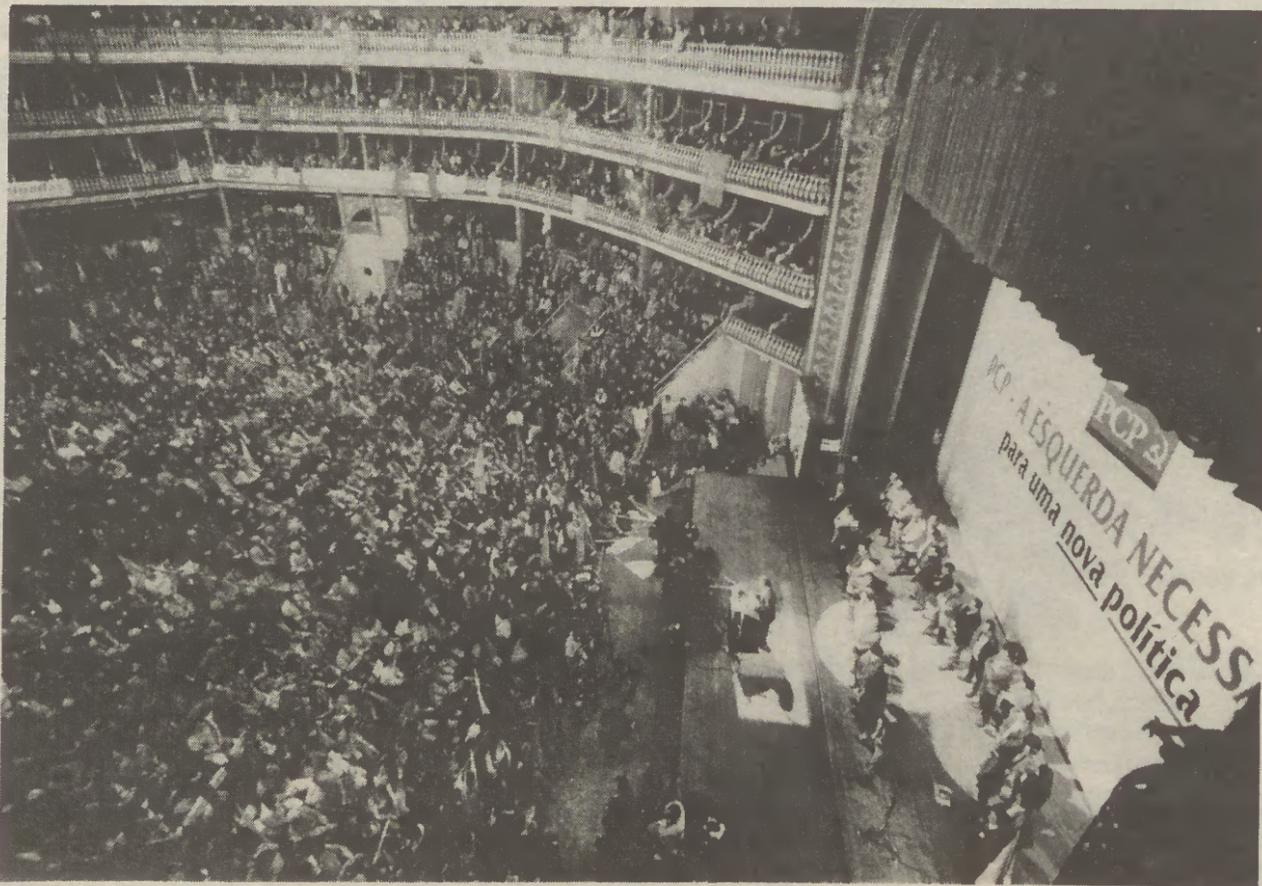
Com audácia e com confiança, vamos para as eleições, não para aguentar e resistir, mas para crescer e avançar e para que Portugal e os portugueses se possam, finalmente, libertar dos governos de direita e da política de direita e ganhar, pela esquerda, uma nova política e uma alternativa democrática.

Vamos para as próximas batalhas, camaradas, com determinação, serenidade e confiança. Confiança alicerçada no nosso património de luta, nas nossas propostas, no nosso trabalho, nas nossas intervenções em defesa dos trabalhadores e do povo.

Com confiança, porque o nosso Partido é constituído por um amplo, generoso, dedicado e combativo colectivo partidário, com uma grande inserção social, que dispõe de um valioso projecto onde o ser humano está no centro das nossas preocupações e que conta com milhares de quadros dotados de uma grande experiência e preparação política.

Com confiança, serenidade e determinação porque não há silenciamentos, deturpações ou falsificações que destruam a solidez dos ideais, as raízes populares, a força das convicções e a energia moral que fazem deste Partido, o grande Partido da esquerda, o Partido da alternativa, grande força da verdade e da esperança, o grande Partido ao serviço dos trabalhadores, dos portugueses e de Portugal.

Viva o povo português!
 Viva a luta dos trabalhadores!
 Viva o Partido Comunista Português!



das da população, que continua a ser essencial para travar e derrotar a política do Governo do PSD e será de um valor primordial para a própria conquista de uma alternativa democrática.

Vamos continuar a desenvolver o trabalho, de importância decisiva para o nosso próprio futuro, do reforço da nossa organização e intervenção junto dos trabalhadores, nas empresas e sectores profissionais.

Vamos continuar a concretizar a Campanha Nacional de Fundos, considerando-a como uma tarefa política de massas, com o objectivo de fazer face a pesados encargos que temos este ano e a diminuir a desproporção de recursos em relação a outras forças políticas.

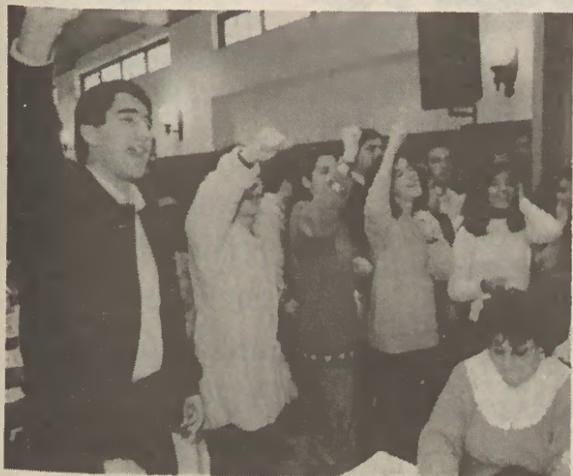
Vamos continuar a desenvolver na Assembleia da República, enquanto estiver em funções, uma intensa acção de defesa dos interesses populares e nacionais, de firme crítica e activa fiscalização do Governo, de apresentação de propostas válidas para a solução dos problemas do povo e do país.

Vamos prosseguir, ainda nas próximas três semanas, com a sessão de encerramento já marcada para 25 deste mês, o nosso "Debate com o País para uma nova política" que, apesar de vítima de um feroz silenciamento mediático, tem constituído uma valiosa iniciativa de reflexão sobre os problemas nacionais, tem suscitado por todo o país um largo interesse e participação e tem constituído, sem quaisquer propósitos de instrumentalização, um riquíssimo e promissor espaço de diálogo entre os comunistas e numerosos cidadãos sem partido.

Entretanto, é justo que consideremos que, a partir de agora, a preparação da intervenção do PCP e da CDU nas eleições legislativas terá de ser a **grande prioridade do nosso traba-**

Almoço concelhio com Álvaro Cunhal

Mil vozes cantaram no Seixal

a confiança
que vem da luta74º aniversário do PCP
PCP A ESQUERDA NECESSÁRIA
para uma nova política

O almoço-convívio que a Comissão Concelhia do Seixal levou a cabo no passado domingo, para assinalar os 74 anos do Partido, e no qual também parti-

cipou Álvaro Cunhal, presidente do Conselho Nacional do PCP, reuniu um milhar de pessoas, num dos vastos salões da Quinta Valenciana, em Fernão

Ferro. Um coro gigante cantou os «Parabéns» ao aniversariante e sublinhou, em vibrantes sublinhados às intervenções políticas, que as «felicidades» e «muitos anos de vida» não são meros votos de ocasião, mas aspirações sinceramente sentidas e cuja realização é encarada com a confiança de quem, no dia-a-dia, combate firmemente por ideais e soluções que colocam acima de tudo os interesses do povo e do País.

A confiança em que é possível mudar para melhor e o amplo apoio às propostas do PCP têm marcado igualmente - como disse Manuel Valente, do Comité Central - as iniciativas realizadas no distrito de Setúbal para comemorar o 74º aniversário do Partido, e que já ultrapassam as três dezenas. O responsável da concelhia fez questão de saudar as lutas de trabalhadores (nomeadamente, da Siderurgia Nacional, da Indelma, da administração local), tal como de reformados, mulheres e jovens. Do calendário para o ano corrente, salientou as eleições legislativas como «tarefa prioritária de todo o Partido» e apelou a uma forte participação dos militantes na campanha dos 150 mil contos.

Plena de entusiasmo, recolheu fortes aplausos a intervenção de Nelson Ramos, da direcção regional da Juventude Comunista Portuguesa.

Eufrazio Filipe, presidente da Câmara Municipal do Seixal, fez uma breve saudação em nome da vereação comunista, no momento da entrega de ofertas de vários organismos do Partido no concelho.

Nesta página, publicamos um resumo da intervenção de Álvaro Cunhal, feita de improviso e várias vezes interrompida com aplausos e palavras de ordem (como «Assim se vê a força do PC», «PCP» ou «JCP, juventude do PC»).

Ainda antes de apagar as velas, cantar os «Parabéns» e

recortar o grande bolo de aniversário, ficaram todos a saber que o apelo à contribuição financeira para o PCP já tinha resultado em mais de 300 contos, sem estarem ainda apuradas as contas finais, assim se contabilizando, logo ali, a disposição com que os comunistas do Seixal estão a participar na campanha dos 150 mil contos. O almoço gigante do passado domingo foi também uma boa demonstração do empenhamento com que estão nas grandes batalhas políticas que temos pela frente. A confiança nasce precisamente do trabalho diário e da luta persistente por objectivos justos e realistas.

■ DM

Da intervenção
de Álvaro Cunhal

A verdade histórica

Na sua intervenção, Álvaro Cunhal começou por salientar que comemorar o aniversário do Partido é comemorar a sua história. Não com sentimentos passadistas, mas para que todo o Partido, nomeadamente as novas gerações, tomem mais completo conhecimento e ganhem mais convicta consciência do valor, da experiência e do papel do Partido na vida nacional ao longo dos anos. Na resistência contra a ditadura fascista. Na luta pela liberdade. Na revolução de Abril, com o levantamento popular que se seguiu ao levantamento militar dos capitães do MFA. Nas grandes conquistas democráticas. Na instauração e institucionalização do regime democrático. E, desde então, na luta contra a política de direita.

A verdade histórica é particularmente necessária porque está em curso uma gigantesca operação de falsificação da história tendo como componente principal o branqueamento das forças reacçãoárias e falsidades e calúnias contra o PCP. A falsificação da história é uma arma da reacção na sua luta presente. A verdade histórica é para o nosso Partido um valor político, é uma importante arma na luta contra a direita e por uma viragem na vida nacional.

A derrota da direita
e a possibilidade de uma alternativa

Falando do momento político actual, Álvaro Cunhal sublinhou que o que é característico e novo é não tanto a necessidade, que de há muito existia, mas a possibilidade objectivamente considerada de afastar do poder Cavaco Silva, o PSD e a direita.

Há sólidos fundamentos para esta opinião. O reconhecimento generalizado do fracasso completo da política do PSD. O abuso autoritário do poder. O agravamento de todos os problemas nacionais.

A generalização do descontentamento traduz-se numa vaga de lutas de massas da vastíssima frente social que se ergue contra a política de direita, o que significa a redução da base de apoio ao Governo e o alargamento da base de apoio social e de apoio eleitoral potencial a uma nova política, a uma política democrática.

A renúncia de Cavaco Silva à chefia do PSD e a ser Primeiro-

-Ministro mesmo no caso de uma vitória eleitoral do PSD significa o reconhecimento da derrota da direita, e da crise que o PSD atravessa e da qual o seu Congresso deu um esclarecedor espectáculo.

A maioria do PSD na Assembleia da República e o Governo do PSD e de Cavaco perderam a legitimidade política e institucional.

A hora certa para a dissolução
da Assembleia da República

Daí não só a necessidade e a urgência, mas a possibilidade de afastar o PSD e a direita e abrir caminho a uma alternativa democrática.

Álvaro Cunhal sublinhou a correcção das justas propostas e reclamações do PCP: dissolução da Assembleia da República, eleições antecipadas, demissão do Governo, constituição de um governo que garanta a democraticidade do processo e do acto eleitoral.

De há muito que haveria razões de sobra para tais medidas pois de há muito estava comprometido o regular funcionamento das instituições. Agora estão criadas as condições e acumuladas as razões. A hora H necessária e certa (sublinhou) é agora e não em Outubro.

O PS, dizendo ora sim, ora não, tem estendido a mão ao Governo e ao PSD. A não ser decidida a dissolução e a manter-se o Governo até Outubro seria dada uma moratória ao PSD que ele aproveitaria para utilizar o poder e os meios do Estado para se refazer da situação de derrota em que se encontra e evitar a derrota eleitoral.

A grande batalha política do ano

Álvaro Cunhal sublinhou que as eleições legislativas de 1995 são a grande batalha política do ano. O que se impõe não é uma mudança de pessoas ou de partidos para continuar a mesma política no essen-



cial. Não é uma alternância PSD-PS. O que se impõe é uma nova política, é uma real alternativa democrática.

O PCP apresentar-se-á às eleições no quadro da CDU, que conta com o valor do Partido Ecologista «Os Verdes», da Intervenção Democrática e de milhares de democratas sem partido. O lema «a Esquerda necessária para uma nova política» define a posição do PCP. Não é possível uma nova política e uma efectiva viragem na política nacional sem o PCP. Nas eleições legislativas o voto necessário é o voto na CDU e o correspondente reforço da representação parlamentar.

Álvaro Cunhal lembrou que nas últimas eleições autárquicas, no concelho do Seixal se passou de maioria absoluta de 5/4 para 6/3, sendo o sexto vereador da CDU uma jovem. E, no vizinho concelho de Almada, cujo Presidente da Câmara Municipal é também uma mulher, se passou de maioria relativa para maioria absoluta.

O concelho do Seixal só por si está em condições de garantir a eleição de um deputado da CDU pelo distrito de Setúbal.

Outras grandes tarefas:
luta de massas e o reforço do Partido

As eleições são a grande batalha política do ano, mas o Partido tem também no ano em curso outras duas grandes tarefas: as lutas de massas e o reforço do Partido. Não contrariam o empenhamento nas eleições. Não são tarefas que se excluam. Antes pelo contrário. Interajudam-se e complementam-se. O desenvolvimento da luta de massas e o reforço do Partido são além de mais importantes factores para a batalha eleitoral e o seu resultado.

Álvaro Cunhal desenvolveu ainda estes dois temas dando particular relevo às grandes linhas do reforço do Partido (recrutamento - particularmente de jovens -, organização - particularmente nos locais de trabalho -, renovação, direcção e trabalho colectivo, luta ideológica), para o qual existem condições e ambiente favoráveis.

Nova política de saúde - três apontamentos

I

O subfinanciamento crónico e as políticas de direita de que o Serviço Nacional de Saúde foi alvo por parte de sucessivos governos não permitiram que as suas potencialidades fossem até hoje plenamente aproveitadas e desenvolvidas. E apesar do empenhado esforço de muitos dos seus profissionais, é patente uma situação de deterioração de muitos serviços de saúde, afectando a sua qualidade e até, em algumas situações, os seus níveis de segurança.

Na análise que tem vindo a ser promovida pelo PCP - com o contributo de profissionais do sector de várias regiões do país e também de utentes - têm sido em particular enfatizados os seguintes aspectos:

- o continuado e agravado subfinanciamento;
- a tendência para a avaliação dos resultados das unidades prestadoras de cuidados por critérios economicistas (de que as vítimas da hemodiálise de Évora constituem a ocorrência mais dramática);
- os processos de "comando" administrativo das unidades de saúde e a sobreposição do clientelismo político à competência técnica, com todo o seu cortejo de (perversas) consequências;
- a crescente inadequação de muitos serviços em relação às novas exigências de organização e de equipamento;
- a desvalorização de toda a área (essencial) dos cuidados de saúde primários;
- e as crescentes desigualdades de natureza classista que se registam, na prática, no acesso aos cuidados de saúde.

II

A política de saúde de inspiração neoliberal do PSD, força política que há dez anos ocupa as cadeiras do poder, não pode deixar de ser frontalmente responsabilizada pela situação existente e pela redução da capacidade do Serviço Nacional de Saúde dar boa resposta às necessidades dos portugueses. Acresce que ela tem lugar num momento em que a nível internacional já é reconhecido de forma generalizada que as orientações assentes na lógica da mercantilização e da privatização da saúde levam ao desenvolvimento de gravíssimas desigualdades entre os cidadãos, ao crescimento dos custos, ao desperdício e à irracionalidade na oferta de cuidados de saúde.

Além disso, as alterações anunciadas pelo PSD em relação ao financiamento futuro da saúde e que podem ser sintetizadas pela máxima de que "quem quer saúde, paga-a", alterações que foram prudentemente deixadas no congelador para depois das eleições; a aplicação que tem vindo a ser feita do Estatuto do SNS (que suscitou, como se sabe, generalizada discordância das organizações profissionais do sector e das principais organizações sociais); o processo de privatização da gestão das unidades de saúde que está em curso; as alterações propostas durante a última (e abortada) revisão da Constituição; - sem dificuldade conduzem à conclusão de que a perspectiva final do PSD é a da destruição do Serviço Nacional de Saúde e o desenvolvimento, em sua substituição, de um sistema puramente residual e caritativo de prestação de cuidados de saúde para a população pobre, a par do fomento do mercado capitalista de prestação dos cuidados de saúde.

É conhecida a postura básica do PCP de defesa do direito universal à saúde e de recusa de uma política que acentua a divisão dos portugueses, do ponto de vista da garantia do seu direito à saúde, em cidadãos de primeira e de segunda. Postura política e também ética que assume o direito à saúde como um direito fundamental de todos os indivíduos, que incumbe ao Estado garantir, nos termos constitucionais; que não faz depender o acesso aos cuidados de saúde, em caso algum, da situação económica ou do estatuto social dos cidadãos; e que privilegia sempre, em primeiro lugar, na avaliação da eficácia dos serviços de saúde, a análise aos resultados em saúde por eles obtidos.

Não estão obviamente em causa a existência de medicina privada, o seu papel e a sua importância social, bem como a possibilidade de opção individual dos utentes.

Mas é evidente que a desresponsabilização do Estado no que respeita aos seus deveres básicos de garantir a protecção de saúde



a todos os portugueses, e a privatização da saúde - através das diversas modalidades de privatização das unidades prestadoras de cuidados, ou do pagamento da prestação dos cuidados de saúde ou ainda de seguros que a garantam - significaria um pesado retrocesso social. Além de agravar as despesas com a saúde, e conduzir a mais desigualdades, discriminações e injustiças sociais.

Por isso, o PCP tem assumido firmemente a defesa do Serviço Nacional de Saúde. Não do SNS como está, desfigurado pelas continuadas orientações que têm sido postas em prática. Mas do SNS regressado à filosofia e à inspiração democrática e humanista inicial, ajustado às novas condições de progresso tecnológico, aos problemas que o crescimento dos custos e a evolução organizativa colocam, aos novos e mais exigentes padrões de saúde possíveis e que por isso devem ser acessíveis a todos os seres humanos.

III

Com esta perspectiva os comunistas tem defendido a realização de um alargado debate nacional centrado na análise da situação dos serviços de saúde e das políticas alternativas que se colocam. Em que é obviamente essencial a participação dos profissionais e das estruturas da área da saúde, mas em que é necessário que tenham igualmente voz os movimentos dos utentes, as várias forças políticas e sociais e a opinião pública em geral.

E como contributo para esse debate nacional e para a formulação de uma nova política de orientação democrática para a saúde, tem apontado três linhas fundamentais (e interligadas): a **primeira** - o aumento dos recursos atribuídos à área de saúde; a **segunda** - a melhor utilização dos meios públicos disponibilizados para a saúde; e a **terceira** - a realização de uma reforma democrática dos serviços de saúde.

Quanto à necessidade de **aumento dos recursos atribuídos à área da saúde**, trata-se de um objectivo necessário e possível. Portugal é o país da União Europeia que menos gasta proporcionalmente com a saúde, e ao mesmo tempo, aquele em que é percentualmente mais elevado o encargo financeiro suportado directamente e a título individual com as despesas com a saúde. Acresce ainda o facto de Portugal estar na cauda da União Europeia no que respeita ao peso das prestações sociais nas despesas públicas e à parte do PIB dedicada às despesas correntes de protecção social.

No que respeita à **melhor utilização dos meios públicos** disponibilizados para a saúde, numerosos factos mostram, nomeadamente no domínio das construções hospitalares, dos equipamentos e dos medicamentos, que existem enormes possibilidades de racionalização dos custos, sem afectar a qualidade da prestação dos cuidados de saúde. A "desparasitação" do Ministério da Saúde, por si só, não demoraria a produzir resultados significativos.

Quanto à última linha apontada, de **Reforma Democrática dos Serviços de Saúde** aponta-se a necessidade de configuração de uma **frente de avaliação da qualidade**, como instrumento para melhorar o desempenho do SNS e, em geral, a qualidade dos cuidados de saúde no País e também a concretização de uma **política de humanização** a todos os níveis da estrutura do SNS. Mas o objectivo fundamental e decisivo, para o qual importa chamar vivamente a atenção, tem a ver com a alteração do bloqueamen-



EDGAR CORREIA
Membro da Comissão Política

to estrutural existente, e que decorre da actual governamentalização, centralização e gestão antidemocrática do SNS.

Na realidade, o desenvolvimento de uma orgânica centralizada e governamentalizada, em que o Ministério da Saúde todos nomeia e tudo aprova e em que as administrações regionais se assumem como meros prolongamentos do aparelho burocrático central, corresponde à necessidade do PSD dispor de um instrumento de aplicação dócil da política neoliberal do Governo. E tem servido, além disso, ao insaciável clientelismo laranja, com todo o seu cortejo de consequências - ineficiência, desperdício, corrupção.

Um modelo alternativo, de organização e de gestão democráticas dos serviços de saúde necessita de dar resposta às condições de crescente complexidade funcional e de densificação e de interligação territorial das estruturas prestadoras de cuidados de saúde, para as quais os sistemas de direcção centralizada e de comando burocrático-administrativo não conseguem mais dar resposta. E necessita também de desenvolver - dentro de uma filosofia de equidade - um novo equilíbrio dinâmico e auto-regulado democraticamente, entre as necessidades da população, as possibilidades decorrentes do avanço do conhecimento e do progresso tecnológico e a utilização dos recursos financeiros existentes ou a disponibilizar.

O conceito de organização e gestão democráticas do SNS aos diversos níveis de coordenação/direcção nacional, regional e local, e ao nível de cada estabelecimento de saúde, que tem vindo a ser debatido e apurado parte da necessidade reconhecida de estabelecer uma articulação dinâmica dos vários poderes, de natureza diversa, que interagem (ou que devem interagir) no SNS, através de processos de regulação e de controle democráticos: o poder político central, regional (a constituir) e local; o poder técnico e profissional, cujo exercício democrático necessita de ser garantido pela eleição de representantes por sector profissional e/ou pela totalidade dos técnicos de um estabelecimento ou grupo de estabelecimentos; e o poder social, de natureza participativa, através de organizações sociais de relevante ligação à área da saúde (nomeadamente utentes de saúde, deficientes, sindicatos, associações de reformados, pensionistas e idosos, etc.).

A procura de um novo modelo de organização e de gestão democrática, ao procurar desenvolver um equilíbrio dinâmico e uma regulação permanente entre os vários poderes, parte do reconhecimento que o poder político central necessita de ser articulado e equilibrado com o poder das comunidades (o poder local e regional, de natureza representativa, e o poder social, de natureza participativa), o qual, por estar mais próximo das populações, estará em melhores condições de conhecer, organizar e dar resposta concreta às necessidades sociais. E é indispensável que esses poderes estejam articulados com o poder técnico e profissional, com absoluto respeito pela vertente técnica e científica que a definição e a concretização de uma política de saúde, a qualquer dos seus níveis, naturalmente implica.

E neste quadro que se configura, como resultante dinâmica, a autonomia democrática do Serviço Nacional de Saúde nas suas várias vertentes. E um Serviço Nacional de Saúde assim organizado naturalmente pressupõe um sistema de financiamento suficiente e garantido, a ser assegurado através de uma Lei de Finanças da Saúde (do mesmo tipo da Lei das Finanças Locais), onde seja fixada uma cota indexada ao PIB que aproxime Portugal da média europeia e que estabeleça critérios bem definidos quanto à distribuição das verbas necessárias ao bom funcionamento das unidades de saúde.

Portugal é o país da União Europeia que menos gasta proporcionalmente com a saúde e ao mesmo tempo, aquele em que é percentualmente mais elevado o encargo financeiro suportado directamente e a título individual com as despesas com a saúde



LISBOA
EXPO '98

Potencialidades e riscos

■ Jorge Cordeiro

A decisão de organizar a Exposição Internacional de 1998 em Lisboa, acolhida com interesse e satisfação, tem sido acompanhada com natural expectativa.

A sua realização pode constituir, por si, um momento de afirmação cultural do país, com repercussões significativas do ponto de vista turístico e económico e capaz de, simultaneamente, contribuir para a revitalização urbana de uma importante zona da cidade.

Não se tratando de uma exposição universal como a realizada em Sevilha no Verão de 1992, a Expo 98 contará, ainda assim, com uma alargada representação de países expositores (cerca de 70 a 80 com predominância para os países europeus e africanos de expressão portuguesa) e atrairá um número de visitantes calculado pelos organizadores em cerca de 10 milhões, uma importante parcela dos quais não nacionais.

A decisão tomada pelas Nações Unidas em 12 de Dezembro passado de declarar o ano de 1998 «Ano Internacional dos Oceanos» contribuirá, em paralelo com a realização da Exposição, para afirmar o papel de Portugal no contexto europeu e a sua relação histórica, científica e cultural com os mares e os oceanos.

Se devidamente bem conduzida, e se a isso corresponder a vontade e interesse político das principais entidades responsáveis, a realização da Expo 98 constituirá um momento de valorização dos recursos nacionais ligados ao mar - pescas, marinha mercante, orla costeira, etc. - e uma oportunidade única para garantir a instalação de institutos europeus e das Nações Unidas na área da investigação oceânica, que se traduziria num importante estímulo à comunidade científica e técnica nacional.

Estão sublinhadas as perspectivas e significado que a realização da próxima Exposição Internacional assume. Ainda que correndo o risco de contrariar a corrente dominante, revela-se igualmente oportuno deixar algumas notas de reflexão sobre os riscos e os desafios colocados à concretização plena dos objectivos e das potencialidades abertas pela realização da Exposição.

A decisão de atribuir a Portugal a realização da Expo 98 (em prejuízo da candidatura apresentada pela cidade canadiana de Toronto) e, posteriormente, a opção pela sua actual localização na zona oriental de Lisboa, assentou em pressupostos que é necessário manter presente no processo de avaliação do desenvolvimento e concretização do projecto. Relembremo-los resumidamente.

Na raiz da decisão de atribuir a Portugal a sua organização terá pesado a componente científica apresentada pela candidatura nacional referente à área dos oceanos - temário central da Expo 98 - no domínio da investigação de ponta na área dos oceanos e pescas, designadamente com a rentabilização *a posteriori* de instalações da exposição a disponibilizar para esse fim.

E na opção pela sua definitiva e actual localização terá pesado (em detrimento das alternativas consideradas na zona ocidental de Lisboa e de uma possível inserção regional) o facto de a Expo e a sua construção ser encarada como um factor de revitalização da zona oriental de Lisboa e de reequilíbrio do tecido urbano da cidade.

Do "evento cultural" à operação especulação

A opção tomada de aliar à organização da exposição uma operação imobiliária como instrumento para a sua própria viabilização suscita, naturalmente e desde logo, as primeiras dúvidas e interrogações. Veremos até que ponto se farão sentir perversamente os efeitos de tão discutível opção nos objectivos mais interessantes associados à realização da Expo. Torna-se necessário, na abordagem deste evento e das opiniões que sobre ele se tenham, distinguir desde já entre o evento Expo 98 e a Parque Expo, enquanto sociedade de promoção imobiliária concebida e criada para desígnios bem menos valorizáveis da exposição que a pretexto. A distinção entre um evento cultural de potencial e inegável valor e uma operação especulativa que alguns teimaram em lhe associar, constitui uma condição básica para uma avaliação rigorosa e livre sobre a face oculta e mais sombria de um projecto que ocupa já a atenção dos meios de comunicação e de alguns sectores da opinião pública.

A repetida tese do "custo zero" avançada como argumento geral e absoluto para justificar a solução e modelo adoptado é demasiado frágil para vencer as dúvidas existentes. Não só porque a decisão de candidatar Portugal à realização da Expo poderia justificar a assunção de um investimento público equilibradamente ponderado e rigorosamente controlado, mas também porque os primei-

ros passos da concretização da Expo no quadro do actual modelo se encarrega de destruir esse mito. Ou será que os 42 ha de terreno municipal entregues à sociedade Parque Expo, avaliados em mais de 20 milhões de contos em troca de investimentos viários no valor de 4 milhões de contos (que interessando indiscutivelmente à cidade servem não menos a valorização do projecto imobiliário da sociedade), não são em si um investimento público? Ou que os 35 milhões de contos de fundos provenientes do actual Quadro Comunitário de Apoio não correspondem a um acto de vontade de investimento público na realização da Expo?

A Sociedade Parque Expo e às soluções que a moldam jurídica e institucionalmente presidiram, desde o primeiro acto, critérios de excepcionalidade e de governamentalização. Não há argumentos de eficácia que expliquem o poder colossal conferido a esta sociedade e a possibilidade de o exercer sem controlo democrático e à margem de mecanismos de fiscalização exigíveis a uma entidade responsável por gerir um orçamento de centenas de milhões de contos. Nem essa concentração de poderes será boa conselheira na concretização do projecto. A Parque Expo está isenta da observância de procedimentos comuns às demais entidades públicas, designadamente na sua relação com o Tribunal de Contas. A Parque Expo foram conferidos poderes quase absolutos, expropriados aos municípios, no domínio do planeamento do território e do licenciamento de obras. A Parque Expo foi declarada isenta de pagamento da contribuição autárquica e sisa (receitas arrecadadas pelos municípios), não sendo ainda claro se a presente isenção se destina exclusivamente às operações de construção estritamente relacionadas com a Exposição Internacional ou se se pretende extensível a toda a operação imobiliária que a Sociedade tem em vista.

Sem dúvida que a realização da Expo 98 induzirá um conjunto de investimentos no domínio das infraestruturas e equipamentos valorizadoras do ambiente urbano da zona onde se encontra inserida. A construção da Gare do Oriente, a extensão do Metro em direcção a Moscavide (e posteriormente a Sacavém como se imporá), a aceleração do processo de recuperação do rio Trancão, o Pavilhão multiusos, o Oceanário, para além de novas infra-estruturas viárias são exemplo das potenciais vantagens que dela resultam.

A questão premente que entretanto está colocada é a de saber se será possível assegurar a compatibilização entre um desenvolvimento equilibrado da cidade e a pretendida revitalização da zona oriental de Lisboa, e a perigosa dinâmica urbanística de um loteamento imobiliário de 300 hectares predominantemente concretizado à margem dos instrumentos e orientações estratégicas de planeamento.

Não é inocente que à entidade organizadora de uma exposição que não ocupará mais de 50 hectares lhe tenha sido atribuída a plena jurisdição sobre uma área de 300 ha (chamada zona de intervenção) e um papel de condicionamento sobre a gestão de uma área adicional com algumas centenas mais de ha (zona de protecção). Detentora de uma vasta área para construção que lhe foi entregue graciosamente, a Parque Expo apresenta-se, perante outros promotores imobiliários concorrentes, numa situação de vantagem comparativa que é legítimo questionar, mesmo para quem a chamada lei do mercado não é a mãe de todas as regras da sociedade.

O lucro fácil e a ameaça do terciário

O que desde já se conhece do denominado Plano de Urbanização da zona de intervenção não sossega, bem pelo contrário, algumas das apreensões que se vêm manifestando. Partindo do princípio que aparecerão promotores interessados em investir os 250 milhões de contos necessários ao projecto, tudo indica estar-se perante uma oferta excessiva e desequilibrada. Mais de 12 000 fogos essencialmente dirigidos a camadas médias e médias altas e bem mais de meio milhão de metros quadrados destinados a terciário (mais de 1/3 de todo o terciário previsto no PDM para a cidade até ao ano 2000), oferecidos em condições de mercado altamente vantajosas, legitimam a interrogação de saber o impacto que terá na ocupação funcional das restantes zonas da cidade (designadamente sobre a Baixa e as Avenidas Novas) e no eventual comprometimento da possível fixação de actividades similares na zona de Chelas, indispensável à sua requalificação. O reequilíbrio e revitalização da zona oriental reclama que o investimento se distribua em paralelo entre a área da Parque Expo e os terrenos municipais envolventes.

As repercussões directa e indirectamente induzidas no tecido

económico da zona suscitam igualmente uma reflexão. O vasto conjunto de encerramento de empresas e de destruição de postos de trabalho acelerados no último período de tempo (cerca de 15 mil postos de trabalho perdidos desde o início da década) coloca na ordem do dia a assunção determinada de medidas com vista a impedir o movimento especulativo fundiário e imobiliário pronto a explodir em toda a zona de influência da Expo 98, originado pela súbita valorização dos terrenos e que constitui uma irreprimível tentação de busca de lucro fácil em detrimento das actividades produtivas e económicas ali prosseguidas. A defesa do tecido produtivo imporá o estabelecimento de regras que condicionem decididamente os movimentos tendentes à alteração de usos.

A solução de engenharia financeira em que se cimenta a viabilização económica da Expo 98 transporta em si um conjunto de condicionamentos capazes de se reflectirem negativamente na concretização do projecto e de afectar irremediavelmente os objectivos pretendidos. Elementos recentemente divulgados revelam a precariedade em que assenta o anunciado objectivo de equilíbrio orçamental da operação Expo. A previsão, a 3 anos do projecto, de uma despesa semelhante à melhor expectativa de receitas a obter (cerca de 207 milhões de contos) aponta seguramente, tendo em conta experiências recentes de gestão financeira de investimentos, para um inevitável défice.

O que suscita a dúvida de saber se, de acordo com toda a lógica da operação, não estará já perfilada no horizonte dos responsáveis a tentação de encontrar cobertura para essa provável situação deficitária no âmbito da operação imobiliária. Ou dizendo de uma outra e mais clara forma: se não se está perante o risco potencial, que é necessário prevenir, de progressivamente se irem reduzindo as áreas destinadas a equipamentos e espaços verdes e aumentando a densificação da área construída de acordo e proporcionalmente ditadas pela necessidade de recurso a mais receitas. Sem se pretender especular, a verdade é que a calendarização prevista para o desenvolvimento do projecto imobiliário, com prazo de execução até 2008, constitui por si uma porta entreaberta para tal possibilidade. A concretização de projectos como o parque verde de 80 ha, com a sua construção expectante para além de 1998 (até lá, os terrenos a ele destinados receberão os estaleiros e parte do estacionamento de suporte à exposição), exigirão uma atenta vigilância das entidades públicas mais directamente interessadas, designadamente as câmaras municipais.

É ainda tempo...

Paralelamente, a realização da Expo está, pelas mãos da entidade encarregue de a promover, a ser utilizada como balão de ensaio para a perversão das leis que regulam as relações e as condições de trabalho. Em vez de aproveitar a construção da Expo como momento ímpar para dinamizar o mercado de trabalho na base do respeito pelos direitos sociais dos trabalhadores, o governo e patronato, pela mão da Parque Expo e de Cardoso e Cunha, preparam-se, com o apoio claro da UGT, para alcançarem o que lhes falhou à mesa da concertação social: desregulamentação do trabalho, flexibilização dos horários e regime de férias, a polivalência, etc., com tudo o que acarretam de sobreexploração dos trabalhadores e como factor de insegurança e risco no trabalho.

A realização da Expo 98 afigura-se um processo contraditório - de inegáveis potencialidades e de ineludíveis riscos - perante o qual é necessário procurar extrair o máximo de potencialidades e prevenir os perigos susceptíveis de desvirtuar os objectivos que a envolvem, utilizando todos os mecanismos e instrumentos capazes de o influenciar.

É ainda tempo de conformar a sociedade Parque Expo a mecanismos de controlo e fiscalização democrática, de devolver aos municípios poder de intervenção no processo de aprovação dos instrumentos de planeamento e no licenciamento de obras, de garantir a realização dos estudos de impacto ambiental inerentes às várias fases do projecto, de salvaguardar o tecido produtivo da zona envolvente condicionando a tentação especulativa já em curso, de proporcionar o plano de urbanização da zona de intervenção à necessidade urbana e funcional da cidade e da zona oriental de Lisboa, de prevenir potenciais disparos do nível de densificação e ocupação da área em questão.

Fazê-lo, contribuirá por certo para dar à Exposição Internacional de Lisboa uma projecção cultural para além das fronteiras e do ano da sua realização e para a afirmar como um factor de requalificação urbana, humana e social da cidade e das gentes que a construíram, a viveram e acolheram.

O PS, as cortes gerais, ou quanto vale uma liderança?

Terminado que foi o «Congresso do Entrudo» do PSD, monumental baile de máscaras e curso carnavalesco de todos os truques da política-espectáculo e mistificações, eis o PS no cumprimento do seu plano original de preparação das eleições legislativas.

Esse plano, recorde-se, comportou a afirmação interna da liderança de Guterres, pela divisão entre as diversas tendências dos cargos disponíveis ou almejavéis em próximas eleições, e a sua promoção como primo-ministeriável verosímil, pela «reprise» da imagem de Cavaco, de líder, omnisciente e mediático, que, em cinzento atípico (de cartaz), «sabe o que quer para o país».

Mas o seu «elemento central» são os chamados «Estados Gerais».

Entendidos como uma monumental montagem *video tape* do desfile de personalidades ministeriáveis, em muitos casos atraídas mais pela «feira de vaidades», pela hipótese ou promessa de participarem na próxima divisão do poder, do que por qualquer projecto ou programa.

Geridos como preito de notáveis nas cortes gerais do auto-proclamado «líder da oposição» que dentre eles escolherá os seus pares do «futuro Governo».

Encenados na grande operação de bipolarização artificial da vida política, no jogo da inefável «alternância», espécie de «salva-vidas» das políticas de direita e respectiva opção de classe.

Encerrados, este fim de semana, em «êxtase» de ilusórios protagonismos, num «happy end» de desbragada caça ao voto.

Do plano original do PS falta o chamado «contrato de legislatura», um programa eleitoral com nome pomposo, uma versão revista e actualizada da política de direita seguida pelo menos desde que, há 15 anos, o PSD se instalou no Governo.

Dele consta a promessa dum «novo contrato entre o mercado e o Estado», que traz à lembrança o «menos Estado melhor Estado» do PSD e apoia-se exactamente nas mesmas lógicas neoliberais: reduzir a «perniciosa omnipresença» do Estado, o que significa completar a destruição do sector público da economia; contrariar as políticas «artificialmente expansionistas», que o mesmo é dizer insistir na contenção do mercado interno e do nível de vida da generalidade da população; não manter «situações artificiais de emprego», ou seja, continuar pela via brutal dos despedimentos. Enfim uma mão cheia de «novidades», novos nomes para as estafadas cassetes da política de direita.

Para completar o plano da direcção do PS para preparar as eleições faltam o «programa do Governo», mistificado como se não dependesse de apoios a negociar na próxima Assembleia da República, caso exista maioria democrática, e as listas de candidatos a deputados e «de Governo», fase crítica desta grandíssima simulação, em que são inevitáveis sequelas e fracturas na escolha, dentre os mil e um pré-candidatos, dos melhor colocados para o prosseguimento da política de direita com «música e fardamentos novos».

Tal é o plano do PS para chegar ao poder e como transparece, se exceptuarmos alguns aspectos curiosos de marketing político, não comporta quaisquer novidades. No essencial são as mesmas do passado as opções de política preconizadas.

E porque não há de facto nenhuma intenção de interromper a actual política, mas sim de a continuar sob novas formas e sua responsabilidade, o PS sujeitou toda a sua intervenção política, vezes sem conta, aos seus *timings* e projectos «eleiçoeiros», como se não houvesse um país real, vítima das desgraçadas políticas deste Governo, carecendo de, com a brevidade possível, delas se ver livre.

O PS deixou-se enredar no manobrismo do PSD a propósito do congresso «Portugal que futuro?», na famigerada revisão constitucional, na luta da ponte, ou, recentemente, nas «sondagens» de encomenda com que se discutiram «ideias», no congresso do Gambirinus, perdão, do Coliseu.

O PS, quanto à dissolução da AR, opôs-se primeiro, avançou depois a medo, mais tarde recuou e hesitou, facilitando ao PSD o espaço de manobra decisivo para, por via duma decisão errada do Presidente da República, se perpetuar no Governo, muito provavelmente até Outubro, gerindo a seu belo prazer centenas de milhões de contos em esmagadora campanha eleitoral.

Final quanto vale um plano, quanto vale uma liderança, que entrega o ouro ao bandido?

■ Carlos Gonçalves

Questões que ocupam o Vaticano...

■ Jorge André

Os capitais anónimos

A julgar pela leitura dos jornais publicados ao longo da semana, nada de importante se terá passado no mundo católico, ultimamente. Os habituais encontros de há muito agendados, as liturgias e as evocações de um passado remoto. Pouco mais.

Assim, talvez possamos preencher as linhas que se seguem com breves notações acerca de ideias anteriormente já aqui a floradas mas que poderão despertar, nalguns de nós, uma certa perplexidade. Ideias que, aliás, ocupam as linhas centrais de questões que actualmente preocupam o Vaticano.

Tomemos, como exemplo, uma melhor aproximação àquilo a que chamamos **igreja mercantilista**. Importará dizer, antes de tudo o mais, que se trata de um próspero braço do capitalismo mundial e de um corpo estranho à verdadeira igreja católica, que se quer instituição religiosa e cultural.

A definição «igreja mercantilista» tem, necessariamente, um cariz provisório, herdado das sucessivas gerações da hierarquia sempre dispostas a negociar o poder secular. As cruzadas, as ordens religiosas e militares, a repressão impiedosa dos cismas do Ocidente, as contrapartidas materiais do Padroado do Oriente e da Concordata Missionária, etc., revelam claramente que o governo eclesiástico nunca subestimou a importância dos conceitos de lucro material e de poder.

Foi assim, no passado. O segmento superior iluminado da hierarquia católica seguia o rasto das conquistas do homem, disciplinava a impaciência popular e desenvolvia a amplitude das alianças alcançadas com as classes dominantes.

Hoje, pensamos, esta relação entre os príncipes da igreja e os senhores do mundo transformou-se e acelerou os seus ritmos. No conjunto dos grandes interesses da alta finança, as forças dominantes da hierarquia católica acentuaram o seu peso relativo e, em certa medida, controlam estratégias e opções, situações de paz e de guerra, de prosperidade ou de fome das nações, etc. Quem puder que investigue, nessas áreas, o que se passa com os capitais anónimos que dominam o espaço português e que inesperado milagre conseguiu que, em democracia tão jovem e em país tão pobre, tanta riqueza se acumulasse em tão poucas mãos. Se tentássemos, com um só exemplo, sugerir o significado real de «igreja mercantilista», recordaríamos as declarações que, há poucos serões atrás, ouvimos na RTP, acerca dos financiamentos ocultos do comércio mundial dos armamentos, a um dos principais administradores espanhóis do grupo

Bilbao Y Vizcaya o qual, como se sabe, teve na base da sua constituição importantes capitais eclesiásticos: «Ao nosso banco importa, antes de tudo o mais, respeitar as regras da competição e do mercado; só depois, em último lugar, devem ser considerados os direitos humanos». É a este tipo de igreja, cujos actos contradizem intencionalmente a doutrina católica, que chamamos «mercantilista».

Depois, vem a necessidade de caracterizarmos a expressão «capitalismo eclesiástico», um autêntico neologismo que se enquadra mal na imagem tradicional que nos foi transmitida de igreja católica. A dificuldade que muitos sentirão consiste em admitirem que qualquer coisa de novo se está a produzir nas relações entre a hierarquia católica e as forças que dominam o poder nas sociedades capitalistas e profanas.

Basicamente, é certo, este enlace entre os poderosos eclesiásticos e leigos atravessa toda a história da igreja. E, ainda que a hierarquia jamais admita os crimes que os seus membros praticaram, podem reconhecer-se nesse sentido confissões inconscientes contidas em fórmulas teológicas recentes, como sejam a das «estruturas de pecado», introduzida por João Paulo II, ou a de «luz e sombra, santidade e pecado», ideia que tudo absolve e tão grata é aos teólogos escapistas.

Torna-se evidente que, ao longo dos séculos, parte importante do corpo eclesiástico dirigente jamais deixou de perseguir e de se apropriar de grossas parcelas dos dinheiros públicos e privados. Mas, também, exige a verdade que se reconheça que nesses tempos, quando o Estado ainda não assumira compromissos sérios perante os cidadãos, parte dos valores entregues à igreja eram reinvestidos na área social, através das mutualidades, das misericórdias, das escolas monásticas, das albergarias e hospitais das ordens religiosas, etc. A igreja ia buscar fora do seu âmbito natural parte dos tesouros produzidos pelo comércio e pela conquista mas redistribuía-os, em parte, pelas camadas pobres da população. Foi sempre através de esquemas de actuação semelhantes — acumulação de bens eclesiásticos e alargamento da sua área de influência social — que a igreja caracterizou essencialmente a sua intervenção no mundo. É, entretanto, por de mais evidente que a estreita ligação que assim foi alcançada entre a igreja e os poderes político e económico, veio degradar perigosamente o conteúdo evangélico da mensagem que os católicos afirmavam querer transmitir aos outros homens.

A partir dos finais da II Guerra Mundial começou a afirmar-se uma nova corrente eclesiástica que ia beber teoria e forças ao capitalismo neoliberal inspiradores das sociedades ocidentais surgidas do conflito. Os tecnocratas católicos que a integravam defendiam o princípio de que a igreja, na plena posse dos seus bens, se deveria afirmar como um agente activo dos mercados que então se estabeleceram no mundo ocidental.

Isto foi feito, embora à custa de pesadas cedências. Os capitais da igreja, até então autónomos e desligados dos circuitos financeiros, foram lançados no mercado. Sujeitos às leis da oferta e da procura, assumiram posições fortes, através das fusões, trocas de acções, «joint-ventures», etc., previstos nos manuais do neoliberalismo. Quanto mais o Vaticano devia a estas operações especulativas, mais a igreja ficava acorrentada ao capitalismo em franca ascensão. Não faltam exemplos a este respeito, mas bem poderiam destacar-se casos como os de mons. Marcinkus, da entrega da gestão dos bens católicos aos grandes grupos financeiros ou da meteórica subida da Opus Dei nos céus do Vaticano.

Com qualquer outro grande jogador, a hierarquia católica começa a ver-se arrastada pela febre do próprio jogo e já arrisca na bolsa os «valores sagrados» que a igreja lhe confiou. Ninguém pode garantir, com efeito, que as misericórdias possam sair ilesas das convulsões do mercado, que as mutualidades multipliquem os lucros ao enfrentarem-se com a segurança social do Estado ou que os negócios prometedores dos semimonopólios no ensino ou na saúde se venham a concretizar. O mais provável é que, de aliança em aliança, a hierarquia católica venha a cair integralmente sob a alçada dos interesses financeiros mundiais.

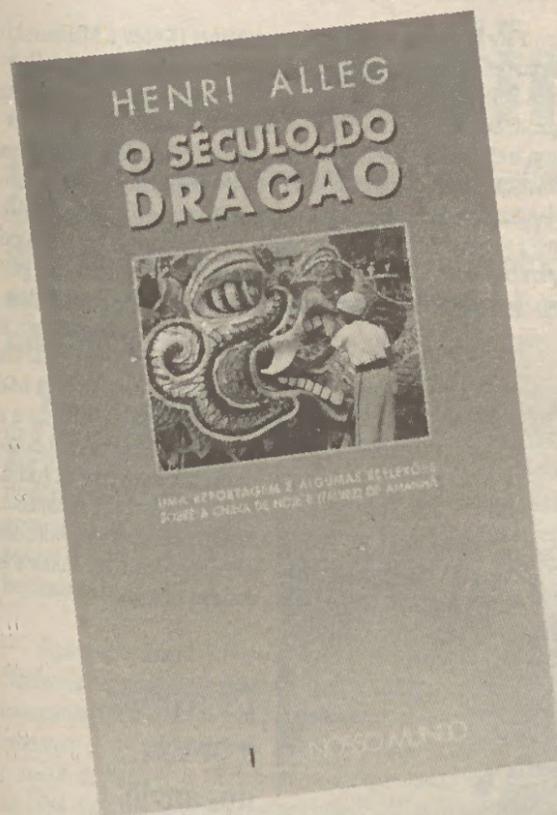
É a esta força em progressão que se poderá chamar **capitalismo eclesiástico**. Sem dúvida que, em breve, se encontrará uma forma mais precisa para se caracterizar a transformação que assinalamos. Mas é importante, de momento, tentar compreender o seu conteúdo.

A hierarquia sabe que o esvaziamento da igreja católica não é risco utópico ou longínquo, caso as actuais tendências se mantenham. E àqueles que não são católicos (ou que o são à margem das tendências capitalistas da igreja) não interessa que a instituição cristã, como marco de referência da solidariedade humana, venha a desaparecer ou a ser socialmente desprezada.

O Século do Dragão

um livro importante sobre a China

■ Miguel Urbano Rodrigues



Dentro de breves dias, o escritor francês Henri Alleg apresentará em Lisboa a edição portuguesa de «Le Siècle du Dragon», o mais importante livro sobre a China contemporânea editado no nosso país.

Modesto, o autor define este seu trabalho como «uma reportagem e algumas reflexões sobre a China de hoje e (talvez) de amanhã».

Durante muito tempo pouco se falou da China na Europa. E quase sempre com escasso conhecimento do assunto tratado. O grande país asiático aparecia-nos como gigante intratável, frequentemente sonolento, agitado de anos a anos por turbulências cujas motivações e desenvolvimento tinham um halo de mistério. Sequelas de uma mentalidade eurocêntrica e imperial.

De repente, a economia chinesa começou a crescer num ritmo anual superior a 10%. Os profetas não encontraram explicações fáceis e satisfatórias, mas o super dragão do Oriente passou a atrair a atenção e os investimentos das grandes transnacionais.

Henri Alleg percorreu a China durante meses, das montanhas áridas do Gansu, Noroeste, às terras tropicais do Yunnan no Sul, e de Pequim às «zonas económicas especiais» do Guangdong, passando por Xangai. Este seu livro é a síntese complexa e prudente do que viu e aprendeu e da reflexão posterior. Regressou, naturalmente, com muitas interrogações e poucas respostas.

Henri Alleg a coerência e a firmeza

Não é comum a obra de um jornalista em actividade tornar-se tema de uma tese universitária. Isso aconteceu com Henri Alleg. O seu livro *La Question* inspirou o mestrado do professor de História, Alexis Berchadsky (1).

Henri Alleg não é apenas um gigante do jornalismo numa época de perversão mediática. Pelos actos e pela escrita tem percorrido a vida desde a juventude como humanista e revolucionário exemplar.

O manuscrito de *La Question* saiu da prisão folha a folha. Duas edições de 35 000 exemplares esgotaram-se. O governo francês ordenou tardiamente a apreensão e a proibição da obra.

Camus, André Malraux e Jean Paul Sartre, entre outros.

Mais de 90 000 exemplares foram vendidos em edições clandestinas. *La Question* foi traduzido em muitos idiomas e contribuiu decisivamente para que o povo francês e a humanidade tomassem conhecimento de que oficiais do Exército de Turenne e Foch participavam pessoalmente de práticas monstruosas de tortura, comportando-se como os esbirros das SS e da Gestapo hitlerianas.

Num livro belíssimo, quase desconhecido em Portugal, «La Grande Aventure d'Alger Republicain», Alleg evocou mais tarde o tempo de luta vivido na Redacção desse jornal de que se tornou director aos 28 anos, chefiando uma equipa da qual, no início fez também parte Albert Camus. Sonhavam com a utopia e, por ela, esse punhado de jornalistas franceses e argelinos souberam bater-se com coragem e imaginação até à última fronteira.

O mundo mudou muito desde então, mas não as metas e as convicções de Henri Alleg. Durante décadas as suas reportagens em *L'Humanité* — do qual foi redactor principal

— funcionaram como lição permanente de jornalismo político de alta qualidade. O nível literário é nele complemento natural da serenidade com que acompanha e procura compreender e transmitir as lutas do homem e o movimento da História.

Apenas um dos seus livros — além de *La Question* — foi traduzido para o português: *SOS América* (2), lúcida e bem

documentada reportagem sobre os EUA na viragem do milénio, em cujas páginas o leitor penetra nos meandros de uma sociedade e de um Estado cujos sintomas de decadência se acentuam, não obstante a supremacia incontestável que a grande República imperial anglo-saxónica conquistou após a implosão da URSS e a derrocada do socialismo na Europa.

Não é de estranhar que Henri Alleg, com tal percurso, continue no seu próprio país a ser alvo das diatribes e agressões da extrema-direita. No Outono passado, grupos de *skinheads*, de antigos militantes das OAS e gente de *Le Pen* tentaram boicotar e tumultuar conferências suas no Sul da França. A reacção fascista e os saudosistas do colonialismo não lhe perdoam a coerência e firmeza de revolucionário consequente que assume com orgulho a sua condição de comunista.

Na transição do milénio, marcada dramaticamente pela perversão mediática, com o capitalismo selvagem arvorado em porta-voz e defensor da democracia, homens como Henri Alleg são incómodos. A tortura, obviamente, não foi erradicada. Aliás, alguns dos responsáveis pela engrenagem de que se fala em *La Question* foram promovidos e receberam as mais altas condecorações. Recordo que um dos torturadores de Alleg foi distinguido com a Legião de Honra enquanto ele era condenado, na altura, a dez anos de prisão...

O sofrimento, contudo, não deixou sequelas na personalidade de Henri Alleg. Aos 73 anos, a sua alegria de viver é tão forte que contagia. Nunca identifiquei nele sentimentos de ódio, nem o mais leve indício de vaidade. É um daqueles revolucionários de larga trajectória, que irradiam modéstia.

(1) *Relire La Question*, Alex Berchadsky, Ed. Larousse, Paris 1994.

(2) *SOS América*, Ed. Caminho, Lisboa, 1987. A continuação dessa obra, intitulada *Requiem Pour l'Oncle Sam*, foi publicada em 1991, em Paris, pelas Ed. Messidor. Outro livro importante de Henri Alleg é *Victorieuse Cuba*, Ed. Minuit, Paris 1963.

Alleg tem consciência de que o futuro próximo da China condicionará não apenas o caminho do seu povo mas em grande parte o destino de toda a humanidade nos tempos que vão chegar. Isso porque, quaisquer que sejam as grandes opções da China e a estrutura da sociedade nela emergente, o século XXI será marcado pelo protagonismo económico, para não dizer o predomínio chinês.

O autor não fugiu às dificuldades. A história recente da China está presente no inventário dos problemas e na reflexão que o acompanha. Henri Alleg visitou, inclusive, a cidade onde Mao Zedong nasceu e cresceu, Shaoshan, na Província de Hunan, e conta o que por lá viu e escudou.

O povo chinês assume uma atitude diferente da comum nos ocidentais quando se trata de apreciar o papel de homens que, para o bem e para o mal, contribuíram para fazer história. Não emite sobre eles julgamentos apressados, categóricos e definitivos. Prefere esperar, porque tem outra noção do tempo.

Para a maioria dos seus compatriotas, Mao foi um grande chefe militar e um talentoso dirigente revolucionário que libertou o país e restituiu ao povo chinês a sua dignidade, mas, como homem de Estado e ideólogo, não esteve ao nível dos desafios com que a história depois o confrontou.

Muito interessante é também a imagem que Alleg nos oferece de Deng Xiaoping, valorizada por referências documentais pouco conhecidas.

Os dirigentes do Partido Comunista não desconhecem que «a abertura» e «a economia socialista de mercado» colocam nas condições chinesas problemas similares, gerando as mesmas preocupações que a perestroika suscitou nos meados dos anos 80, quando se propunha ainda contribuir para o avanço do socialismo na fidelidade aos princípios do leninismo e aos seus objectivos permanentes.

Talvez por isso, Deng insistiu sempre na crítica ao liberalismo e aos seus perigos. A sua aceitação gradual equivaleria — afirmou repetidamente — «a lançar a China na via capitalista: os representantes dessa corrente ideológica querem orientar-nos para o capitalismo. Por isso tenho dito com insistência que as nossas quatro modernizações (a da agricultura, a da indústria, a da defesa nacional e a das ciências e técnicas — recorda Alleg) devem ser socialistas. Pela nossa política de abertura para o exterior queremos introduzir certos aspectos úteis da sociedade capitalista, mas não será mais que um complemento do desenvolvimento das forças produtivas socialistas».

Essa certeza de Deng Xiaoping e de outros dirigentes do PCC não é, porém, compartilhada pela totalidade do povo chinês. Tal evidência transparece do livro de Alleg.

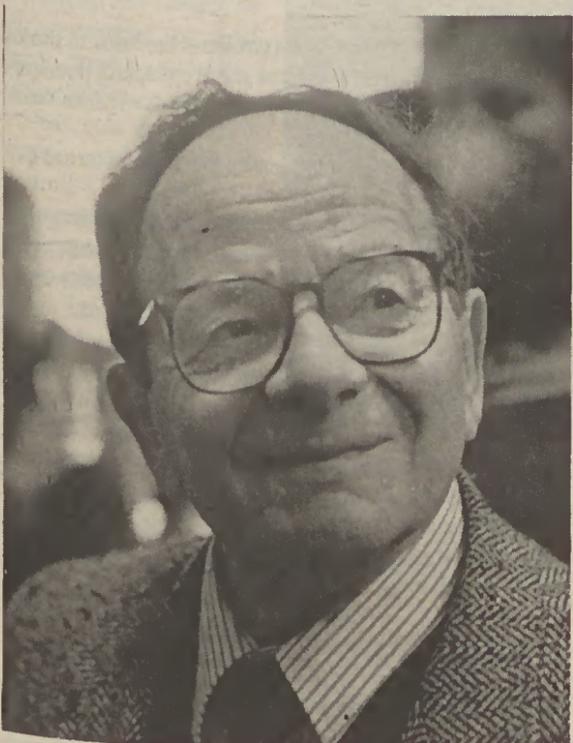
O Século do Dragão anuncia um desenvolvimento sustentado que colocará a China ao lado dos países desenvolvidos e, portanto, à frente em poderio acumulado, pelo peso da sua dimensão demográfica. Mas que sociedade será a da China nas próximas décadas? Qualquer resposta, por ora, seria gratuita e voluntarista. Alleg esboça a realidade chinesa tal como a captou, e procura transmitir a contradição permanente entre as duas Chinas possíveis: a imaginada e desejada pelos comunistas, que acreditam na continuidade do socialismo; e a outra China, a daqueles que, mesmo sem disso terem por vezes consciência clara, trabalham já pelo capitalismo.

No seu livro, Alleg falou com gente muito diferenciada. «Aqueles que encontrei e com quem conversei — sublinha — vinham de meios muito diferentes. Eram camponeses, muito pobres ou gozando já de um bem-estar relativo, jornalistas trabalhando duro em milhares de estaleiros saídos da terra, operários e técnicos de grandes e pequenas empresas, estatais e privadas, empregados e quadros de firmas comerciais e da Administração, professores e estudantes, intelectuais calorosos e abertos e também críticos, novos-ricos satisfeitos e arrogantes, jovens oportunistas, cínicos e ávidos de rápida ascensão, militantes e dirigentes comunistas profundamente convencidos de que a via escolhida pelo Partido era a boa e que não havia outra.»

Henri Alleg deixa a cada leitor a tarefa de perscrutar o amanhã próximo e extrair as suas conclusões. Não faz futurologia política.

Na sua viagem, fez o possível para compreender tanto quanto possível «um país desconcertante, rico de uma cultura incomparável que, após séculos de miséria, de fome, de guerras, de opressão, de humilhações e de provações de toda a espécie, tenta, num esforço prodigioso, sair do passado e forçar o futuro».

Valeu a pena o esforço. Escreveu um belo e importante livro sobre um momento irrepitível no caminhar de um povo que representa mais de um quinto da humanidade.



A guerra de libertação na Argélia estava então no auge. Naturalmente, a denúncia da tortura a que Henri Alleg fora submetido pelos oficiais da 10ª Divisão de Para-Quedistas comoveu e indignou a França, motivando um apelo-protesto que foi assinado por grandes nomes da literatura: François Mauriac, Roger Martin du Gard, Albert

II Guerra Mundial

Hitler, às tropas sitiadas em Korsun-Chevchenkovski:

«Confie em mim!»

■ Manoel de Lencastre

Na sua ofensiva pela recuperação da totalidade do território ucraniano, as forças de Konev surgiram, rapidamente, na área de Zvenigorodka. A 28 de Janeiro de 1944, cortavam o passo, na zona de Lisianka, a diversas unidades inimigas e asseguravam, pela retaguarda, a interrupção das linhas de comunicação do grupo de Korsun-Chevchenkovski. Este, apertado entre dois fogos, comprimia as suas posições. Em Zvenigorodka, um tanque foi colocado sobre um pedestal no centro da cidade, e uma lápide apropriadamente colocada dizia o seguinte:

«Aqui, a 28 de Janeiro de 1944, fechou-se o cerco aos invasores nazis e a zona de Korsun-Chevchenkovski ficou definitivamente isolada. Os membros da tripulação de um tanque pertencente ao 155.º regimento da Brigada de Tanques Bandeira Vermelha de Zvenigorodka (2.ª Frente Ucraniana), comandada pelo tenente-coronel Ivan Prochin e incluindo o tenente Evgeni Khokhlov, o mecânico-condutor Anatoli Andreiev e o comandante da torre, Yakov Zaitsev, apertaram as mãos dos seus camaradas da 1.ª Frente Ucraniana. Glória aos heróis do nosso país!»

O Alto Comando Nazi, inevitavelmente, tentaria salvar os seus 1.º e 8.º exércitos, retidos no caldeirão cada vez mais reduzido de Korsun-Chevchenkovski, por meio de um ataque surgido «de fora». Assim, a 27, os nazis começaram a concentrar forças para a realização desse objectivo. As 3.ª, 11.ª e 4.ª divisões «Panzer», logo seguidas pela 13.ª, aproximaram-se de Novo-Mirgorod. As 16.ª e 17.ª concentraram-se na área de Rizino. Por outro lado, em contraste com o que se verificara em Stalingrado, onde o exército de von Paulus se mantivera sempre na defensiva esperando a salvação que viria do exterior, o grupo de Korsun-Chevchenkovski tentou sair do envolvimento em que achava e atacou, também, em direcção às forças que pretendiam libertá-lo.

O general Hube, comandante das forças encarregadas da missão de salvar Stemmermann, o general sitiado, dizia, em telegrama que os soviéticos interceptaram: «Hei-de salvar-vos!» E o «Führer», sempre entusiástico ao procurar transformar situações desesperadas em vitórias impossíveis, telegrafava também: «Confie em mim. Aguentem-se, por enquanto. A vossa libertação chegará!»

Mas a intervenção do 2.º exército de Tanques, de Bogdanov, susteve a poderosa iniciativa dos alemães. A 9 de Fevereiro, os exércitos de Korotoiev, Ryzhov e Trofimenko, avançando implacavelmente, tornavam impossível a tarefa das forças de Hube. Já no dia anterior, as duas Frentes soviéticas (Vatutin e Konev) haviam entregue um ultimato ao comandante alemão do sector de Steblev, o coronel Fakke, exigindo a rendição de todo o grupo de Stemmermann. Este, contudo, recusou as relativamente generosas propostas do Exército Vermelho que visavam, como é natural, evitar mais derramamento de sangue numa batalha cujo destino estava traçado. A 12, os hitlerianos tentavam, em desespero, abrir caminho para Lysianka, por Steblev. Disse Jukov: «Sentíamos, perfeitamente, que já lhes faltavam as forças». Porém, a luta continuava.

Vatutin mortalmente ferido

Ainda nesse dia, os nazis empregavam todas as suas energias pela conquista de Chandorovka, na zona de Lysianka. Sem resultado. A 14, o 52.º exército de Konev que,

agora, comandava o conjunto da operação, ocupava a cidade de Korsun-Chevchenkovski e o inimigo já mal podia respirar. Muitos oficiais, pessoal SS, comandantes de divisão, fugiram de avião e deixaram as suas tropas entregues ao inevitável destino. A 17, o grupo de forças nazis encurralado no centro de um anel de ferro e fogo que eram os exércitos soviéticos, rendeu-se, finalmente. Mas Vatutin, atingido pelo fogo de terroristas «Bandera» no decurso de uma desordem que tentara apaziguar perto da aldeia de Miliatin, foi gravemente ferido. Transportado para o hospital de Kiev, viria a falecer, a 15 de Abril.



A luta pela libertação da Ucrânia prosseguia. Chernovski foi libertada, a 29 de Março. Os 18.º e 38.º exércitos soviéticos com unidades do 1.º exército (Guardas) atravessavam o Dniester e surpreendiam uma formação inimiga de 23 divisões incluindo 10 «Panzer», uma motorizada e uma de artilharia. O cerco e o aniquilamento desta formação não se fizeram esperar. Mas estes diabólicos combates constantes, envolvendo grandes formações militares, exigiam sempre um enorme preço. Os exércitos soviéticos iam sofrendo perdas importantes e dolorosas em termos de efectivos, material, equipamento. O glorioso 3.º exército de Tanques (Guardas) comandado pelo grande comunista e comandante operacional Ribalko, foi mandado retirar da frente de combate, pelo próprio Stalin, a fim de aguardar reforços. O 4.º exército de Tanques, entretanto, já estava nas vizinhanças de Kamenets-Podolski.

Marechal Alexander Vassilevski (1895-1977)

O marechal Alexander Mikhailovitch Vassilievski nasceu em 1895 na região de Ivanovo. Entrou para o exército, como soldado, durante a 1.ª Grande Guerra Mundial e depois da Revolução de Outubro comandou diversas unidades do Exército Vermelho. Uma vez formado pela Academia do Estado-Maior foi-lhe confiada a execução de diversas missões que o aproximaram do Comando Supremo. Durante a 2.ª Grande Guerra Mundial, ocupou os cargos de Chefe do Estado-Maior do Exército Vermelho, Adjunto do Comissário para a Defesa (Stalin). Planeou, com Jukov, a contra-ofensiva vitoriosa em Stalingrado. Foi Comandante da 3.ª Frente Bielorrussa. Mais tarde, seria nomeado Comandante-Chefe dos Exércitos soviéticos no Extremo Oriente que participaram na vitória sobre o Japão. Depois da guerra, o marechal Vassilievski exerceu o lugar de Ministro da Defesa da URSS durante vários anos.



Marechal Ivan Stepanovitch Konev (1897-1973)



Nascido no seio de uma família camponesa, serviu no exército tsarista, em 1916, mas juntou-se ao Exército Vermelho e aderiu ao Partido Comunista em 1918. Comissário político, diplomou-se pela Academia Militar Frunze, em 1934, após o que assumiu vários comandos incluindo no Extremo Oriente. Durante a 2.ª Grande Guerra Mundial serviu com extraordinária distinção tendo comandado as 1.ª e 2.ª Frentes ucranianas. À frente da primeira, entrou em território germânico e aprestava-se para avançar sobre Berlim, mas recebeu ordens para tomar Praga e os seus exércitos tiveram de sofrer um considerável desvio. Foi Comandante-Chefe das Forças Terrestres soviéticas de 1946 a 1950 e, depois disso, Ministro da Defesa adjunto. Nomeado Comandante-Chefe das forças do Pacto de Varsóvia, cargo que exerceu entre 1956 e 1960, deu-lhes a capacidade e a eficiência que ficaram conhecidas.

Para sul, as 2.ª e 3.ª Frentes ucranianas (Konev e Malinovski) tinham eliminado as forças nazis que se lhe opunham (Grupo de Exércitos Sul) e operavam, em princípios de Maio, ao longo de uma linha que, de Suchava, passava através de Yassy, Dubossari, Tiraspol, Akkerman, e chegava ao Mar Negro. A 9, a cidade heroica de Sebastopol era libertada e, a 12, a Crimeia estava livre da sanguinária ocupação nazi. Na situação militar que estamos tentando descrever, não podia dizer-se que a guerra estava ganha pelo Exército Vermelho, mas era já notório que a capacidade estratégica do Alto Comando nazi, tal como a dos grupos de exércitos em operações, tinha declinado bastante desde Staline-

grado e, principalmente, após o grande confronto em Kursk. Os comandos hitlerianos já não demonstravam a confiança e a originalidade que haviam exibido nos primeiros anos da guerra. Não avaliavam, correctamente, as verdadeiras possibilidades das suas próprias tropas. Tomavam decisões tardias.

De repente, a pressa dos anglo-americanos

Na conferência realizada no Kremlin para análise das iniciativas em estudo quanto à campanha do Verão de 1944, adquirida a certeza de que o resto da Ucrânia cairia em muito pouco tempo, Jukov salientou a necessidade de obrigar os alemães a recorrerem às reservas que concentravam, ainda, na Bielorrússia. Para tal fim, disse, seria essencial desferir golpes poderosos partindo de outras direcções. E Jukov, desenrolando os seus enormes mapas mesmo sob «os bigodes» do comandante supremo, reforçou os seus pontos de vista, esclarecendo:

«Os grupos de forças inimigas estão concentrados aqui, camarada. Se os derrotarmos, todos os sistemas defensivos nazis em toda a zona estratégica da direcção ocidental entrarão em colapso.» «Que pensa disso o Estado-Maior?», perguntou Stalin olhando Antonov. «Concordo em absoluto com Jukov», disse este.

Stalin, então, dirigiu-se a todos os que assistiram à eminente reunião. Estava muita gente, ali, além dos generais referidos. O Comandante das Forças de Tanques, Marechal Fedorenko; o Comandante da Aviação, coronel-general Novikov; o deputado presidente do Conselho dos Comissários do Povo, Malichev, entre outros. Disse o Comandante-Supremo:

«Não são esses os nossos únicos problemas. Em Junho, os aliados ocidentais tencionam levar a cabo uma grande operação de desembarque em França. Parece que, agora, estão com pressa.» Todos notaram que sorriu.

E o Comandante-Supremo, sustendo o oblíquo sorriso que demonstrara, continuou:

«Têm medo que derrotemos a Alemanha sem eles. Evidentemente que estamos interessados em que os nazis tenham de combater em duas frentes, em vez de lutarem só contra nós. Isto tornará as coisas mais difíceis para os hitlerianos. Não conseguirão sobreviver.»

Depois, Stalin pediu a todos os presentes que aguardassem as sugestões de Vassilievski, ainda envolvido nas operações na Crimeia. Mas a grande decisão surgiria poucos dias mais tarde — a primeira grande ofensiva do Verão de 1944 começaria em Junho no sector de Petrozavodsk e do istmo de Karélia para, então, ganhar a direcção estratégica da Bielorrússia. Konev assumiria, definitivamente, o comando da 1.ª Frente Ucraniana. As restantes Frentes que tomariam parte na operação seriam as seguintes: 1.ª Frente do Báltico: Coronel-General: Bagramian; 3.ª Frente Bielorrussa: Coronel-General: Cherniakovski; 2.ª Frente Bielorrussa: Coronel-General: Zakarov; 1.ª Frente Bielorrussa: General do Exército Vermelho: Rokossovski.

A libertação final da Ucrânia e da Bielorrússia ia, portanto, começar. A partir de aí, era o mundo que se desenrolaria frente às multidões que compunham o Exército Vermelho. O mundo onde as feras nazis ocupavam uma pequena parcela, ainda que enormemente desenvolvida. O mundo do sistema oposto, o do capitalismo. O mundo de muitas centenas de milhões de homens e mulheres que ansiavam por encaminhar-se para inevitáveis mudanças. O mundo que aguardava, oprimido, os grandes acontecimentos que se anunciavam. O Exército Vermelho estava mais perto. Mas, vendo isso, os aliados anglo-americanos decidiram que tinha chegado a hora da tão prometida mas sempre adiada invasão da França para abertura de uma segunda frente de operações contra a Alemanha hitleriana. Os grandes generais do Exército Vermelho, que estavam construindo a vitória podiam dizer, como Napoleão: «Vous vous êtes abandonnés à une terreur panique!»

Fausto Bertinotti ao «Avante!» É possível vencer a direita em Itália

Fausto Bertinotti, secretário-geral do Partido da Refundação Comunista, fala de novo ao «Avante!» sobre a situação política na Itália. Desta vez, a entrevista foi conduzida pelo camarada Fosco Giannini, que já tem colaborado nas nossas páginas.

Fosco Giannini — A 22 de Dezembro de 1994, após cerca de 9 meses de governo, Silvio Berlusconi foi constringido a demitir-se. Berlusconi foi o homem que recolheu os fascistas italianos no governo do país, o homem que tentou uma perigosa viragem «tatcheriana» em Itália. Com que balanço se encerra, para o povo italiano, esta experiência governativa berlusconiana?

Fausto Bertinotti — Um balanço extremamente negativo. Nenhuma das promessas avançadas pelas formações da direita na campanha eleitoral foi cumprida. Pensemos na situação do emprego: em vez do milhão de postos de trabalho a mais, que foi o cavalo de batalha de Berlusconi na campanha eleitoral, o ano de 1994 encerrou-se com um acréscimo de 552 mil desempregados. Embora esta seja uma tendência de longo prazo e que não é da exclusiva responsabilidade do governo da direita. Mas é precisamente sobre este ponto que se mede o falhanço total da receita ultraliberal: haver apostado tudo sobre o deus-mercado agravou os problemas económicos e sociais. Nem durante esse mesmo período se revolveram minimamente os problemas da dívida pública nem os da estabilidade monetária no mercado, vista a extrema debilidade da lira no confronto com as divisas mais fortes. O que é mais grave é que este agravamento geral aconteceu numa conjuntura económica favorável, assinalada por um período de retoma geral que fez sentir os seus efeitos até ao nosso país, basta ver o sensível aumento anual da produção industrial.

No tocante às condições de vida materiais das classes trabalhadoras registou-se uma perda do valor real da retribuição, que atingiu e ultrapassou os 2%.

Nem as coisas andaram melhor do ponto de vista da ordem institucional do país. O governo Berlusconi alimentou o confronto com a magistratura, que culminou com o chamado decreto «salvaladri» (salva-ladrões) — que visava acabar, com um passar de esponja, com as responsabilidades dos «tangentisti» — e repetidos ataques em particular contra os magistrados que conduziam os inquéritos contra a corrupção no mundo político e empresarial. Só graças a uma extraordinária mobilização do povo, dos magistrados, dos intelectuais, esse ataque foi derrotado nos seus objectivos mais ambiciosos.

Resumindo, Berlusconi deixa um país mais pobre, mais dilacerado, com maior injustiça social, com um sul ainda mais distante do resto do país, um país menos considerado no quadro internacional e menos livre.

Silvio Berlusconi obteve um apoio de massas (30% nas eleições europeias de 94), com uma linha política demagógica, de carácter ultraliberal e pré-keinesiano, uma linha com a qual nenhuma outra força política havia conseguido afirmar-se em Itália. Como nasce então o fenómeno Berlusconi e toma corpo o «berlusconismo»? E ainda: Berlusconi está já em crise, ou será que as suas ideias políticas se radicaram entre as massas?

A queda de Berlusconi não foi determinada por uma conspiração de palácio, como a imprensa que lhe é fiel procurou fazer crer. Mas foi-o essencialmente pelo grande, extraordinário movimento do Outono que, a partir da defesa do direito às reformas, para depois levar aos problemas do trabalho e ao direito ao ensi-

no, atravessou o país e todas as camadas populares, desde os operários das grandes fábricas, às mulheres, aos pensionistas, aos estudantes de todos os graus de ensino. Este movimento demonstrou uma perda de confiança no governo. Não há dúvida que no movimento — são os próprios números que o dizem — participaram muitas pessoas que em Março tinham

votado na direita, mas que reagiram, uma vez atingidas no centro dos seus mais elementares interesses e uma vez desvendado o carácter puramente demagógico das promessas berlusconianas.

Naturalmente, esta crise de confiança acentuou as diferenças que já existiam na coligação governamental até fazê-la explodir.

Mas tudo isto, que no entanto é um processo real de grande significado, não significa ainda que a força conquistada pela direita com as eleições de Março de 94 tenha desaparecido. Indica no entanto a sua fragilidade na acção governativa, embora continue ainda forte a sua capacidade de adquirir confiança. Isso não deriva apenas da posse das redes de televisão privadas e públicas (neste caso através de um conselho de administração da RAI da sua confiança), embora sejam um poderoso instrumento de persuasão, mas pelos processos profundos que intervieram na sociedade italiana no seguimento da reestruturação capitalista que devastou o tecido de solidariedade social entre as classes trabalhadoras, favorecendo assim a penetração da ideologia e das propostas da direita. Se a isto se juntarem os erros da política de alianças da maioria das forças de esquerda e até a estratégia de concertação e de aceitação da compatibilização económica por parte das organizações sindicais, compreende-se melhor a capacidade de influência sobre o imaginário colectivo das mensagens da direita.

Por isso, a sua derrota não pode atingir-se moderando os conteúdos de uma política de esquerda, mas, exactamente pelo contrário, radicalizando-os e precisando-os para acolher as aspirações de transformação que provenham das massas trabalhadoras.

Em suma, derrota-se a direita reencontrando e renovando as raízes sociais e os ideais da esquerda, e não estirpando-os.

Qual é o juízo que se faz sobre o actual governo presidido por Dini?

É um juízo pesadamente negativo, que no entanto somos o único partido da esquerda a fazer, visto que o PDS decidiu votar a favor deste governo. As nossas razões são simples: o presidente Dini era ministro do Tesouro no governo Berlusconi e sempre incarnou a direita da banca italiana e do mundo financeiro; os seus ministros — definidos como técnicos — são da mesma extracção, ou vieram directamente da Cofindustria (Confederação patronal italiana) e das grandes empresas; o seu programa incarna a mesma doutrina ultraliberal: ataque às pensões, manipulação económica que diminua os rendimentos das classes trabalhadoras, defesa dos grandes patrimónios, nenhum empenho na introdução, finalmente, de uma lei anti-trust, como existe em todos os países europeus é civilizados.

Deste modo, não apenas não se derrota a direita, mas fornece-se-lhe larga matéria para fazer demagogia, para recorrer directamente à rua procurando cavalgar o descontentamento popular e dirigi-lo contra a esquerda.

Por isso, é necessário votar de novo em Junho: para um novo rumo de governo e de política económica é necessário um consenso popular, é necessário derrotar a direita.

Durante a crise de governo, abriu-se um vasto debate, inclusivamente no interior do vosso partido. Que se debateu?

Esclareço: confrontaram-se duas teses: se se deveria apoiar o governo de Dini ou qualquer outro governo desde que não chefiado por Berlusconi, considerando a queda deste último, ou então se se deveria manter uma direcção que apontava para a constituição de um governo de garantia democrática, de breve transição,

para se chegar às eleições antecipadas de Junho, e, consequentemente, se considerasse o governo Dini pela qualidade do seu programa e não pela qualidade (relativa) representada pela figura do Presidente do Conselho. A discussão chegou a tornar-se viva porque a certo momento fez-se crer que os votos dos nossos 39 deputados seriam decisivos para determinar o surgimento de um novo governo ou, caso contrário, o retorno de Berlusconi.

A alternativa revelou-se falsa, mas isto favoreceu a pressão sobre nós por parte do PDS e de diversos órgãos de imprensa que pesaram um tanto sobre o próprio debate interno.

Na nova situação, em que aparecemos como único partido da oposição, a nossa discussão orienta-se para a reflexão sobre a forma como conduzir a iniciativa autónoma do nosso partido e, ao mesmo tempo, como relançar, em condições certamente mais difíceis, uma política de unidade no interior das forças de esquerda.

A este propósito, há duas novidades: por um lado, a candidatura de Prodi, liderando o grupo anti-Berlusconi, e o projecto do PDS de dar vida a um único agrupamento político da esquerda que no entanto vos exclui. Como vão comportar-se?

Nós criticámos o modo como foi feita a candidatura de Prodi: completamente por cima, sem qualquer debate capaz de reunir as forças progressistas; de modo bem diverso e bastante mais democrático aparece, por exemplo, em França, a candidatura de Jospin. Mas criticámos mais ainda o eixo programático e de agrupamento de centro-esquerda que exclua a Refundação Comunista. Entretanto, o Partido Popular (PPI), chefiado por Buttiglione, escolhe acompanhar com a direita, com o chamado Pólo da Liberdade, pelo menos na sua maioria. Mas não é esse o ponto essencial: o problema é que para perseguir um centro fugidio, moderam-se e dissolvem-se, até se tornarem inócuos, os conteúdos da política, que acabam por perder toda a conotação com a esquerda. A prova é imediata: seja o PDS, sejam as forças do centro, declararam subitamente o voto favorável à recente manobra económica do governo Dini, que fez pesar os custos da crise sobre os rendimentos mais baixos, através do aumento dos impostos indirectos e do corte da despesa com os serviços sociais.

No centro disto se coloca a operação do partido único da esquerda desejado pelo secretário do PDS, Massimo D'Alema. É uma proposta falhada, de tipo integralista, que não reconhece o facto de a esquerda, em Itália como em qualquer lado, ser uma realidade plural, e que, quem precisa de construir uma política de unidade, tem de reconhecer a existência de forças diversas, não projectando apagar algumas, dividir ou excluir outras.

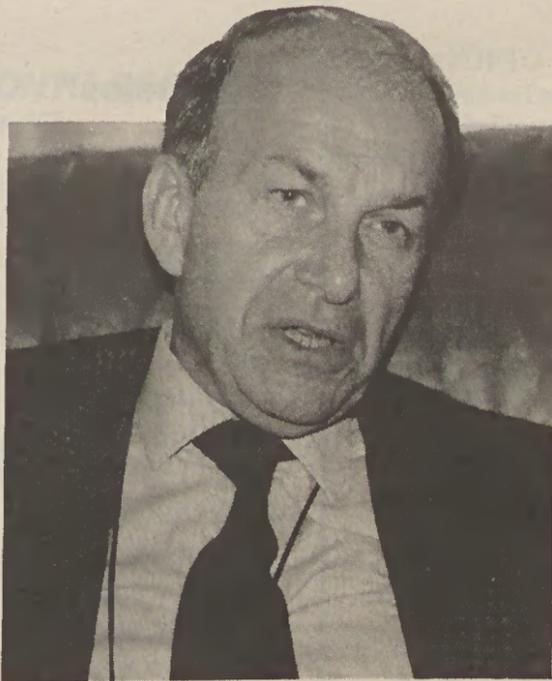
Esta operação tende a impedir qualquer alternativa de esquerda, a dar vida a uma esquerda moderada, integrada e completamente compatibilizada com o sistema.

A lógica é ainda a de um centro-esquerda que alterne com um centro-direita, na base de programas bastante semelhantes, particularmente sob o ponto de vista económico e social. Deste modo, na realidade, acaba por se dar espaço à rebeldia da direita subversiva que em Itália certamente não desapareceu com o congresso de Fiuggi e a transformação do MSI em Aliança Nacional.

Esta consideração não significa que nós, na Refundação Comunista, procuremos o isolamento. Assim, trabalharemos para dar vida a uma área da esquerda alternativa, a qual desenvolverá com a área do centro-esquerda uma relação de competição-unidade. Ou seja, criticaremos os seus programas, os seus conteúdos, mas sempre prontos a encontrar momentos de unidade a partir de objectivos concretos e contra a ameaça bastante presente da direita.

Deste modo, a Refundação Comunista prepara-se para as próximas eleições regionais de fim de Abril, visando um agrupamento eleitoral amplamente unitário, e para as eleições legislativas antecipadas que já parecem inevitáveis, para as quais propomos a constituição de uma ampla coligação eleitoral de iniciativa democrática, capaz de unir forças da esquerda e de inspiração democrática, na base de um programa essencial de defesa da democracia (anti-trust, democracia sindical, democratização da informação, etc.), para derrotar o avanço da direita.

Mas não nos restringimos apenas ao momento eleitoral: para vencer, para derrotar a direita, é necessário fazer reviver no país aquela extraordinária mobilização popular que atravessou o nosso país nos meses de Outono, a partir da batalha contra as medidas económicas do actual governo Dini, pela defesa das pensões, pelo emprego, pela redução generalizada do horário de trabalho com a mesma retribuição. Deste modo, é possível inverter as relações de força reais e criar as condições para uma alternativa de governo e de política no nosso país.



PONTOS CARDEAIS

A prova

Talvez não haja um ano, quando assistimos, via correspondente da RTP em Washington, à inchada resposta do ministro Catroga à questão da dependência do escudo face à peseta. "Nem um pouco mais ou menos!", disse, mais ou menos, o governante. "A prova está - acrescentou - em que a peseta já se desvalorizou duas vezes e o escudo manteve-se firme!" Tão firme que, à primeira crise séria da moeda espanhola, veio de escada abaixo até onde ainda não se sabe. O que se sabe, é que um ministro destes é uma vergonha. Ao nível, aliás, do Governo a que pertence.

Simbólico

Num gesto melodramático, a Dinamarca anunciou, em plena Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Social de que é anfitriã, a decisão de perdoar as dívidas a alguns países "pobres". Não é mau negócio, se considerarmos que todas estas dívidas dos países pobres aos países ricos já estão pagas com língua de palmo, embora ninguém pareça reparar nisso. Assim, sem qualquer despesa, a Dinamarca fez boa figura e até ganhou autoridade para, com este gesto simbólico, desafiar os outros países ricos a fazerem o mesmo. Só que ninguém aceitou o desafio. O que deu a medida exacta da sinceridade com

que os dirigentes dos países ricos se deslocaram a Copenhaga: é tão fraquinha, que nem chega a simbólica...

As "retomas"

Talvez para assinalar a "retoma" que o Governo de Cavaco Silva garante andar por aí à solta, a Biblioteca Nacional reduziu os horários de algumas salas. A sua responsável é taxativa: "É uma escolha que tenho de fazer", garante. E "tem de fazer" porque não há meios. Os meios existem é para "indemnizar" latifundiários e capitalistas, entregar

bancos de mão beijada, construir hospitais para dar a privados. São centenas de milhões de contos do Estado a garantirem a "retoma" de antigos e novos monopolistas. Perante isto, como diabo querem que se arranje umas centenas de contos para manter os horários da Biblioteca Nacional? O Governo não pode correr a todo o lado, né?!... Podia era ser corrido... e já.

Uma libra

Comprar um banco por uma libra é obra. Não, não nos referimos a um banco de

jardim, mas a um banco/banco, dos que negociam dinheiro. Foi o que aconteceu com o Barings, a tal instituição bancária britânica que um jovem de 29 anos levou à bancarrota de um momento para o outro. Para alívio dos seus milhares de funcionários, o grupo holandês ING comprou o Barings pelo preço simbólico de uma libra, assumindo, em contrapartida, todas as suas dívidas, que já ultrapassam os 222 milhões de contos. Mistérios do capitalismo. Por um lado, há um banco que se afunda de um dia para o outro por causa de uma má jogada, mas logo aparece quem queira, em nova jogada, assumir os prejuízos para "expandir os negócios". São milhões que aparecem e desaparecem, sem alguém saiba onde vêm ou para onde vão.

O que se sabe é que não correspondem a nada, do ponto de vista produtivo. Um "nada" tão flagrante que até se vende por... uma libra.

"Bloqueios"

Dá ideia que já ninguém diz coisa com coisa, no Governo de Cavaco Silva. Dias Loureiro não escapa ao desvario, ao abrir duas "guerras" incompreensíveis - uma, contra Torres Vedras, ao determinar a substituição da PSP pela GNR no policiamento da cidade, outra com os bombeiros profissionais, ao não os convidar para uma solenidade envolvendo todos os soldados da paz. No primeiro caso, tomou a decisão, ao arrepio do parecer dado pela própria PSP, recomendando a sua presença e, até, o seu alargamento, em Torres Vedras. No segundo, nem se percebe: o que é que o homem tem contra os bombeiros profissionais? Com tanta mania da perseguição a engrossar no PSD, o ministro deve ver "forças de bloqueio" em todo o lado - até nos bombeiros...

FRASES da SEMANA

"Durante as audiências que o Presidente da República concedeu, ficou clara a preocupação dos representantes das organizações consultadas, quanto à delicadeza da situação política e às dificuldades que enfrentam, neste momento, os agentes económicos e a actividade produtiva do país."

☛ (do comunicado da Presidência da República, 06.03.95)

"Ouidas as opiniões dos partidos políticos e das confederações patronais e sindicais, sobre a situação político-económica do país, e devidamente ponderados os prós e os contras da decisão a tomar, o Presidente da República, que sempre defendeu o cumprimento dos calendários eleitorais - e tendo em conta que apenas está em causa uma antecipação de três meses -, considera que prevalecem as razões para a não dissolução, neste momento, da Assembleia da República."

☛ (idem)

"A não dissolução da Assembleia hoje anunciada é uma vitória da estabilidade contra os responsáveis pela instabilidade."

☛ (do comunicado da Comissão Permanente do PSD, 06.03.95)

"Em tudo isto há um elo comum no comportamento do Senhor Presidente da República. O Presidente da República quer favorecer a oposição e prejudicar o PSD. Com todo o respeito mas com a mesma frontalidade, temos de dizer: é cada vez mais claro que o Presidente da República está a tentar condicionar o voto livre dos portugueses."

☛ (idem)

"É cada vez mais claro que o Presidente da República está a usar os seus poderes institucionais contra o PSD e não, como deve ser, a favor dos portugueses."

☛ (idem)

"No futuro, os políticos poderão distinguir-se entre rápidos e lentos. Terão de perceber depressa o que se está a passar na sociedade."

☛ (Paulo Teixeira Pinto, secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros - «Expresso», 04.03.95)

PONTOS NATURAIS

Actualidade

I

Há as palavras de circo e as artes virtuais.
Há os longos discursos a povoar as tardes e as noites.
E tudo está cheio de silêncio.
Nem um toque de alarme. Nem uma palavra próxima.
Sumiram no nevoeiro os barcos todos.

II

E no entanto as lágrimas fazem o seu curso e há os sapatos que não se compraram e o brinquedo de Natal que não se deu.
Há as noites em claro e dentro da cabeça o moinho moendo o fluir das horas e do medo.

III

E no entanto enquanto a fome avança e os campos se enchem apenas de distância na saudade sequiosa das sementes os senhores recebem milhões de contos os antigos senhores que batiam quem andasse à bolota.
Justa indemnização aos ofendidos...

IV

E no entanto há os que resistem e têm razão e têm esperança (quando, depois se verá que todo o tempo é deles...) E no entanto há os que na frente levam bandeiras encarnadas.

Que podem as palavras de circo e as artes virtuais?
Que podem os discursos grávidos de silêncio?
Que pode fingir que se anda com os pés metidos no lodo?
Que podem contra esta fragilidade de aço das bandeiras que teimam em ir na frente do cortejo?

Mário Castro





A ESQUERDA NECESSÁRIA
para uma nova política

agenda

Iniciativas comemorativas do 74.º Aniversário do PCP



Com a participação
do camarada

ÁLVARO CUNHAL

DISTRITO DE FARO

Portimão

Jantar - sexta-feira, 10, às 20h, no restaurante «Portal da Serra», à estrada para Monchique

Silves

Almoço - sábado, 11, às 13h, na FISSUL

CACÉM

Jantar - Sábado, 11, às 20h, na Esc. Primária (junto ao Shopping Center do Cacém)
Inscrições: tel. 9142336

VILA NOVA DE GAIA

Almoço - Domingo, 12, no CT

LISBOA

Debate no CT Vitória sobre as orientações aprovadas na Conferência Nacional do PCP e a situação política na perspectiva das eleições

Sexta-feira, 17, às 19h

SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

Almoço - Domingo, 19, às 13h, na Garagem Municipal

Inscrições: tels. 061-9411131, 942279, 941144

Distrito de AVEIRO

Anadia - Almoço no restaurante «D. Ferraz»: em Vendas de Pedreira: domingo, às 12h30.

Vale de Cambra - Jantar no restaurante «Belo Horizonte», em Maceira de Cambra, com a participação de António Salavessa: sábado, às 20h.

Distrito de BRAGA

Jantar comemorativo na Cantina da Segurança Social (CAT), R. de Marcos, promovido pela Comissão Concelhia de Braga: sexta-feira, 10 (inscrições no CT de Braga)

Jantar comemorativo, sábado, 11, em Guimarães e convívio em Barcelos no domingo.

Distrito de ÉVORA

Évora - Almoço no Monte Alentejano, com a participação do camarada Aboim Inglez: sábado, 11, às 13h.

Estremoz - Tarde de convívio no Centro de Trabalho: sábado, 11, às 16h.

Distrito de FARO

Lagos - Convívio no CT: sábado, às 19h.

Loulé - Jantar no restaurante «O Escondidinho», em Quarteira, com a participação do camarada João Zagalo: sábado, às 20h.

Distrito de LISBOA

Mafra - Almoço em Gonçalves, com a participação da camarada Adelaide Ferreira: sábado, 11.

Vila Franca de Xira - Almoços comemorativos, domingo, dia 12, em Alhandra (no CT, com José Ernesto Cartaxo), em Póvoa de Santa Iria (no CT, com Aurélio Santos), em Vialonga (no CT, com Francisco Lopes).

Torres Vedras - Jantar no restaurante «Lagartinho» (Largo da Feira), com a participação do camarada Agostinho Lopes: sábado, dia 18, às 20h.

Distrito do PORTO

Felgueiras - Jantar na Escola Preparatória, com a participação do camarada João Fonseca: sábado, 11.

Matosinhos - Jantar no restaurante «Farmácia Campos» (R. 1º de Dezembro, 522): sexta-feira, 17, às 20h, com a participação do camarada Jorge Araújo.

COMÍCIO

74º aniversário do PCP

12. MARÇO '95 (DOMINGO) - 15,30 H
PARQUE DE EXPOSIÇÕES DE GAIA (Beira Rio/V.N. Gaia)

COM A PARTICIPAÇÃO DE
ÁLVARO CUNHAL

PCP

**A ESQUERDA
NECESSÁRIA**
para uma nova política

Paredes - Jantar em Vandoma no restaurante Chale, com a participação do camarada Henrique de Sousa: sábado, dia 11, às 20h.

Vila do Conde - Jantar com a participação do camarada Jorge Sarabando e do Gen. Vasco Gonçalves: sábado, 11, na sede social das Rendilheiras do Monte.

Distrito de SANTARÉM

Tomar - Almoço comemorativo do 74º Aniversário do PCP e simultaneamente de homenagem ao camarada Jerónimo dos Santos, que completa 84 anos e mais de 6 décadas nas fileiras do PCP: sábado, dia 18, no restaurante «A Familiar» (inscrições no CT do PCP, Casa dos Passarinhos, etc.).

Distrito de SETÚBAL

Alcácer do Sal - Jantar no restaurante «O Rei do Choco», na Carrasqueira, com a participação de António Murteira.
Costa da Caparica: almoço no Centro de Trabalho, com a participação de José Manuel Maia: domingo, 12.

Distrito de VILA REAL

Chaves - Jantar no restaurante «Chave D'Ouro» (Largo das Caldas), com a participação do camarada António Lopes: sábado, 11, às 20h.

ALMADA

«Segurança das populações»

Laranjeiro, CRIL

11 de Março - 14h30

Com a participação de Arrobas da Silva, Carlos Gonçalves, Cremildo Possante, Henrique Carreiras, José Pereira

ALMADA

«A situação das mulheres e a importância da alternativa democrática para uma nova política»

Grupo Desportivo e Cultural

12 de Março - 16h00

Com a participação de Odete Filipe

BORBA

Sessão-Debate

Ex-Ciclo

10 de Março - 21h00

Com a participação de José Soeiro

CAMPO MAIOR

«Os direitos sociais e a democracia»

Ginásio Esc. Prep.

11 de Março - 17h00

Com a participação de Domingos Abrantes

ÉVORA

«O ensino superior e desenvolvimento do Alentejo»

Universidade de Évora, Anfiteatro

14 de Março - 21h00

Com a participação de Abílio Fernandes, Augusto Fitas, Avelino Bento, Cláudio Torres, Jorge Araújo, Mário Barradas, Rui Namorado Rosa e CARLOS CARVALHAS

LISBOA

«A indústria e comércio farmacêutico / A defesa dos interesses dos trabalhadores e do país»

**Debate
com o País**

**para
uma nova
política**



CT Vitória

9 de Março - 19h00

Com a participação de Agostinho Lopes

LISBOA

«Nova Política para a educação»

Hotel Continental, Sala «Descobrimentos»

11 de Março - 10h30-17h30

1º Painel convidado: - Os poderes e o sistema educativo - João Pinhal, Luís Sá, Lurdes Silva, Rogério Fernandes, Sérgio Taipas, Tavares Emídio

2º Painel convidado: - Formações de qualidade, escola pública, desenvolvimento - Almiro Lopes, Edgar Correia, Graça Fernandes, Rui Namorado Rosa, Sérgio Ribeiro

LISBOA

«Que alternativas culturais?»

CT Vitória

16 de Março - 21h00

Com a participação de António Borges Coelho, João Brites, Manuel Gusmão, Ruben de Carvalho, Teresa Villaverde e CARLOS CARVALHAS

LOURES

«Viver melhor em Loures, as propostas necessárias»

Centro Cultural Malaposta

11 de Março - 14h30

Com a participação de Octávio Teixeira

LOURES

«As propostas do PCP/Alternativa Política»

Sé. Antão Tojal, Salão Junta Freg.

14 de Março - 21h30

Com a participação de Domingos Abrantes

PONTE DE SOR

«Desenvolvimento económico, política salarial e emprego»

Casa do Povo de Montargil

11 de Março - 15h00

Com a participação de Amável de Oliveira, Isidro Carvalho Rosa, Jerónimo de Sousa, Joaquim Manuel, José Amante

QUELUZ

«A família hoje»

Salão Nobre Bombeiros Volunt.

11 de Março - 15h00

TAVIRA

«Defesa e valorização do património»

Casa das Artes

10 de Março - 21h30

Com a participação de José Pessoa, Manuel Branco

Assembleias, plenários e outras reuniões

Hoje, às 18h30, no CT Vitória
Jantar-volante e encontro do Sector de Seguros de Lisboa com o camarada Carlos Carvalhas

COIMBRA
 III Assembleia da Organização Regional
 Sábado, 11, às 10h,
 na Esc. Secundária da Quinta das Flores
 Às 17h30:
 comício de encerramento
 com a participação do camarada
CARLOS CARVALHAS

MONTEMOR-O-NOVO
 5ª Assembleia da Organização
 Domingo, 12, na Biblioteca Municipal,
 com a participação do camarada
Edgar Correia
 Às 13h30:
 almoço-convívio na Esc. Secundária

OEIRAS
 4ª Assembleia da Organização
 Sábado, 11, a partir das 14h30,
 no Auditório de Motricidade Humana
 (antigo ISEF),
 com a participação do camarada
Agostinho Lopes

SEIXAL
 7ª Assembleia da Célula
 dos Trabalhadores da CM
 Sábado, 11, às 15h
 CT do Seixal

AMADORA
 Alfragide - Plenário de militantes da freguesia: sábado, 11, às 15h, nos «Académicos».
 Buraca - Plenário de militantes de freguesia: sexta-feira, 10, às 21h30, na Junta de Freguesia da Buraca.

CASCAIS
 Reunião sobre Trabalho Associativo, com a participação do camarada Carlos Rabaçal: terça-feira, 14, às 21h, no CT de Tires.
 Estoril - Sábado, a partir das 15h, visita CDU aos bairros de Sto. António e Fausto Figueiredo, com a participação do vereador Carlos Sota e eleitos na freguesia. Encontro com a população.

ESTREMOZ
 Sessão-debate com a participação de Lino de Carvalho e de eleitos da CDU na CM de Estremoz: segunda-feira, 13, às 21h, no Salão Nobre da Câmara Municipal.

PONTE DE SOR
 Reunião de militantes de Foros de Arrão, preparatória da próxima Assembleia da Organização Concelhia: sábado, 11, às 18h, na Cooperativa.

SINTRA
 Reunião extraordinária do secretariado da célula da Câmara/SMAS com os camaradas que trabalham nos mercados, com a participação de António Cordeiro e do vereador Batista Alves: no CT de Rio de Mouro, hoje, quinta-feira às 21h.
 Plenário de militantes da freguesia de S. João das Lampas - sexta-feira, 10, às 21h30, no CT, com a participação do camarada Jaime da Mata.

TORRES VEDRAS
 Reunião de dirigentes e delegados sindicais, preparatória da Conferência Sindical da Região Oeste, a realizar em Março: hoje, dia 9, às 17h30, no CT de Torres Vedras.

VILA NOVA DE FAMALICÃO
 Reuniões da Organização Inter-Freguesias: de Bairro, Delães, Carreira - na Esc. Primária da Av. Albino Marques, em Delães, dia 11, às 16h; de Avidos, Lagoa, Landim, Abade de Vermoim - no CT de Famalicão, dia 11, às 15h; de Ribeirão, Lousado, Vilarinho - no CT de Famalicão, dia 11, às 21h; de Calendário, Brufe, Antas, Vila e Gavião - no CT de Famalicão, dia 11, às 21h.

CP Vila Franca de Xira
 Alhandra - Café-concerto no CT do PCP, sexta-feira, às 21h
 Vila Franca de Xira - Café-concerto a Galeria Bár, sábado, às 21h

Sector da Comunicação Social de Lisboa

Debate mensal no CT Vitória sobre as questões políticas da actualidade

Terça-feira, 14, às 21h: com Carlos Brito

Campanha dos 150 mil contos

Sexta-feira, às 20h:
JANTAR-CONVÍVIO NO CT VITÓRIA
 promovido pelo Sector de Transportes de Lisboa com a participação do camarada José Casanova



PALAVRAS CRUZADAS

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1	■														
2															
3															
4															
5															
6															
7															
8															
9															
10															
11															
12															
13															

HORIZONTAIS: 1 - Aqueles que se manifestam; 2 - Expulsais; observavam. 3 - Peixe que há pouco tempo abundava na costa algarvia; rei dos Hunos que se intitulava o «Flagelo de Deus»; aliança; 4 - Brisa; arremedara; basta. 5 - Cont. prep. e art.; santo (inv.); ligo; 6 - Dentro da cave; astro-rei; espaço de tempo; sem roupa; 7 - Duas num; tolantes; prep.; 8 - Sacudir; sal do ácido iódico; 9 - Cifra; burros; impulso; 10 - Cruel; aqui estão; Alumínio (s.q.); 11 - Caril; amamenta; 12 - Socorra; pequeno poema da idade média; azeitona; 13 - Divisa; pedras preciosas; estes valem mais que os reis.

VERTICAIS: 1 - Rádio (s.q.); preparado; cloreto de sódio; 2 - Local de chegada; fruto do feijoeiro; Cério (s.q.); 3 - Selecciona; gracejar; aguardente de melação; 4 - Também não; art.; conquista; 5 - Ele em França; separa; camareira; 6 - Vendem a crédito; moeda italiana; 7 - Verão; igreja episcopal; art. francês; 8 - Tornam italianos; 9 - Disparatadas; art.; andava; 10 - Içar; numeral; 11 - Dentro das vinhas; aplano; anel. 12 - Igual; partia; cortesã que entregou Sansão aos filisteus; 13 - Fujo a; óxido de cálcio; lamentos; 14 - Feiteiceira entre os romanos; reparou; observa; cânhamo da Índia; saliência de certo volume que se desenvolve em qualquer parte do corpo; cabelos brancos.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

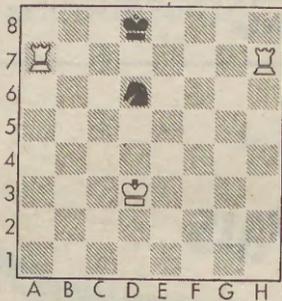
HORIZONTAIS: 1 - Gulosa; galgos. 2 - Êmulo; dar; beata. 3 - Obra; selos; idem. 4 - Rã; semitas; ol. 5 - Só; Nero; olas; ou. 6 - Ror; sos; baú. 7 - Loures; Sintra. 8 - Man; sim; dea. 9 - Na; sado; aram; ás. 10 - Vá; sovaras; em. 11 - Dito; males; edis. 12 - Alude; ros; trigo. 13 - Ramela; abalos.

VERTICAIS: 1 - Geo; Solon; dar. 2 - Umbro; ávila. 3 - Lura; rum; atum. 4 - Ola; noras; ode. 5 - Só; serenas; el. 6 - Ser; dom. 7 - Demos; sovar. 8 - Vali; obi; alor. 9 - Rotos; mares. 10 - Sal; rás. 11 - Ab; sabidas; tb. 12 - Lei; sanem; era. 13 - Gado; úta, edil. 14 - Otelo; amigo. 15 - Sam; urais; sós.

XADREZ

DIII - 9 DE MARÇO DE 1995
 PROPOSIÇÃO Nº 1995X019
 Por: BONUS SOCIUS [MS. SÉC. XIII]
 Biblioteca Nacional de Florença n.º 10

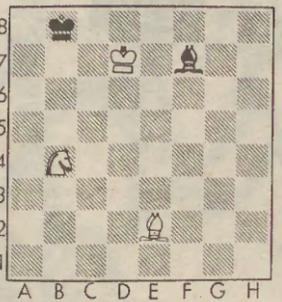
Pr: [2]: Cd6 - Rd8
 Br: [3]: Ts. a7, h7 - Rd3



Mate em 2 lances

PROPOSIÇÃO Nº 1995X020
 Por: HENRI RINCK
 700 Fins de Partie, 1927

Pr: [2]: B7 - Rb8
 Br: [3]: Cb4 - Bè2 - Rd7



Branças jogam e ganham

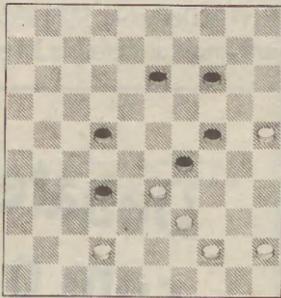
SOLUÇÕES DO Nº DIII
 Nº 1995X019 [B. S.]: 1. Thg7, Cb7 / Cf7: 2. Ta8 / Tg8 #
 Nº 1995X020 [H. R.]: 1. Cç6+, Ra8; 2. Bf3, Bg8 [g6, ç4, b3, a2]; 3. Cç7 [a5 / b4] e g.

A. de M. M.

DAMAS

DIII - 9 DE MARÇO DE 1995
 PROPOSIÇÃO Nº 1995D019
 Por: J. VISSER Jr.
 NL, 1937

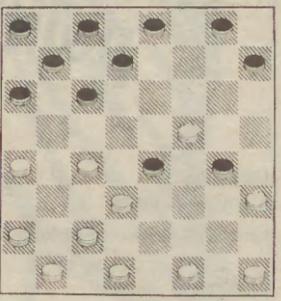
Pr: [6]: 13-14-22-24-29-32
 Br: [7]: 25-33-39-42-44-45



Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO Nº 1995D020
 GOLPE Nº 111
 Por: GUIDO BOCCALI
 [Dama Sport n.º 7/8 X.II.1959]

1. 11-15, 22-18; 2. 10-13, 18-14; 3. 13-18, 26-22; 4. 6-11; 18:13; 5. 9-18, 21-17; 6. 12-16, 17-13; 7. 5-9. Diagrama



Pretas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DIII
 Nº 1995D019 [J.V.Jr.]: 1. 25-20. (29X47-D); 2. 20X38, (47X29); 3. 44-40! + Nº 1995D020 [G. B.]: 8. 25-21; 9. 18-25, 14-10; 10. 9-18, 10-6; 11. 3-10, 23-20; 12. 16-23, 28-3-D +

A. de M. M.

FILMES

QUINTA, 9

A Felicidade não se Compra

«The Best Things in Life are Free» (EUA/1956). Real.: Michael Curtiz. Int.: Gordon McRae, Dan Dailey, Ernest Borgnine, Sheree North. Cor, 100 min. *Comédia Musical.* (14.50, SIC)

Quarto Com Vista Sobre a Cidade

«A Room With a View» (EUA/1986). Real.: James Ivory. Int.: Maggie Smith, Helena Bonham Carter, Denholm Elliott, Daniel Day Lewis. Cor, 111 min. *Ver Destaque.* (21.30, Quatro)

Amarga Adolescência

«Survival of Dana» (EUA/1979). Real.: Jack Starrett. Int.: Melissa Sue Anderson, Robert Carradine, Marion Ross, Talia Balsam. Cor, 92 min. *Telefilme.* (02.05, Canal 1)

SEXTA, 10

Um Certo Sorriso

«A Certain Smile» (EUA/1958). Real.: Jean Negulesco. Int.: Rossano Brazzi, Joan Fontaine, Christine Carrère, Bradford Dillman. Cor, 102 min. *Romântico.* (14.50, SIC)

Bronco Billy, O Aventureiro

«Bronco Billy» (EUA/1980). Real.: Clint Eastwood. Int.: Clint Eastwood, Sondra Locke, Geoffrey Lewis, Scatman Crothers. Cor, 111 min. *Ver Destaque.* (21.30, Quatro)

Intolerância

«Intolerance» (EUA/1916). Real.: David Ward Griffith. Int.: Lilian Gish, Mae Marsh, Fred Turner, Howard Gaye, Lillian Langdon. P/B, 212 min. *Ver Destaque.* (23.50, TV 2)

Dollman - O Superpolicia

«Dollman» (EUA/1991). Real.: Albert Pyun. Int.: Tim Thomerson, Jackie Earl Haley, Kamala Lopez, Humberto Ortiz. Cor, 83 min. *Policia/Ficção Científica.* (01.05, Canal 1)

SÁBADO, 11

Orquídea Selvagem 3

«Wild Orchid III: The Red Shoe Diary» (EUA/1992). Real.: Zalman King. Int.: Brigitte Bako, David Duchovny, Billy Wirth. Cor, 100 min. *Erótico.* (00.00, SIC)

Equus

«Equus» (Gr.Br./1977). Real.: Sidney Lumet. Int.: Richard Burton, Peter Firth, Colin Blakeley, Joan Plowright, Harry Andrews. Cor, 132 min. *Ver Destaque.* (00.20, TV 2)

Terra Bruta

«Two Rode Together» (EUA/1961). Real.: John Ford. Int.: James Stewart, Richard Widmark, Shirley Jones, Linda Cristal. Cor, 107 min. *Ver Destaque.* (00.55, Quatro)

O Clandestino

«Repo Man» (EUA/1984). Real.: Alex Cox. Int.: Harry Dean Stanton, Emilio Estevez, Tracey Walter, Olivia Barash, Sy Richardson. Cor, 93 min. *Comédia/Ficção Científica.* (01.00, Canal 1)

As Jovens Graduadas

«The Young Graduates» (EUA/1971). Real.: Robert Anderson. Int.: Patricia Wymer, Tom Stewart, Gary Risti, Bruno Kirby. Cor, 101 min. *Drama.* (02.35, Canal 1)

DOMINGO, 12

Aqui Há Fantasmas

(Port./1963). Real.: Pedro Martins. Int.: Henrique Santana, Carmen Mendes, Ribeirinho, António Silva, Eugénio Salvador. P/B, 91 min. *Comédia.* (16.20, SIC)

Que Paródia de Natal I

«National Lampoon's Xmas Vacation» (EUA/1989). Real.: Jeremiah S. Chechik. Int.: Chevy Chase, Beverly d'Angelo, Randy Quaid. Cor, 94 min. *Comédia.* (22.05, SIC)

Wetherby

«Wetherby» (Gr.Br./1985). Real.: David Hare. Int.: Vanessa Redgrave, Ian Holm, Judi Dench, Marjorie Yates, Tom Wilkinson. Cor, 98 min. *Ver Destaque.* (a partir das 22.30, TV 2)

Operação Silêncio

«Humpty Dumpty Man» (Austrália/1968). Real.: Paul Hogan. Int.: Frank Gallagher, Frederick Parslow, Rod Mullinar. Cor, 90 min. *«Thriller».* (02.20, Canal 1)

SEGUNDA, 13

A Guerra do Chocolate

«The Chocolate War» (EUA/1988). Real.: Keith Gordon. Int.: John Glover, Wally Ward, Ian Mitchell Smith, Bud Cort. Cor, 100 min. *Drama.* (14.50, SIC)

Jornada de Doidos

«Dutch» (EUA/1991). Real.: Peter Faiman. Int.: Ed O'Neill, Ethan Randall, Jobeth Williams, Christopher McDonald. Cor, 107 min. *Comédia.* (21.30, Quatro)

Predador

«Predator» (EUA/1987). Real.: John McTiernan. Int.: Arnold Schwarzenegger, Carl Weathers, Elpidia Carrillo, Bill Duke. Cor, 103 min. *Ver Destaque.* (22.20, SIC)

Férias Loucas

«If it's Tuesday it Still Must be Belgium» (EUA/1987). Real.: Bob Sweeney. Int.: Claude Akins, Bruce Weitz, Courtney Cox. Cor, 100 min. *Telefilme/Comédia.* (01.15, Canal 1)

TERÇA, 14

Falam as Más Línguas

«People Will Talk» (EUA/1951). Real.: Joseph L. Mankiewicz. Int.: Cary Grant, Jeanne Crain, Walter Slezak, Finlay Currie. P/B, 106 min. *Ver Destaque.* (14.50, SIC)

Marta e Eu

«Martha et Moi» (Fr./RFA). Real.: Jiri Weiss. (22.45, TV 2)

A Fugitiva

«Nowhere to Hide» (Can./1987). Real.: Mario Azzopardi. Int.: Amy Madigan, Daniel Hugh Kelly, Robin MacEachern, Michael Ironside. Cor, 90 min. *Aventuras/Ação.* (01.20, Canal 1)

QUARTA, 15

Matar para Viver

«The River's Edge» (EUA/1957). Real.: Alan Dwan. Int.: Ray Milland, Debra Paget, Anthony Quinn, Byron Foulger. Cor, 84 min. *Ver Destaque.* (14.50, SIC)

Moonlighting

«Moonlighting» (Gr.Br./1982). Real.: Jerzy Skolimowsky. Int.: Jeremy Irons, Eugene Liproski, Jiri Stanislav, Eugenius Haackiewicz. Cor, 97 min. *Ver Destaque.* (21.30, Quatro)

Os Duros Não Brincam

«Tough Guys Don't Dance» (EUA/1987). Real.: Norman Mailer. Int.: Ryan O'Neal, Isabella Rossellini, Wings Hauser, John Bedford Lloyd. Cor, 106 min. *Ver Destaque.* (01.00, SIC)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

PROGRAMAÇÃO

Quinta, 9

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Origens
10.00 Viva a Manhã
11.30 Culinária
11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Coração Selvagem
14.25 Malha de Intrigas
15.05 Gente Remota
16.00 Beverly Hills
16.45 Cobra
17.30 Missão Impossível
18.20 Com a Verdade M' Enganas
19.10 Desencontros
20.00 Telegiornal
20.30 74.5 Uma Onda no Ar
21.20 Isto Só Video
21.50 Frou-Frou
23.55 Coisas da Vida
01.10 24 Horas
01.50 Remate
02.05 Amarga Adolescência
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 16.00 Televidas
17.00 Perigo nas Montanhas
18.05 Escola Paraíso
18.35 Rua Sésamo
19.00 Caderno Diário
19.10 Um, Dó, Li, Tá
20.05 A Dança
21.05 Histórias de Cá e Lá
21.45 RTP/Financial Times
22.00 TV2 Jornal



«Praia da China» - nova série de episódios. Sábado na TV2

- 22.30 Acontece
22.45 Departamento de Homicídios
23.35 Músicas da Terra
00.25 Arte na Época dos Descobrimientos

SIC

- 11.00 Tropicaliente
12.00 Quatro por Quatro
13.00 Primeiro Jornal
13.30 Os Donos do Jogo
13.50 Olhos nos Olhos
14.50 A Felicidade Não Se Compra
(ver «Filmes na TV»)
16.45 Buéréré
17.45 Notícias
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.40 Os Trapalhões
22.40 Especial Informação - A Matança da Páscoa
00.10 A Noite da Má-Língua
01.15 Último Jornal
01.30 Internacional SIC

QUATRO

- 10.30 Lumen 2000
11.00 Momentos Musicais
11.30 Shopping Center
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.00 Éramos Seis
14.35 Esquadrão Classe A
15.15 A Escolha É Sua!
16.30 A Hora do Recreio
17.40 Caprichos
18.30 O Preço da Paixão
19.25 Novo Jornal
20.20 MacGyver
21.15 Fora de Jogo
21.30 Quarto Com Vista Sobre a Cidade
(ver «Filmes na TV»)
23.30 TVI Jornal
00.15 Protagonistas
00.45 O 8º Dia

Sexta, 10

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Origens
10.00 Viva a Manhã
11.30 Culinária
11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Coração Selvagem
14.25 Malha de Intrigas
15.10 Noite Mágica
16.00 Beverly Hills
16.45 Cobra
17.30 Rali de Portugal
18.30 Com a Verdade M' Enganas
19.05 Desencontros
20.00 Telegiornal
20.30 Desculpem Qualquer Coisinha
21.05 74.5 Uma Onda no Ar
22.00 Concurso 1, 2, 3
23.45 24 Horas



SIC

- 00.25 Remate
00.40 Contos Assombrosos
01.05 Dollman, o Superpolícia
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 16.00 Televidas
17.00 Uma Família Feliz
18.05 Escola Paraíso
18.35 Rua Sésamo
19.00 Atletismo - Campeonato do Mundo em Pista Coberta
20.05 Um, Dó, Li, Tá
21.15 Histórias Que o Tempo Apagou
21.45 Ver Para Ler
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.40 Quem Conta um Conto
23.50 Intolerância
(ver «Filmes na TV»)
03.20 Arte na Época dos Descobrimientos

SIC

- 11.00 Tropicaliente
12.00 Quatro por Quatro
13.00 Notícias
13.30 Os Donos do Jogo
13.50 Olhos nos Olhos
14.50 Um Certo Sorriso
(ver «Filmes na TV»)
16.45 Buéréré
17.45 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite + Sete à Sexta
20.40 Irmãos Coragem
21.40 Chuva de Estrelas
22.50 Minas e Armadilhas
00.05 Último Jornal
00.20 Os Donos da Bola
01.20 Playboy

QUATRO

- 10.30 Lumen 2000
11.00 Momentos Musicais
11.30 Shopping Center
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.00 Éramos Seis
14.35 Esquadrão Classe A
15.15 A Escolha É Sua!
16.30 A Hora do Recreio
17.40 Caprichos
18.30 O Preço da Paixão
19.25 Novo Jornal
20.20 MacGyver
21.15 Fora de Jogo
21.30 Bronco Billy, o Aventureiro
(ver «Filmes na TV»)
23.30 TVI Jornal
00.15 Pelo Contrário

Sábado, 11

CANAL 1

- 08.00 Programa Infantil/Juvenil
12.30 Luta Livre Americana
13.00 Notícias
13.15 Coração Selvagem
14.00 Made in Portugal
14.30 Clube Disney
16.00 As Aventuras de Brisco County
16.45 Arca de Noé
17.50 Futebol: Benfica-Gil Vicente
19.45 Totoloto
20.00 Telegiornal
20.30 Desporto - Especial
22.00 Noite Mágica
22.50 Parabéns
00.40 24 Horas
01.00 O Clandestino
(ver «Filmes na TV»)
02.45 As Jovens Graduadas
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

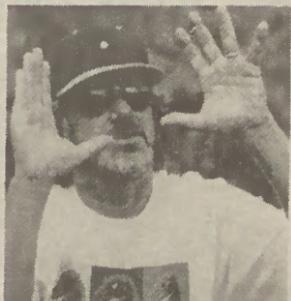
- 09.00 Universidade Aberta
12.00 Euronews
13.00 Parlamento
14.00 TV2 Desporto
18.05 Musical: «This Is Garth Brooks»
19.00 Planeta Terra
19.30 Tribunal de Polícia
20.00 Forum Musical
21.00 Praia da China
22.00 TV2 Jornal
22.30 Dinheiro em Caixa
23.00 12 Minutos
23.15 TV2 Desporto
00.20 Equus
(ver «Filmes na TV»)

SIC

- 11.00 Buéréré
13.00 Portugal Radical
13.30 Mini-Chuva de Estrelas
14.20 Quatro por Quatro
15.20 Dra. Quinn
16.10 Os Imortais II
17.00 Muita Lóco
18.00 Vidas Cruzadas
20.00 Jornal da Noite
21.00 Futebol: Tirsense-Farense
23.00 Irmãos Coragem
24.00 Orquídea Selvagem
(ver «Filmes na TV»)
02.05 Último Jornal
02.20 Noites Hipnóticas

QUATRO

- 10.00 Clube da Manhã
11.30 Animação
12.00 Informação Religiosa
13.00 Jornal da Uma
13.20 Contra Ataque
15.00 Telemotor
15.30 Jogos Fantásticos
16.00 Os Caloiros
16.30 Jovens Universitários
16.50 Queridos Inimigos
18.50 Trocado em Miúdos



«Contos Assombrosos»: sexta-feira no Canal 1

- 19.25 Telegiornal
20.00 Caixa Alta
20.35 Diz-me Com Quem Andas
21.30 Trapos & Companhia
22.00 Quem Casa Quer Casa
23.30 Contra-Ataque
24.00 Por Trás do Crime
00.30 Últimas Notícias
00.55 Terra Bruta
(ver «Filmes na TV»)

Domingo, 12

CANAL 1

- 08.00 Programa Infantil/Juvenil
12.30 Sem Limites
13.00 Jornal da tarde
13.15 Top +
14.20 86-60-86
14.50 Kung Fu - A Lenda Continua
15.40 Emoções Fortes
16.05 As Novas Aventuras do Super-Homem
16.55 A Grande Pirâmide
17.35 O Homem da Máscara de Ferro
(ver «Filmes na TV»)
19.00 Casa Cheia
19.50 Joker
20.00 Telegiornal
20.45 Eu Tenho Dois Amores
23.45 Domingo Desportivo
01.15 No Calor da Noite
02.00 24 Horas
02.20 Operação Silêncio
(ver «Filmes na TV»)



«As Teias da Lei»: segunda-feira no Canal 1

CANAL 2

- 09.00 Desporto: Meia Maratona de Lisboa
10.45 70 x 7
11.15 Missa
12.10 Regiões
13.00 Caminhos
13.30 Novos Horizontes
14.00 Os Vingadores
14.50 TV2 Desporto
20.15 Música ao Domingo: «Opera Imaginária»
21.10 Gente Remota
22.00 TV2 Jornal
22.30 Sempre ao Domingo - Sobre a atriz Vanessa Redgrave e incluindo um dos seus mais brilhantes papéis no cinema: «Wetherby»
(ver «Filmes na TV»)

SIC

- 11.00 Buéréré
13.00 Mini-Chuva de Estrelas
13.50 National Geographic
14.40 Um Trovão no Paraíso
15.30 Walker, o Ranger do Texas
16.20 Aqui Há Fantasmas
(ver «Filmes na TV»)
18.00 Vidas Cruzadas
20.00 Jornal da Noite
21.05 Médicos Sem Fronteiras
22.05 Que Paródia de Natal!
(ver «Filmes na TV»)
00.10 Último Jornal
00.25 Boxe
01.05 No Fim do Mundo



QUATRO

- 10.00 Clube da Manhã
11.30 Informação Religiosa - Missa
13.30 Portugal Português
15.00 Jornal do País
15.30 Mini Gladiadores
16.00 Babylon 5
16.50 Reveses da Fortuna
17.50 Adultos à Força
18.50 Verdade ou Mentira
19.25 Telegiornal
20.00 Bang Bang
20.35 O Agente Especial
21.35 Doutores e Engenheiros
23.00 O Novo Ciclo
24.00 Últimas Notícias
00.15 Jornal do Mundo



Maria João Seixas traz Vanessa Redgrave ao «Sempre ao Domingo» desta semana

Segunda, 13

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Origens
10.00 Viva a Manhã
11.30 Culinária



- 11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Coração Selvagem
14.20 Malha de Intrigas
15.05 Gente Remota
16.00 Eu Tenho Dois Amores
16.00 Cobra
17.30 Missão Impossível
18.20 Com a Verdade M' Enganas
19.05 Desencontros
20.00 Telegiornal
20.30 74.5 Uma Onda no Ar
21.20 Nico d' Opra
21.50 Zona + Carlos Cruz
23.30 As Teias da Lei
00.20 24 Horas
01.00 Remate
01.15 Férias Loucas
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 16.00 Televidas
17.05 A Casa do Caçador
18.05 Escola Paraíso
18.40 Rua Sésamo
19.10 Um, Dó, Li, Tá
20.10 Zero de Audiência
20.40 Magazine - «Saúde»
21.05 Jogo Falado
21.35 Ver para Ler
21.45 RTP / Financial Times
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.45 Magazine - «Teatro»
23.10 Teatro: «O Comediante», de John Osborne
00.55 Arte na Época dos Descobrimientos

SIC

- 11.00 Praça Pública
11.30 O Juiz Decide
12.00 Quatro por Quatro
13.00 Notícias
13.25 Os Donos do Jogo
13.50 Olhos nos Olhos
14.50 A Guerra do Chocolate
(ver «Filmes na TV»)
15.45 Buéréré
16.45 Notícias
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.50 Ponto de Encontro
22.20 Predador
(ver «Filmes na TV»)
00.20 Último Jornal
00.35 Flash Back

QUATRO

- 10.30 Lumen 2000
11.00 Momentos Musicais
11.30 Shopping Center
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.00 Éramos Seis
14.35 Esquadrão Classe A
15.15 A Escolha É Sua!
16.30 A Hora do Recreio
17.40 Caprichos
18.30 O Preço da Paixão
19.30 Novo Jornal
20.30 MacGyver
21.30 Jornada de Doidos
(ver «Filmes na TV»)
23.30 TVI Jornal
00.20 Prolongamento
01.05 Novos Ventos

Quarta, 15

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Origens
10.00 Viva a Manhã
11.30 Culinária
11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Coração Selvagem
14.25 Malha de Intrigas
15.40 Cabaret
16.45 Cobra
17.30 Missão Impossível
18.20 Com a Verdade M' Enganas
18.50 Desencontros
19.45 Vamos Jogar no Totobola
20.00 Telegiornal
21.05 Futebol: Benfica-Milão
23.15 74.5 Uma Onda no Ar
24.00 Com Peso e Medida
01.20 24 Horas
02.00 Remate
02.15 Operação Silêncio
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 16.00 Televidas
17.00 A Sombra da Dívida II
18.05 Escola Paraíso
18.30 Rua Sésamo
19.10 Um, Dó, Li, Tá
19.45 Griffith
20.45 Universidade Aberta
21.15 Magazine - «Ver Artes»
21.40 Ver para Ler
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.45 Reportagem
23.40 Liga dos Campeões
00.45 Arte na Época dos Descobrimientos - O Convento de Jesus

SIC

- 11.00 Praça Pública
11.30 O Juiz Decide
12.00 Quatro por Quatro
13.00 Notícias
13.30 Os Donos do Jogo
13.50 Olhos nos Olhos
14.50 Matar para Viver
(ver «Filmes na TV»)
16.45 Buéréré
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.40 All You Need Is Love
22.40 Casos de Polícia



«Dr.ª Quinn»: sábado na SIC

- 23.45 Último Jornal
24.00 Tostões e Milhões
01.00 Os Duros Não Brincam
(ver «Filmes na TV»)

QUATRO

- 10.30 Lumen 2000
11.00 Momentos Musicais
11.30 Shopping Center
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.00 Éramos Seis
14.35 Esquadrão Classe A
15.15 A Escolha É Sua!
16.15 A Hora do Recreio
17.35 Caprichos
18.30 O Preço da Paixão
19.30 Novo Jornal
20.20 MacGyver
21.30 Moonlighting
(ver «Filmes na TV»)
23.30 TVI Jornal
00.15 Prós e Contras

Por isto e por aquilo...

Quarto Com Vista Sobre a Cidade

(Quinta, 21.30, Quatro)

Situada no princípio do século, a história deste filme vai encontrar uma jovem inglesa e a sua tia em Florença durante umas férias que vão ser surpreendidas pelo surgimento dos Emerson, pai e filho, livres-pensadores. Mas a atracção da jovem Lucy pelo jovem Emerson vai provocar a retirada súbita para a atmosfera bem mais prudente e recatada da velha Inglaterra, onde a jovem inglesa é forçada a um casamento de conveniência. Até que, inesperadamente, os Emerson de novo se cruzam com os caminhos da jovem inglesa e sua tia... James Ivory sabe, como poucos, transmitir-nos (até mesmo através das inúmeras alusões à arte e à literatura, que povoam todo o filme) tanto a frieza e a hipocrisia dos interiores burgueses britânicos como o calor das ruas de Florença. E as brilhantes interpretações de Maggie Smith e Daniel Day Lewis aí estão para lhe dar o indispensável suporte.

Bronco Billy, O Aventureiro

(21.30, Quatro)

Num tom de comédia que facilmente se insinua perante o espectador, este western de Clint Eastwood conta-nos a história de um cowboy que transporta, de lugar em lugar, um pequeno espectáculo itinerante mas cuja actividade tranquila e rentável vai ser subvertida pelo seu encontro com uma bela nova-iorquina, um outro homem e com os sarilhos que então se levantam...

Intolerância

(Sexta, 23.50, TV 2)

Trata-se de uma obra marcante do cinema mundial, tão absolutamente desmedida em termos de produção (através de grandiosos e dispendiosos dispositivos filmicos para a sua rotação) como nos da pós-produção (colorização fotograma a fotograma, em laboratório, de determinadas sequências) como, ainda, nas indicações específicas para a sua projecção nas salas de cinema (sendo os operadores intruídos no sentido de projectar raios vermelhos e azuis em ordem a intensificar determinados efeitos visuais!). Uma obra que só poderia ter saído do espírito visionário de um cineasta como David W. Griffith que, acima de tudo, pretendia que a arte cinematográfica fosse capaz de absorver, de uma nova forma, tudo o que outras formas de arte - a música, a dança, a pintura, a fotografia - já nos haviam proporcionado. Neste sentido, independentemente de tudo o que, ao espectador de hoje, possa surgir como demasiado vulgar, sentimental ou risível, este grande filme mudo de Griffith contém em si momentos inultrapassáveis quanto ao realismo dos conflitos e aos detalhes psicológicos das personagens, através da montagem paralela de quatro histórias situadas em épocas diferentes. Um filme em que - como justamente aponta Pauline Kael -, nos melhores momentos sentimos a origem das influências de um Eisenstein ou um von Stroheim (este último, assistente de Griffith na rotação) e, nos piores momentos, de um de Mille... A não perder.

Equus

(Sábado, 00.20, TV 2)

Segundo as referências, o filme conta-nos, numa adaptação de uma peça teatral de Peter Schaffer, a história de um psiquiatra (Richard Burton) que procura compreender os motivos que levam um adolescente empregado num cavalaria a provocar a cegueira em seis cavalos. Sidney Lumet - o seu realizador - sente, ao que parece, grandes dificuldades em pôr em cinema as ideias (por discutíveis que elas sejam) que estiveram na base da escrita teatral, pelo que o filme se ressent, essencialmente, da irregularidade do seu trabalho. Pelo seu lado, Richard Burton procura ultrapassar o verdadeiro desafio que é debitar meia dúzia de monólogos em direcção à câmara... Um filme pouco conseguido mas que, pelo insólito do tema, pode suscitar alguma curiosidade.

Terra Bruta

(Sábado, 00.55, Quatro)

Um sheriff corrupto (James Stewart) é convencido por um tenente do exército (Richard Widmark) a participar na libertação de alguns brancos que, há longo tempo, tinham sido feitos prisioneiros pelos comanches - mas, curiosamente, chega-se à conclusão de que, com poucas excepções, a maioria desejaria continuar a viver com os índios... Uma espécie de western em forma de tragicomédia que, ao fim e ao cabo, parece não ser uma obra maior na filmografia de John Ford. A confirmar.

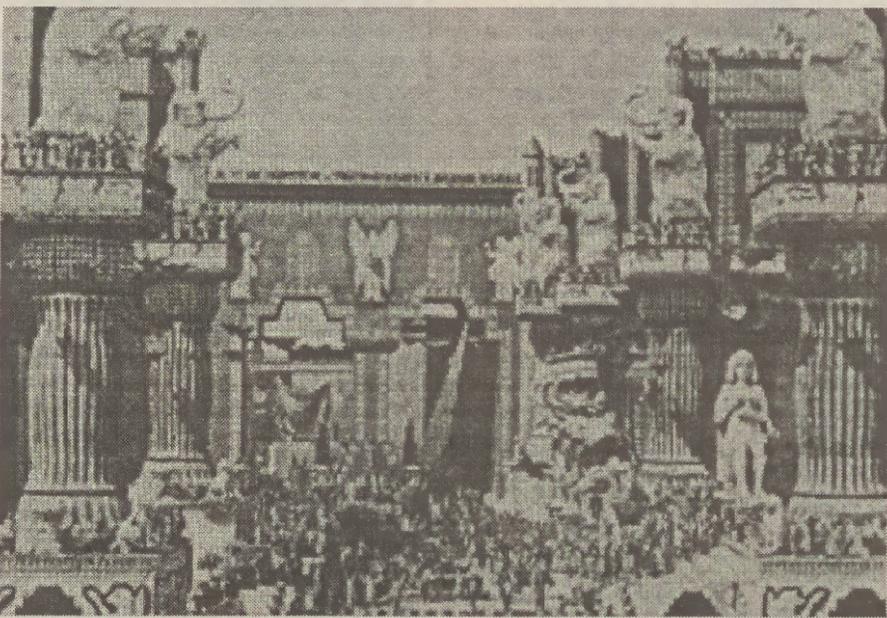
Wetherby

(Domingo, a partir das 22.30, TV 2)

Premiada com o prémio para a Melhor Intérprete Feminina no Festival de Berlim de 1985, Vanessa Redgrave é, sem dúvida, o centro das atenções deste filme realizado e escrito por um reputado autor britânico



Helena Bonham Carter e Maggie Smith, em «Quarto Com Vista Para a Cidade», de James Ivory



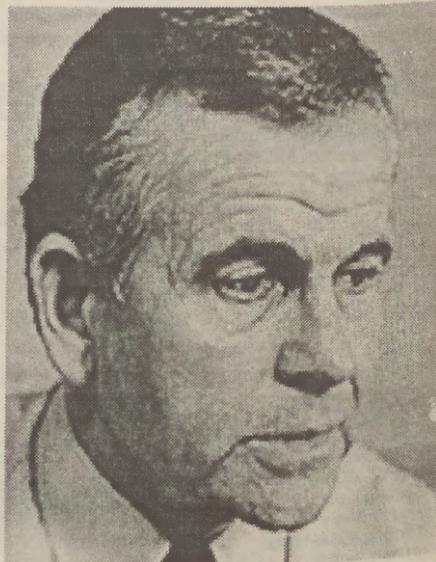
Um fotograma de «Intolerância», uma obra-prima de David W. Griffith

- David Hare - que procura dissecar os problemas da nova geração e a incomunicabilidade entre as pessoas. Com uma misteriosa estrutura, baseada numa série de flashbacks, o filme padece de alguma intrincada e intrigante aridez que prejudica a total compreensão da sua mensagem.

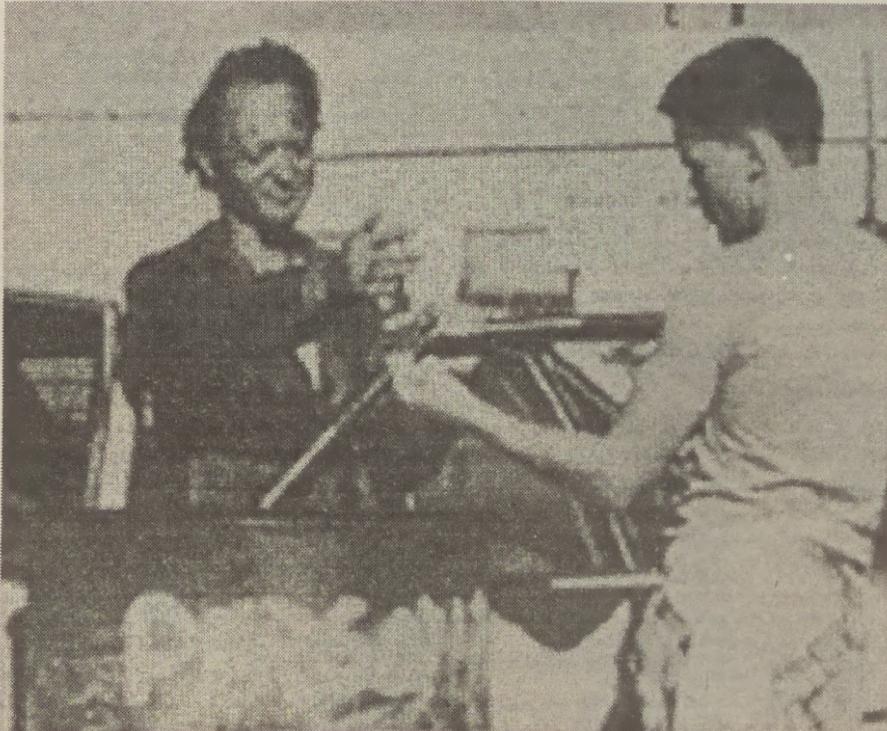
Predador

(Segunda, 22.20, SIC)

Bastantes furos acima da sua pobre continuação - Predador II -, o original desta história de acção e violência (filão comercial que tem dado origem aos produtos mais abjectos) tem entretanto a servi-la uma realiza-



Vanessa Redgrave e Ian Holm, intérpretes principais de «Wetherby», de David Hare



Tracy Walter e Emilio Estevez, em «O Clandestino», de Alex Cox

ção vertiginosa e asfixiante que assenta num assinalável e profissional conhecimento dos mecanismos da narrativa cinematográfica e dos efeitos especiais, mesmo quando ao serviço da construção, em progresso, da mais absurda das intrigas: um grupo de agentes, que é enviado pelo governo dos EUA em missão de salvamento algures nas selvas da América do Sul, enfrenta um ser estranho que se vai transformando na sua aparência exterior e eliminando os seus opositores, um após o outro.

Falam as Más Línguas

(Terça, 14.50, SIC)

Uma comédia excelente-mente bem representada por Cary Grant e Jeanne Crain que nos conta, numa cuidada realização de Joseph Mankiewicz, a história de um médico e de uma paciente que se torna sua mulher.

Matar para Viver

(Quarta, 14.50, SIC)

Um melodrama sórdido, à medida da personagem de Ray Milland que, com a sua ex-namorada (Debra Paget) e o seu actual marido (Anthony Quinn), tenta passar a fronteira do México, com uma mala cheia de dinheiro...

Moonlighting

(Quarta, 21.30, Quatro)

Escrito e realizado por Jerzy Skolimowsky, cineasta polaco radicado no Ocidente e

antigo argumentista de Wajda e Polansky, este é talvez um dos seus filmes mais interessantes e reveladores de uma forte faceta poética. A história, contada com grande contensão, gira à volta de um trio de operários polacos que são clandestinamente contratados para vir para a Inglaterra renovar o apartamento de um homem extremamente rico. E os sentimentos de solidão e desenraizamento do país de origem, do qual são recebidas notícias para si preocupantes, são transmitidos com uma extrema sensibilidade, não isenta de humor, pelo realizador. Jeremy Irons, aqui numa das suas melhores criações, é o capataz responsável pelos três operários.

Os Duros Não Brincam

(Quarta, 01.00, SIC)

O romancista Tim Madden acorda uma manhã e constata que a sua mulher desaparecera. E, encontrando vestígios de sangue no seu carro, interroga-se se acaso a teria matado. Na realidade, a sua mulher estava apaixonada por um homem duvidoso, por sua vez casado com uma jovem italiana, antiga mulher de Tim... Residiria aqui a chave do mistério? Tendo realizado anteriormente três filmes underground, o romancista Norman Mailer encena o seu primeiro filme para os grandes estúdios e, numa espécie de homenagem ao filme negro, constrói uma história tão sinuosa que dificilmente o espectador consegue detectar-lhe um qualquer fio narrativo coerente. Segundo as referências, trata-se aparentemente de uma obra que, apesar de bons momentos de cinema, acaba por resultar fortemente decepcionante.

Aqui e nos antípodas

■ Francisco Costa

Já não bastava sermos forçados a confrontar-nos com as telenovelas venezuelanas ou com as requeitadas séries norte-americanas dobradas em «brasileiro»! Agora, também já nos é proposto suportar uma série dobrada em «português» mas cujo ridículo da situação ultrapassa, em muito, o que até agora nos fora impingido, pela simples razão de que, desta vez, a coisa nos toca pela porta! Se os brasileiros davam «barraca», embora irmãos, era lá com eles! Mas que pensar quando a perspectiva é virmos a ser confrontados, num futuro não muito afastado, com verdadeiros atentados formais, apenas porque - entendida de uma perspectiva corporativa, comercial ou oportunista - a problemática da «dobragem» nunca foi claramente enfrentada e pensada tendo em consideração todas as suas vantagens e desvantagens?

As fronteiras do ridículo

Vem isto a propósito da recente estreia de uma série de ficção anunciada com as costumadas trombetas da fama pela SIC e que dá pelo nome de «Médicos Sem Fronteiras». É óbvio para o máximo denominador comum dos espectadores de televisão que tal empresa está de início manchada por um rol de equívocos - o primeiro dos quais é ter-se chegado ao ponto de, independentemente da duvidosa qualidade da série mas sobretudo à revelia de toda a «iconografia» que a informa, se terem ridiculamente transposto para uma realidade-outra os próprios nomes das personagens!

Mas o problema é que este é apenas um aspecto superficial de uma questão que, longe de ser consensual, levanta outros e muito mais graves problemas. Porque, se não nos acautelarmos, a médio prazo não serão só os subprodutos televisivos a sofrerem este tipo de atentados - mas também as obras televisivas ou cinematográficas de reconhecida qualidade e dignidade estética.

Além do mais, a questão da «dobragem» tem sido abordada, entre nós, de uma forma duplamente desfocada. Por um lado, há os que argumentam que, face ao analfabetismo que ainda grassa no nosso país, a dobragem é um método de permitir um acesso mais alargado a filmes ou produções televisivas de origem estrangeira - quando o que seria indispensável e urgente era irradiar de vez essa chaga social e cultural. Por outro lado, há os que advertem ser esse um processo de desvirtuar esses produtos audiovisuais no que eles têm de mais «sagrado» em termos de reprodução e transformação ficcionada de um dado efeito da realidade. Sem dúvida que, considerando haver razões de parte a parte nesta matéria, a resolução desta difícil contradição é tudo menos fácil - e não cabe no âmbito desta crónica - tanto mais se tivermos em conta que, em muitos países europeus, não apenas as oportunidades de trabalho profissional progrediram largamente quer em relação aos actores quer em relação aos técnicos das várias especialidades envolvidas como, sobretudo, a própria indústria do audiovisual se desenvolveu largamente.

Mas um outro aspecto a ter em conta é a tradição que entre nós fez raízes - a de que jamais nos habituámos a ouvir Gary Cooper ou Jean Gabin ou Ingrid Bergman ou Jeremy Irons a falar português. E que essa tradição dificilmente poderá ser radicalmente ultrapassada (sem que nos faça estremecer de pavor!) por mais que sejam de considerar e respeitar as reivindicações adiantadas pelos profissionais do sector - e que muito melhor contempladas seriam se, a todos os níveis, houvesse a vontade política de produzir mais e melhor em português.

Entretanto, a força da tradição não é uma inevitabilidade inultrapassável. Outros países foram resolvendo o problema ao longo de décadas: no campo da arte cinematográfica, já ninguém estranha em França ou na Alemanha que, em relação aos filmes de maior qualidade, sejam projectadas nas salas de cinema cópias em duas moda-

lidades - com «dobragem» ou com «legendas». E, no campo da televisão, são já várias as estações europeias que, pelo menos desde há uma década, optaram por um outro dispositivo técnico: o simples premir de um botão no televisor, coloca à disposição do espectador dois tipos de versão - a versão dobrada na língua desse país ou a sua versão original - e a generalidade dos televisores vendidos em Portugal vêm apetrechados com esse dispositivo.

Talvez que pudesse ser este último - a par do aumento das emissões em «estéreo» de que, a propósito, os nossos canais

subitamente voltaram a esquecer-se! - um terreno de concorrência interessante para se ajuizar da tal capacidade inovadora e de atracção tão alardeada pelas nossas várias estações de televisão, em vez de se entreterem a concorrer entre si com objectos produtos televisivos mais próprios de um caixote de lixo.

Na condição, óbvia, de que o modelo de «Médico Sem Fronteiras» jamais pudesse vir a ser seguido!

Eu tenho três tenores

Perante estas misérias de «americano mal dobrado» ou de «português mal esticado», um sujeito vê-se mesmo na necessidade de procurar um pouco de paz e sossego nesse refúgio contra a mediocridade que, por vezes, a programação da TV2 ainda conse-

vilegiar neste âmbito (numa perspectiva puramente comercial mais própria de uma SIC ou de uma TVI, que também por aí têm enveredado) são, no máximo, as já habituais transmissões dos concertos dos 3 tenores, talvez porque os considere um aceno reverente ao subsecretário Frexes ou neles veja uma espécie de versão *soft-core* de «Eu Tenho Dois Amores»... Não porque essas emissões sejam sequer desinteressantes do exclusivo ponto de vista da exibição da prodigiosa *arte canora* dos Pavarottis, Plácidos, Carerras & Cia., mas porque, claramente inseridas no imenso «pacote» de promoção das «multinacionais» do disco e da televisão, com frequência acabam por transformar-se, pela sua concepção e regorgitação oportunista, em simulacros de *espectáculos de variedades* para gente fina, ultimamente tão em voga, e que, dando-se ares de *espectáculos de «música séria para todos»*, nada têm a ver com a chamada *cultura desengravatada!*

Uma emissão fora de série

E porque as coisas são como são, é que na passada segunda-feira um excepcional espectáculo de ópera foi relegado para a «clandestinidade» da TV2 e não pôde ser visto - nem sequer gravado, porque não são estes os programas que a RTP gosta de promover! - pelos potenciais milhões de espectadores à mesma hora entretidos a cantarolar as *melodias de sempre* de Fernando Pereira, no Canal 1, ou a choramingar com mais um *ponto de encontro* de Henrique Mendes, na SIC, ou, quando muito, a rir forçadamente com uma comédia menor de Billy Wilder, na TVI.

Na realidade, quem é que do grande público conhecia, antes,

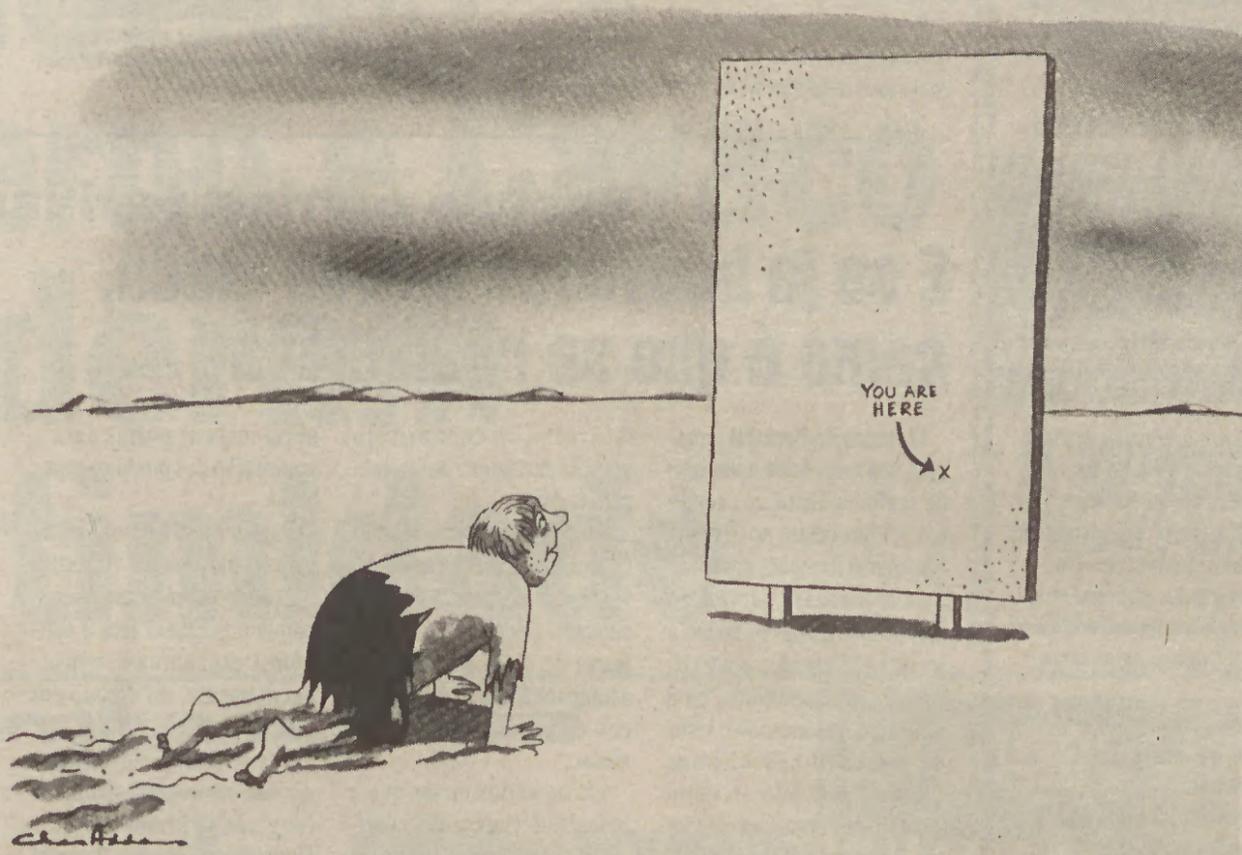
os nomes de David Hobson, Cheryl Baker, Roger Lemke ou Christine Douglas? E, no entanto, eles foram os surpreendentes e habilíssimos jovens cantores e cantoras dos papéis de Rodolfo, Mimi, Marcello e Musetta na excepcional produção de «La Bohème», de Puccini, que a televisão australiana realizou, em 1993, a partir de uma produção da Australian Opera.

Uma produção extremamente inovadora e cuidada que, em termos de televisão, apresentou características invulgares que aqui cabe referir e sublinhar. É que, ao contrário do que, com demasiada frequência, acontece em termos de transmissões televisivas de ópera, tudo foi feito para servir da melhor maneira não apenas os espectadores «ao vivo» mas, ao mesmo tempo, os espectadores de televisão em relação aos quais a encenação foi adaptada. De facto, raramente as câmaras se confinaram à mera função de

fazer uma competente mas burocrática reportagem do que decorria no palco - antes a encenação teatral fora pensada para que, funcionando como dispositivos técnicos esteticamente significantes e para todos os efeitos inseridos na acção, elas se movimentassem em função de uma planificação que, na adequada escolha da escala e ponto de vista dos planos, acompanhasse a dinâmica da partitura, narrasse os meandros do drama e seguisse as emoções dos seus protagonistas de uma forma essencialmente televisiva.

Por outro lado, não é de mais sublinhar a rara e superlativa qualidade da captação do som, não apenas no ajustado balanço entre o poderoso impacte das massas sonoras da orquestra e as vozes dos solistas cantores mas, sobretudo (o que raramente é bem conseguido num espectáculo captado em palco) no impecável equilíbrio sonoro entre as vozes destes quando cantando em conjunto - como foi magistralmente conseguido, por exemplo, no *sexteto* do último acto.

Enfim, uma emissão que nos reconciliou com a noção de *espectáculo televisivo total*, embora nos tivesse deixado - e não apenas por ter vindo de onde veio - com aquele ciumento sabor de se tratar de uma televisão concebida nos antípodas em comparação com a miserável «caixa» com que somos forçados a coabitar diariamente...



que constituir. Não que se esteja de acordo com essa espécie de *gueto cultural* em que a mesma tem sido transformada pela própria RTP numa estratégia de constante *desfocagem* acerca do carácter de *serviço público* que a empresa está obrigada a respeitar - toda ela e não apenas a TV2 como, desde há algum tempo, vem sendo defendido pelos seus responsáveis, estimulado pelo Governo e tacitamente aceite pelos comentadores da especialidade, aparentemente conformados com este hipócrita e enganoso artifício.

E vem a propósito referir que, mesmo aceitando-se por absurdo dever a programação do Canal 1 ter acima de tudo em conta a *guerra de audiências* em matéria de resguardo contra a ofensiva da *concorrência*, jamais seria necessário descer tão baixo na qualidade dos produtos oferecidos para que a RTP minimamente cumprisse o que, por Lei, lhe está atribuído.

Assim, e por exemplo, que impede o Canal 1 de transmitir no horário nobre espectáculos de ópera que é, como se sabe, um género musical cuja extrema popularidade, entre nós, sempre foi amplamente demonstrada pelas lotações esgotadas do Coliseu dos Recreios? As consequências destes sectários critérios de programação estão à vista: o que o Canal 1 apenas parece entender pri-

ATALEIA de FOICE

A grande adiafa

Os dirigentes da Terra juntaram-se esta semana em Copenhaga, capital da Dinamarca, à volta duma tal "Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Social", com o objectivo de apurar vias concertadas de combate à pobreza e à exclusão a nível planetário. O evento contou com a presença de 116 chefes de Estado e de Governo, irmanando, ainda que provisoriamente, exploradores e explorados numa fraterna meditação acerca da injustiça dos homens, o que não altera nada mas é sempre bonito de ver.

Além de se oferecer a discursos de vigorosa boa vontade, a Cimeira também abriu caminho a originalidades, como a do senhor dos Emiratos Árabes que, para assinalar o seu empenho no combate à pobreza, esbanjou largas dezenas de milhares de contos só no aluguer e arranjo duma mansão dinamarquesa de conforto adequado às suas exigências de militante da justiça social.

Mas não só.

Uma Cimeira destas não se aguenta apenas com discursos, mesmo que a palração seja o seu resultado mais substantivo. Ela também necessita de dados e números, estudos e estatísticas, percentagens e previsões, enfim, da panóplia suficiente de factos medidos a rigor que lhe empreste credibilidade.

Nesse aspecto, estas cimeiras de mea culpa capitalista sofisticaram-se em relação às adiafas do latifúndio.

Aí, a distribuição de géneros e roupas pelos assalariados rurais, no final das colheitas, não perdia tempo a ser mais do que era: um bodo aos pobres a festejar uma falsa repartição da riqueza, no momento em que se aferrolhava nas tulhas do senhor o produto do trabalho de todos. Nas actuais cimeiras, os senhores do mundo continuam a encher as suas tulhas com o trabalho de todos, mas já não se limitam à promoção dumas adiafas planetárias e à confraternização, breve e paternal, com os representantes dos países que exploram.

Agora também se angustiam, via satélite, com a miséria que espalham. E para provarem que é verdade, apresentam, com enorme desgosto na voz, números e estatísticas de arrepiar.

Como os que apareceram nesta Cimeira de Copenhaga, dizendo, por exemplo, que 25% da população mundial vive abaixo do limiar da pobreza (ou seja, na miséria completa, a que mata à fome).

Ou que menos de 20% da população se apropriou de mais de 80% dos recursos mundiais, enquanto mais de 80% da população tem acesso a um vírgula tal por cento desses mesmos recursos.

Isto dito com a indignação a chispar nos olhos em alvo, perscrutando o Sistema Solar em busca dos responsáveis que, ruído o Império do Mal, se devem ter encovilhado numa das luas de Marte, provavelmente IO, que os americanos descobriram ter atmosfera.

Todavia, apesar de ser um psicodrama sabiamente encenado à custa da miséria alheia, a Cimeira de Copenhaga revela mais do que pretende.

Por um lado, a nulidade dos seus resultados práticos mostra como é hipócrita este pretenso empenho do capitalismo em combater a pobreza que espalha pelo mundo.

Tão hipócrita, que nem os excedentes conseguiu canalizar para os milhões de desgraçados que, diariamente, fenecem à míngua.

Por outro, a própria realização da Cimeira evidencia como é grave, profunda e alarmante a crise socioeconómica em que a lógica capitalista mergulhou povos inteiros e vastas zonas do globo, mau grado a retórica da "retoma" e das vantagens da livre concorrência.

Tão grave, que forçou os actuais senhores do mundo a avançar para esta mega-adiafa de Copenhaga onde, pessoalmente, distribuíram um bodo de contrições e de promessas.

Só que de contrições está o inferno cheio, e promessas não enchem a barriga.

Tal como nunca, mas nunca, na história da Humanidade, a justiça avançou e se fez através da generosidade de opressores em concílio.

■ HC

Comunicado da Comissão Política Está ao alcance do povo derrotar a direita e o PSD

A Comissão Política do Comité Central do PCP emitiu, na passada terça-feira, um comunicado, distribuído à comunicação social, a propósito das decisões tomadas na véspera pelo Presidente da República manifestando a sua discordância com a proposta do PSD de remodelação governamental e de não dissolver a Assembleia da República para convocar eleições antecipadas. O teor desse comunicado é o seguinte:

1. Reiterando que considera inteiramente justificada a oposição do Presidente da República a uma remodelação governamental escandalosamente ditada pelas conveniências eleitorais do PSD, o PCP manifesta entretanto a sua firme e frontal discordância com a opinião expressa pelo Presidente da República no sentido da prevalência, neste momento, das razões para a não-dissolução da Assembleia da República.

2. O PCP sublinha que, no próprio comunicado da Presidência da República, não faltam referências - sejam a respeitante «à delicadeza da situação política e às dificuldades que enfrentam, neste momento, os agentes económicos e a actividade produtiva», seja a respeitante a que apenas «está em causa uma antecipação de três

meses» - que legitimamente deveriam ser invocadas para justificar a dissolução da AR e a antecipação de eleições.

3. O PCP salienta que, contrariamente ao que afirma o PSD, a dissolução da AR e a demissão do Governo seriam medidas de carácter estabilizador face à política do Governo do PSD que

desestabiliza profundamente o emprego e os direitos dos trabalhadores, as condições de vida da população, a economia e o próprio relacionamento entre órgãos de soberania.

4. O teor arrogante e insolente da resposta do PSD à decisão do Presidente da República sobre a questão da remodelação constitui uma esclarecedora confirmação das prevenções muitas vezes formuladas pelo PCP sobre os reais perigos de o PSD, a partir do momento em que tenha como certo que o Presidente da República não tenciona dissolver a AR ou, em termos práticos, tenha perdido esse poder,

enveredar por uma intolerável escalada de provocação e hostilidade contra o Presidente da República, de confrontação aberta com as mais elementares regras democráticas e de ilegítima utilização dos meios e recursos do Estado ao serviço da campanha eleitoral do PSD.

5. Seja qual for o desenlace definitivo deste processo em cuja evolução negativa têm pesado indubitavelmente as patentes ambiguidades e falta de empenho do PS, o PCP considera essencial afirmar neste momento que, independentemente da data em que se realizem as eleições, está inteiramente ao alcance do povo português, com o indispensável prosseguimento da luta, assegurar a derrota eleitoral do PSD e da política de direita e conquistar uma alternativa democrática que garanta uma nova política para Portugal.



Carlos Carvalho falou aos jornalistas depois da última audiência com o Presidente da República, no passado dia 1, a quem expôs a posição do PCP sobre a situação política do país

Escudo corrige paridade E se já houvesse moeda única, como é que se realinhava?

O Banco de Portugal anunciou segunda-feira a decisão de realinhamento do escudo em 3,5 por cento, no Sistema Monetário Europeu, passando a nova paridade central do escudo em relação ao marco a ser de 102,5 escudos, contra os 98,9 escudos anteriores "para reflectir o que tem sido o valor de mercado nos últimos meses", segundo afirmou António de Sousa, Governador do Banco de Portugal. A moeda portuguesa teve que acompanhar, em parte, o realinhamento da peseta em sete por cento, pedida pelas autoridades monetárias de Espanha, na sequência das fortes pressões para a baixa a que esteve sujeita a divisa espanhola nos mercados de câmbios internacionais.

Sobre este assunto, Octávio Teixeira, da Comissão Política do PCP, considerou que o escudo sofreu um reajustamento da paridade central do escudo em relação ao marco, e não uma desvalorização, já esta medida «significa o reconhecimento de que a anterior paridade do escudo estava sobrevalorizada face à econo-

mia real», ao contrário da posição até agora defendida pelo Governo.

Para o líder parlamentar do PCP, nada há a criticar relativamente à adequação da nova paridade, o que há a criticar é o facto de o escudo não ter acompanhado a desvalorização da peseta nos últimos meses.

«Já há vários meses que a peseta tem vindo a desvalorizar e o escudo é cada vez mais caro em relação à moeda espanhola» disse Octávio Teixeira que considerou que este facto

abria mais as portas para a importação dos produtos espanhóis.

Para o PCP, este realinhamento «mostra uma crescente ligação da dependência da economia portuguesa face à economia espanhola e, consequentemente, do escudo em relação à peseta».

Por isso, Octávio Teixeira diz não compreender «que ao longo dos últimos meses o Governo e o Banco de Portugal tenham vindo a permitir uma forte revalorização nominal do escudo face à peseta, favore-

cendo a entrada de produtos espanhóis no mercado português, com prejuízo para a produção e o emprego nacionais», facto notado principalmente nos sectores agro-pecuários e industriais.

Por fim, o dirigente comunista disse que este realinhamento «mostra os riscos decorrentes para as economias mais débeis (como a espanhola e, principalmente, a portuguesa) da eventualidade de criação de uma "moeda única" e consequente eliminação da possibilidade de realinhamentos».

Frente Anti-Racista quer regularizar imigrantes

A Frente Anti-Racista acaba de lançar uma petição para entregar na Assembleia da República com o objectivo de ali serem discutidas as implicações da existência de milhares de cidadãos estrangeiros que vivem e trabalham em Portugal sem terem a sua situação regularizada.

Numa nota distribuída, segunda-feira, à comunicação social, a Frente Anti-Racista diz pretender ver discutidas as implicações «de ordem económica, social, humana e étnica que

constituem para Portugal, país de acolhimento, a actual situação de cidadãos excluídos duma sociedade que ajudam a construir e a desenvolver do ponto de vista económico, social e cultural».

A Frente nota que esta «realidade incontestável» tem levado «a que um conjunto vasto de personalidades e instituições se venham manifestando no sentido da promoção de um novo processo de regularização dos imigrantes», tal como é exigido por esta organização.

